

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO – CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEd
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

EDILENE LIMA DA SILVA

**EDUCAÇÃO FEMININA NO ENSINO SECUNDÁRIO PIAUIENSE: DA
ESCOLARIZAÇÃO À PROFISSIONALIZAÇÃO (1960-1982)**

**TERESINA – PI
2012**

EDILENE LIMA DA SILVA

**EDUCAÇÃO FEMININA NO ENSINO SECUNDÁRIO PIAUIENSE: DA
ESCOLARIZAÇÃO À PROFISSIONALIZAÇÃO (1960-1982)**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro.

TERESINA – PI
2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

S586e Silva, Edilene Lima da.
Educação feminina no ensino secundário piauiense
[manuscrito] : da escolarização à profissionalização (1960-1982)
/ Edilene Lima da Silva. – 2012.
121 f.

Cópia de computador (*printout*).
Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Educação da
Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2012.
“Orientadora: Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro”

1. Educação Feminina – Ensino secundário. 2. Educacao da
Mulher – Historia. 3. Educacao – Piauí – História. 4.
Profissionalização – Mulher Piauiense. I. Título.

CDD 376.63

EDILENE LIMA DA SILVA

**EDUCAÇÃO FEMININA NO ENSINO SECUNDÁRIO PIAUIENSE: DA
ESCOLARIZAÇÃO À PROFISSIONALIZAÇÃO (1960-1982)**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí, para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro.

Aprovada em 29 / 02 /2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí

Prof^o Dr. Marcelo de Sousa Neto (Examinador externo)
Universidade Estadual do Piauí

Prof^a. Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim (Examinador interno)
Universidade Federal do Piauí

"Eu escrevo sem esperança de que o que eu escrevo altere qualquer coisa. Não altera em nada... Porque no fundo a gente não está querendo alterar as coisas. A gente está querendo desabrochar de um modo ou de outro..."

Clarice Lispector

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por mais essa conquista e aos meus pais Maria de Sousa Lima da Silva e João Eufrásio da Silva pelo amor e apoio durante essa longa caminhada.

À professora Dra. Maria do Amparo Borges Ferro, pela orientação e paciência comigo e com meus escritos.

Às professoras Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim e Dra. Maria da Glória Carvalho Moura, pelo diálogo durante o processo exame de qualificação e pela contribuição com o trabalho.

Ao Professor Marcelo de Sousa Neto pela participação e contribuição.

Às mulheres entrevistadas, que me receberam e, generosamente, se dispuseram a partilhar comigo um pouco de suas histórias de escolarização e profissionalização.

Aos colegas da 18ª turma pelo conhecimento compartilhado durante o Mestrado.

Ao meu sobrinho Ian Caio, pelo sorriso nas minhas horas de angústia.

Às minhas irmãs Arlene e Irilene que me apoiaram e compreenderam as razões e necessidades demandadas por este trabalho.

Ao meu cunhado-irmão-amigo, Jailson pelo apoio e ajuda sempre que precisei.

À minha família que, longe ou perto, foi sempre um apoio decisivo.

Agradeço, sobretudo, ao carinho das amigas: Telma, Vicelma, Susana, Raíla, Rogéria, e do querido amigo Ozael.

Aos amigos que comigo dividiram expectativas, alegrias, angústias e conquistas ao longo deste percurso: Socorro Santana, Samara Viana e Juliana Brito.

Agradeço, em especial, à Márcia Santana, Carla Daniele e Adriana Sousa.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta Dissertação,

Muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo busca a partir da orientação da Nova História Cultural reconstituir a história da educação feminina no ensino secundário piauiense considerando os processos de escolarização e profissionalização, no período que compreende os anos de 1960 à 1982 do século XX, época em que o panorama educacional fazia parte de uma sociedade em transformação. Destarte, tem como marco inicial da pesquisa, o ano de 1960, ano que antecede a efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 4.024/61 e marco final, o ano de 1982 quando emerge a Lei nº 7.044/82 que modifica o ensino de segundo grau, referente à profissionalização, proposto pela reforma de ensino orientada pela Lei nº 5.692/71. O objetivo deste trabalho visa compreender como se configurou o processo de escolarização do universo feminino em nível de 2º grau no período que compreende os anos de 1960 a 1982 no Piauí. Além de aprofundar os estudos na área de História da Educação Brasileira, com ênfase para a História da Educação no Piauí, o mesmo pretende de forma mais específica descrever como se configurou o ensino destinado às mulheres piauienses, considerando o sistema de ensino que se processava, bem como compreender a educação feminina local, retratando tanto o cotidiano da formação educacional quanto profissional. Os autores que fundamentaram este trabalho foram: Burke (1992); Lopes e Galvão (2005); Louro (1997); Santana (2008); Cardoso (2009); Silva (2007); Lopes (2010), dentre outros. Para a constituição desse estudo principiou um levantamento histórico realizado em fontes hemerográficas (jornais) e em documentos oficiais como leis, mensagens de governadores e Relatórios prospectados no Arquivo Público - Casa Anísio Brito - localizado em Teresina-Pi. Os jornais, fontes da investigação foram *O Dia* e *Estado do Piauí* - periódicos que estavam disponíveis ao público no período que compreende a investigação, destes utilizou-se: notícias, notas, artigos e crônicas jornalísticas, que ajudaram na reconstituição educacional desse momento histórico. Outra documentação utilizada foram os documentos escolares prospectados nos arquivos das Instituições de Ensino, são eles: Atas, processos de alunos constando a sua vida escolar, com histórico, certificados, requerimentos e diplomas. A fim de trazer mais informações fez-se uso da História Oral Temática a partir de depoimentos de pessoas que vivenciaram o período. Para a apreciação dos dados recorreu-se à análise de conteúdo. Portanto, a realização deste estudo apreendeu que a participação das mulheres nos espaços escolares foi ao longo dos anos se modificando, com a ampliação dos níveis de escolarização e possibilidades de ingresso no mercado de trabalho.

Palavras-chave: História da Educação. Gênero. Mulheres. Escolarização. Profissionalização.

ABSTRACT

This study seeks guidance from the New Cultural History to reconstruct the history of female education in secondary education in Piauí, considering the processes of education and vocational training, the period covers the years from 1960 to 1982 of the twentieth century, a time when the educational panorama was part of a changing society. Thus, the starting point is to research the year 1960, one year before the consummation of the Law of Guidelines and Bases of National Education Law nº. 4.024/61 and final milestone, the year 1982 when it emerges Law nº. 7.044/82 that modifies the secondary education, on the professionalization proposed by reform-oriented teaching by Law nº. 5.692/71. This study aims to understand how to set up the schooling process of the female universe in 2nd grade level in the period comprising the years 1960 to 1982 in Piauí. Besides deepening the studies in the history of Brazilian Education, with emphasis on the history of education in Piauí, it aims to more specifically describe how to set up education for women in Piauí, considering the education system that was processed, and understand the local female education, both portraying the everyday educational and professional training. The authors substantiate this work were: Burke (1992); Lopes and Galvão (2005); Louro (1997); Santana (2008), Cardoso (2009), Silva (2007), Lopes (2010), among others. For the constitution of this study began a historical survey conducted in hemerographic sources (newspapers) and in official documents such as laws, governors messages and reports prospected in the Public Archives - House Anísio Brito - located in Teresina-Pi. The newspapers, sources of research were *Day and the State of Piauí* - journals that were available to the public in the period that encompasses research, we used these: news, notes, newspaper articles and chronicles, who helped in the restoration of this historic moment educational. Other documents used were prospected school documents in the archives of educational institutions, they are: Minutes, processes consisting of students to their school life, with historical, certificates, diplomas and requirements. In order to bring more use has been made of the thematic oral history testimonies from people who lived through the period. For the assessment of the data we used for content analysis. Therefore, this study has seized that women's participation in school spaces over the years has been changing, with the expansion of educational levels and possibilities of entering the labor market.

Keywords: History. Education. Genre. Schooling. Professionalization.

LISTA DE IMAGENS

Foto 01 Crescimento das áreas urbanas	25
Foto 02 Mapa do Piauí	33
Foto 03 Ponte rodoviária sobre o Rio Poti, ligando os municípios de Campo Maior e Castelo do Piauí	36
Foto 04 Infra-estrutura das cidades	38
Foto 05 Distrito Industrial do Piauí	39
Foto 06 Fachada Principal Da Escola Normal De Oeiras -1968	52
Foto 07 Ginásio em construção	56
Foto 08 Fachada principal do Colégio Estadual “Zacarias de Góis” - Liceu Piauiense	63
Foto 09 Colégio Estadual “Lima Rebelo” em Parnaíba-PI	64
Foto 10 Colégio Marcos Parente em Picos Piau, construído em 1969	67
Foto 11 Alunos do Curso Clássico –Liceu Piauiense	71
Foto 12 Turma do Curso Clássico, Liceu Piauiense em 1962, no desfile de 7 de setembro	87
Foto 13 Professoras leigas após treinamento	94
Foto 14 Certificado do Curso de Treinamento de Professores do 1.º Grau realizado no ano de 1976 no Centro de Treinamento do Pessoal da Secretaria de Educação em Campo Maior	95
Foto 15 Professoras recusam as vagas no interior	96
Foto 16 Mulheres inseridas no mercado de trabalho	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Recenseamentos 1960 e 1970	31
Tabela 2 Distribuição da população urbana	32
Tabela 3 Incremento da capacidade física	60
Tabela 4 Distribuição percentual da população em idade economicamente ativa, por sexo, segundo grupos de idade e grau do curso completo. Piauí – 1970	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Evolução das taxas de urbanização por região, no Brasil, entre 1940 e 1970	24
Quadro 02 Número de Matrículas (1965-1967)	45
Quadro 03 Matrícula dos estabelecimentos de Ensino Médio Oficial em 1959 e 1960	49
Quadro 04 Número de Estabelecimentos de ensino e matrículas por rede	54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL (1960-1982)	18
2.1 Brasil, um país em transformação	19
2.1.1 Crescimento das cidades	24
2.1.2 A mulher na sociedade	28
2.2 Piauí de outrora: 1960 – 1982	31
2.3 As Leis educacionais na constituição da Educação Brasileira	40
2.3.1 Educação no Piauí	42
3 O ENSINO SECUNDÁRIO NO PIAUÍ	47
3.1 A expansão da escolarização secundária	47
3.1.1 A construção de escolas	47
3.2 As escolas	62
3.2.1 Organização do trabalho pedagógico e administrativa	68
3.2.2 O currículo	68
4 MULHERES: ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ ..	80
4.1 A feminização do ensino secundário	80
4.1.1 O ingresso no ensino secundário	88
4.2 A constituição do campo profissional feminino no Piauí	92
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	105
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960, quando ocorre a institucionalização dos programas de pós-graduação no Brasil, inicia-se um novo ciclo para as pesquisas em educação, e o surgimento de estudos específicos começam a desenvolver-se de forma mais sistemática em vários campos como a área de História da Educação que passa a constituir-se como campo de pesquisa, tendo em vista os estudos históricos voltados para o setor educacional. Embora em décadas anteriores investigações nessa área já fossem alvo de averiguações, “[...] é sobretudo a partir dos anos de 1950 e 1960 que começa a se configurar um campo de pesquisa em História da Educação, com a realização, por exemplo de levantamento de fontes” (LOPES & GALVÃO, 2005, p. 29) por instituições de pesquisas.

Assim, a construção do registro da memória a partir dos estudos históricos começa a ser interesse de muitos pesquisadores que influenciados pela vertente historiográfica, denominada Nova História, amplia as formas de registro do passado com a incorporação de novos objetos de estudo, fontes de consultas e formas de abordagens.

Nessa perspectiva, a Nova História trouxe como uma das possibilidades de fontes o próprio sujeito que surge como construtor da história através dos relatos de experiência, memória e lembranças de um passado que mesmo “distante”, no tempo, encontra-se presente na vida dos indivíduos. Essa nova forma de trabalhar a história, de acordo com Lopes e Galvão (2005, p. 40), valoriza “os sujeitos ‘esquecidos’ da história” que por muito tempo foram marginalizados como no caso das crianças, das mulheres, das camadas populares, entre outros. Nesse sentido, Burke vem nos dizer que “[...] vários novos historiadores estão preocupados com ‘a história vista de baixo’; em outras palavras, com as opiniões das pessoas comuns e com sua experiência da mudança social” (BURKE, 1992, p. 12-13), movimento que tem levado à compreensão do passado, a partir de diversos olhares.

Dessa forma, o passado e a história das mulheres começaram a ser evidenciados nas produções acadêmicas. Tornando-se, assim, algo importante para compreendermos o quanto foi difícil para elas viverem em sociedade, lutando e enfrentando obstáculos para construir e ganharem seu espaço, encarando toda

espécie de discriminação, seja ela relacionada à sua inserção na educação, no mercado de trabalho ou participação na vida pública.

A partir de 1960 tivemos no Brasil o início do movimento caracterizado como feminista que lutava, sobretudo por igualdade de direitos, repercutindo inclusive nas pesquisas, principalmente nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, como no campo da História. “O sexismo, imperante na historiografia de até meados do século XX, foi aos poucos sendo substituído pela exigência de que se deveria fazer história levando em conta os sexos. A história da educação também aceitou essa constatação e esse desafio” (LOPES & GALVÃO, 2005, p. 68), sendo que este trabalho se propõe a isso.

Considerando estes aspectos apresentamos nosso estudo sobre “*Educação feminina no ensino secundário piauiense: da escolarização à profissionalização (1960-1982)*”. Este estudo que se insere no domínio da história da educação busca fazer uma discussão em torno da categoria *gênero*. Gênero resultado de uma construção social e cultural, entendido por Louro (1997) como “constituente da identidade dos sujeitos” (LOURO, 1997, p. 24), ou seja, masculino e feminino e apresentado por Scott (1995) como sendo “[...] o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo” (SCOTT, 1995, p.13).

A respeito da categoria gênero utilizado na área da educação, Lopes e Galvão (2005) expõem que “A partir da década de 1980, uma nova categoria – o gênero – veio, a partir da antropologia, propor uma nova exigência epistemológica às ciências sociais que a História e a Educação não podiam mais desconhecer” (LOPES & GALVÃO, 2005, p. 69). Desse modo, propomos esse estudo por acreditar que essa área tem muito a contribuir com olhares sobre essa categoria no campo educacional, desconstruindo ou construindo novas formas de analisar a realidade.

Aspirando reconstituir a História da Educação das mulheres no Piauí, no período que compreende os anos de 1960 a 1982 do século XX, voltamos nosso olhar para o processo de escolarização e formação profissional, no domínio do, então, ensino secundário – 2º grau, época em que o panorama educacional fazia parte de uma sociedade em transformação. Assim, temos como marco inicial da pesquisa, o ano de 1960, ano que antecede a efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61 e marco final, o ano de 1982 quando emerge

uma nova lei nº 7.044 que modifica o ensino de segundo grau, referente à profissionalização, proposto pela reforma de ensino nº 5.692/71.

O recorte da pesquisa justifica-se por ter sido este um período marcado por intensas transformações na esfera social e educacional, onde nesta última tivemos a implementação de Leis e Reformas que visavam à reestruturação do sistema de ensino, como foram os casos das Leis 4.024/61, 5.540/68 e 5.692/71 que introduziram mudanças significativas na estrutura do ensino de 1º e 2º grau, bem como do superior, uma forma de possibilitar formação profissional aos jovens da época, além de proporcionar o desenvolvimento cultural e intelectual da população e da economia do país. Essas leis trouxeram mudanças significativas para o ensino. No que se refere ao secundário foram fundamentais para propor a preparação para o trabalho, ou seja, visava uma formação não apenas escolar como também profissional como foi o caso mais especificamente da reforma do ensino no ano de 1971. Considerando estes aspectos pretendemos observar como as mulheres estavam sendo inseridas nesse meio e recebendo sua escolarização, tendo em vista que em décadas anteriores o direcionamento maior era dado à escolarização voltada para a formação do magistério.

O estudo da referida temática surgiu do interesse pela pesquisa na área de História da Educação, ainda quando graduanda, mais precisamente a partir do contato que tive em 2006 com o Programa de Iniciação Científica e com o Núcleo de Educação, História e Memória (NEHME) da Universidade Federal do Piauí, no qual faço parte até hoje. Na ocasião percebi a escassez de estudos e trabalhos acadêmicos em âmbito local que envolvesse simultaneamente as categorias educação e gênero, especificamente no período em estudo (1960 a 1982). O que se tinham, até então, eram produções considerando períodos anteriores, com algumas poucas exceções como os trabalhos de Elizângela Cardoso (2009) e Márcia Santana (2008) que apesar de desenvolverem trabalhos na área de História contemplam discussões educacionais. Encontramos, dessa forma, uma lacuna em relação à pesquisa educacional piauiense no período, a respeito da temática investigada, onde “gênero” apresenta-se como uma categoria bastante atual, mas ainda pouco explorada.

A importância da construção deste trabalho justifica-se pela necessidade de estudos historiográficos no campo da educação piauiense, e pela contribuição que pode ser oferecida a sociedade ao manter viva a história e a memória da instrução

local mostrando a transformação por qual passou a sociedade ao longo dos anos, em especial no que se refere à educação feminina, podendo também servir de referência para a produção de outros trabalhos, abrindo novas perspectivas de estudo dentro da historiografia.

Considerando o contexto social e educacional da época que exigia o aumento da escolaridade como condição necessária para o desenvolvimento econômico e social do país, propomos aqui encontrar respostas para as seguintes questões: Como se apresentava a escolarização feminina nos anos de 1960 a 1982 no Piauí? Como era a atuação das escolas na formação educacional e profissional das mulheres na sociedade piauiense? Quais as oportunidades de ensino que as mulheres desse período tiveram, tendo em vista que o contexto da época exigia mão-de-obra qualificada para atuação no mercado de trabalho? Como estava estruturado o sistema de ensino da época? A educação destinada ao sexo feminino contemplava que tipo de formação?

Assim, nosso objetivo maior visa compreender como se configurou o processo de escolarização do universo feminino em nível de 2º grau no período que compreende os anos de 1960 a 1982 no Piauí. Além de aprofundar os estudos na área de história da educação brasileira, com ênfase para a história da educação no Piauí, buscamos de forma mais específica descrever como se configurou o ensino destinado às mulheres piauienses, considerando o sistema de ensino que se processava e também compreender a educação feminina local, retratando tanto o cotidiano da formação educacional quanto profissional.

Para a constituição desse estudo partimos de um levantamento histórico realizado em fontes hemerográficas (jornais) e em documentos oficiais prospectados no Arquivo Público - Casa Anísio Brito - localizado em Teresina-Pi. Os jornais, fontes de investigação foram *O Dia* e *Estado do Piauí* - periódicos que estavam disponíveis ao público no período que compreende a nossa investigação. Destes utilizamos notícias, notas, artigos e crônicas jornalísticas que nos ajudaram na reconstituição educacional do referido momento histórico.

A pesquisa nos jornais deu-nos suporte fundamental para a discussão em âmbito local a respeito da escolarização destinada às moças, ao mesmo tempo em que mostrava o panorama educacional da época, com reformas sendo implementadas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Quanto aos documentos oficiais utilizamos Leis, Mensagens Governamentais e Relatórios. Outra fonte utilizada foram os documentos escolares prospectados nos arquivos das Instituições de Ensino visitadas (Colégio Estadual Zacarias de Góis - Teresina, Colégio Estadual Marcos Parente - Picos), são eles: Atas, processos de alunos constando a vida escolar do aluno, com histórico, certificados, requerimentos e diplomas.

Durante esse nosso percurso tivemos algumas dificuldades no acesso às fontes hemerográficas e documentais, devido o estado de conservação das mesmas. Sobre isto Áurea Pinheiro (2006) discorre:

[...] a atividade do historiador fica comprometida diante do estado de conservação das fontes hemerográficas que constituem um material riquíssimo de pesquisa. São vestígios que poderiam estar sendo utilizados pelos pesquisadores, entretanto, estão lacrados, silenciados nos escombros das instituições responsáveis pela guarda, conservação e gestão daqueles artefatos (PINHEIRO, 2006, p. 53).

No entanto, vale ressaltar que não só o acesso às fontes hemerográficas ficam comprometidas, como também todo o acervo de um arquivo por conta da própria ação natural do tempo. Diante dessa dificuldade a memória se constituirá como ferramenta importante e adequada para a reconstituição do passado, uma vez que as narrativas escolares de sujeitos particulares se tornarão fonte viva da história de um povo. Uma vez que “[...] Medida pelas relações sociais que constituem e pelas interpretações que daí emergem, as memórias são narrativas produtoras de significados que promovem a fusão interior da intenção com as palavras” (NUNES, 2003, p. 18). Ainda segundo a autora as memórias “[...] têm uma validade relativa, histórica, já que são construídas socialmente” (NUNES, 2003, p. 11), seja individual ou coletiva.

Para coletar os dados fizemos uso da História Oral, mais especificamente a História Oral Temática que segundo Freitas (2002) é uma entrevista com característica de depoimento, mas não abrange necessariamente a totalidade da existência do informante. Os depoimentos podem ser numerosos, resultando em maiores quantidades de informações, o que nos permitirá uma comparação entre eles, apontando divergências, convergências e evidências de uma memória coletiva,

por exemplo. As entrevistadas foram: Joana¹, Maria² e Francisca³. Vale ressaltar que as mulheres por nós entrevistadas foram selecionadas a partir a partir das fontes levantadas, sendo que elas não aceitaram divulgar seus nomes reais. Desse modo, elas aparecem com nomes fictícios e por questão de ética resolvemos mantê-los sob sigilo. Todavia isso não comprometeu nossa pesquisa, uma vez que as mesmas mostraram-se dispostas a participar da investigação relatando-nos sua trajetória de escolarização, a partir da técnica da História Oral o que nos possibilitou verificar como as mulheres eram escolarizadas em nível de segundo grau.

Como afirma Thompson “A evidência oral também pode ser utilizada para ampliar a informação sobre acontecimentos específicos da história [...]” (THOMPSON, 1992, p. 112), ou seja, ajuda a enfatizar, aprofundar ou complementar determinadas informações para que haja uma melhor compreensão a respeito dos fatos.

Para a análise dos dados optamos pela análise de conteúdo que segundo Laurence Bardin (2009) é uma técnica que requer do pesquisador um trabalho exaustivo e minucioso de interpretação dos dados e das informações de uma mensagem, a partir da simples categorização do corpus da informação encontrada.

Deste modo, o presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro intitulado *Um olhar sobre a história do Brasil (1960-1982)* mostramos as transformações que aconteceram no cenário nacional e local no período. Uma sociedade predominantemente rural que aos poucos se urbanizava e industrializava. Destacamos os aspectos políticos marcantes que influenciaram diversos setores da sociedade, dentre eles o educacional.

No segundo capítulo temos *O ensino secundário no Piauí* onde discorreremos sobre a expansão da escolarização secundária, a partir da construção de escolas em diversos municípios piauienses, com destaque para quatro municípios – Parnaíba, Teresina, Floriano e Picos. Neste capítulo também analisaremos a organização do trabalho pedagógico e administrativo das instituições responsáveis

¹ Joana nasceu em Bocaina-Pi, em 1949, cursou o Científico no Colégio Estadual Marcos Parente e o curso normal na Escola Normal Oficial de Picos. Seguiu carreira de professora na Rede Estadual de Ensino do Piauí.

² Maria nasceu em Valença-Pi, em 1946, cursou Científico no Colégio Estadual Zacarias de Góis. Fez concurso público hoje é funcionária do Banco do Estado do Piauí.

³ Francisca nasceu em Teresina-Pi em 1949, cursou o Clássico no Colégio Estadual Zacarias de Góis. Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade da Federal do Piauí-UFPI. Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Foi professora de Línguas da Rede Estadual de Ensino do Piauí e da Universidade da Federal do Piauí.

por ministrar o ensino secundário no Estado, com ênfase para o currículo, bem como o mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, *Mulheres: escolarização e formação profissional no Piauí*, apresentaremos a escolarização ofertada às mulheres no ensino secundário piauiense, bem como a constituição do campo profissional para elas e a inserção das mesmas no mercado de trabalho formal. Rememorando experiências escolares vivenciadas por algumas mulheres entre o período de 1960 a 1982, na tentativa de reconstruir momentos e fatos que fizeram parte da sua escolarização.

2 UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL (1960-1982)

Fazer a história no mundo moderno torna-se necessariamente ter clara a noção de que olhar para o passado não é retrocesso e, portanto, perda de tempo, e sim uma maneira de situar o presente, de entendê-lo como objeto que se constitui historicamente, articulando diferenças que também são históricas.

Áurea Pinheiro

Reconstituir uma história, seja ela qual for, não é tarefa fácil, pois esta se apresenta complexa necessitando de suportes técnicos adequados para o conhecimento de uma dada realidade. No entanto, o historiador poderá fazê-la de forma mais sistemática a partir do estranhamento para com seu objeto de estudo, sendo possível a partir de um novo olhar. Nesse sentido, “[...] a historiografia surge como sequência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões” (LE GOFF, 2003, p. 28) de fatos e acontecimentos que fizeram parte da história.

Nessa perspectiva, a tarefa do historiador consiste em fazer viagens no tempo e no espaço em busca de vestígios ainda não apagados. Assim, como diz Lopes e Galvão (2005), essa é uma tarefa de encontros com personagens e paisagens que não fazem parte do nosso cotidiano, nesse caso ao deparar-se com uma nova realidade o historiador deverá ter,

“[...] a sensibilidade, a disposição e a disponibilidade para, comparando, analisando, interpretando, descobrir os quês e os porquês de outras épocas, de outros lugares, que, a um só tempo, parecem tão próximos e tão distantes daquilo com que lidamos a cada dia” (LOPES & GALVÃO, 2005, p.16).

no sentido de compreendê-la, tendo em vista seu contexto.

O mesmo acontece com os historiadores da educação, onde em seus estudos procuram olhar a realidade educacional desconstruindo imagens de coisas e pessoas, de modo a interpretá-la com um olhar mais apurado e distanciado. Adad descreve o ofício desse profissional “[...] como algo que se assemelha à poesia, à arte, à filosofia e à vida, porque permite olhar o mundo fora de suas naturalizações, de suas verdades instituídas e poderosas” (ADAD, 2007, p. 283), particularidades

que se apresentam como constituinte da Nova História, tendência historiográfica que norteou o percurso de nossa pesquisa.

Dessa forma, tentaremos expor a educação, a partir de uma perspectiva histórica, onde faremos uma viagem até as décadas de 1960, 1970 e início de 1980 mostrando acontecimentos e fatos que de algum modo marcaram o período, analisando não só a educação, como também outros aspectos que jugamos importantes para a constituição desse estudo. Assim, para o entendimento de como se processou a educação nesse período procuramos levar em consideração “[...] o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada” (BARROS *apud* SILVA, 2007, p. 23), no nosso caso o processo de escolarização das mulheres na sociedade piauiense no período de 1960 a 1982, no âmbito do ensino secundário – 2º grau.

Nessa perspectiva, apresentaremos neste capítulo a realidade brasileira e piauiense, considerando os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais desse período que ainda continua vivo na memória e nos arquivos do país. Assim, com o objetivo de aprofundar os estudos na área de história da educação, realizamos este estudo que partiu de uma retrospectiva histórica no intuito de compreender as mudanças que ocorreram no cenário nacional e local, a partir de algumas inquietações. Conforme Ferro (1994) “A prática de pesquisa histórica, conduz, muitas vezes, não a conclusões definitivas, mas a novas indagações e a pistas que encaminham para o desdobramento de novas análises” (FERRO, 1994, p. 18). Com base nessa afirmação, procuramos revelar como se configurou a educação piauiense, considerando o ensino secundário, tendo em vista o contexto social e educacional da época que exigia mão-de-obra cada vez mais qualificada para atuar no mercado de trabalho, bem como o sistema de ensino que se processava.

2.1 Brasil, um país em transformação

No período que compreende nosso estudo (1960-1982) o Brasil passava por um intenso processo de transformação, nos diversos setores da sociedade, isso em decorrência do novo panorama social e político que se formava com a chegada dos militares ao poder. O país começava a consolidar-se como um modelo urbano industrial, iniciado no governo de Getúlio Vargas nos anos de 1930. As cidades cresciam e se urbanizavam, passando a constituir uma população urbana que

segundo Vieira e Freitas (2003, p. 121) era de 45% em 1960 para 56% em 1970. Esse foi considerado um novo momento para a sociedade brasileira, tendo em vista as mudanças resultantes da política desenvolvimentista adotada pelo governo no período e as modificações no padrão de comportamento da sociedade, a partir do processo de modernização em curso no país, capitaneado pelo governo militar imprimida na ideologia de desenvolvimento econômico e segurança nacional.

Politicamente vivia-se um quadro conturbado de transição, onde a democracia foi substituída por um regime ditador que se estendeu de 1964 a 1985. Sendo este alvo de intensos protestos por parte da população que passou a se organizar ao sentir-se pressionada pelo poder emergente de um Estado conservador, repressivo e autoritário.

Nos anos que antecedem a ditadura, para ser mais precisa no início da década de 1960, temos o embate político entre forças opostas lutando pelo poder presidencial. De um lado os defensores do capitalismo estrangeiro e do outro os defensores do nacionalismo, do qual fazia parte Jânio Quadros, eleito presidente em meio a uma crise econômica e política disseminada no período. No entanto, este renuncia antes mesmo de completar 07 (sete) meses de mandato, na tentativa de um golpe frustrado. Em substituição segue João Goulart⁴, seu vice, que governa de 1961 a 1964 inicialmente sob o sistema parlamentarista e depois sob regime presidencial retomado em 1963.

Os anos em que Jango esteve no poder foram de fortes pressões e descontentamento político por parte dos seus opositores. Procurando manobrá-los Jango busca apoio dos trabalhadores mobilizando-os para ajudar no crescimento do país. Propõe também para seu governo a reforma de base, tendo um amplo programa de reformas que visavam melhorias no cenário nacional, no plano econômico, social e cultural. Contudo, esse período foi de instabilidade financeira delineando-se por fortes crises, devido à inflação, estagnação econômica, greves nos centros urbanos e agitação social no campo, com trabalhadores rurais reivindicando reforma agrária.

Diante dos rumos que estavam sendo tomados, com as reformas de base, as crises políticas avolumaram-se vinculadas aos problemas sociais gerados pelo modelo de desenvolvimento econômico proposto para a época. Esse cenário acabou

⁴ Deposto pelo regime militar em 1964.

gerando desconforto e insatisfação, onde de um lado tínhamos grupos organizados que deram início às manifestações, como exemplo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que agregou opositores insatisfeitos com a forma de administrar o país, sendo esta promovida pela igreja católica. E do outro, as intensificações de um segmento de esquerda.

A agitação política se espalhou e chegou aos quartéis, onde o descontentamento com o governo, fez com que houvesse uma intervenção militar na política brasileira, que ficou conhecida como Golpe Militar. Inicia-se, então em 1964 um processo de militarização do Estado com o propósito de restabelecer a ordem social, retomar a expansão econômica, conter a inflação, acabar com a corrupção política e administrativa. Para tanto, foram adotadas medidas autoritárias e repressivas não só contra políticos, mas também contra a sociedade civil em processo de organização em movimentos sociais e próprio sindicalismo livre do controle do governo militar que passaram a se organizar para lutar contra essa nova força.

Tivemos nesse momento da história brasileira o início de uma nova conjuntura, organizada por militares, sendo este caracterizado por ter sido um momento de

[...] repressão e intensa violência. Época em que os direitos e garantias pessoais foram suprimidos e implantou-se um regime de exceção que afetou todas as instituições, inclusive as escolas, através de leis que passaram a regular o novo perfil de educandos e profissionais que se queriam gestar (SILVA, 2007, p. 50).

Vemos com isso novas forças orientando o país e as instituições que a compunham, dentre elas a escola, sendo esta amplamente controlada. A educação nesse período estava atrelada à política de governo que recebia apoio de setores internacionais com acordos sendo realizados para a reorganização do sistema de ensino brasileiro em todos os níveis, a partir da demanda que crescia. Assim, de acordo com Almeida (2006), o governo autoritário que se instalou no país após o golpe de 1964 procurou sintonizar o sistema educacional brasileiro com o modelo de desenvolvimento econômico que se intensificou no período. Podendo ser constatado, a partir da reformulação de políticas educacionais no nível da legislação brasileira como a Constituição de 1967, as leis nº 5.540/68 que reforma o ensino

superior e 5.692/71⁵ que reforma o ensino de 1º e 2º graus. Anterior a este período tivemos ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61⁶ que também produziu alterações na estrutura do ensino, de forma a adequá-lo às mudanças sociais em andamento no início da década de 1960.

O período da ditadura militar foi norteado pela Doutrina de Segurança Nacional e apoiou-se, segundo Rodrigues e Otrato, no “[...] discurso do desenvolvimento econômico e social, com a clara intenção de inserir o Brasil no grupo das grandes potências mundiais” (RODRIGUES & OTRATO, 2010, p. 5), possível através da industrialização e modernização das forças de produção. Nascimento e Barreira afirmam que: “No Brasil, após o golpe militar de 1964, viabilizou-se, através de intervenção do estado, o desenvolvimento das forças produtivas” (NASCIMENTO & BARREIRA, 1993, p. 35). Segundo eles o país apresentou nesse momento da história brasileira

[...] um crescimento econômico considerável, converteu-se em “país industrial moderno” e urbanizou-se. Isso tudo se deu através de uma política econômica concentradora de renda, de um arrocho salarial sem precedentes na história, e contou, num primeiro momento, com o apoio da classe média, o que garantia ao Estado uma parcela de legitimação (NASCIMENTO & BARREIRA, 1993, p. 35).

Assim, tivemos na década de 1970 uma força política no poder que procurou mudar a estrutura administrativa do país, bem como a realidade social, tendo em vista a necessidade de legitimação do sistema político, usando

[...] a justificativa de implantar a ordem nas instituições contra o perigo comunista, os militares e a burguesia nacional e internacional implantaram um período de intervenção nos sindicatos e nas entidades, com proibições de greves, censura aos meios de comunicação, criaram o Serviço Nacional de Informação – SNI, que deu base para a cassação de mandatos e a suspensão, por dez anos, dos direitos políticos de parlamentares (SOUSA, 2008, p. 20).

Nesse contexto de muita movimentação política e de mudanças na sociedade brasileira a Constituição Federativa de 1946 já não tinha mais a mesma utilidade de quando foi criada. A conjuntura política e social agora era outra, exigiam-se novos rumos, sendo então outorgada em 1967 uma nova Constituição, com vista a atender

⁵ Elaborada por um pequeno grupo de “notáveis” escolhido pelo governo em 60 dias, sem consulta.

⁶ Passou 13 anos para ser elaborada

as necessidades da população, sendo esta notificada por emenda constitucional em 1969. Essa nova constituição foi elaborada por uma comissão de especialistas, juristas, nomeado pelo Presidente da República no ano de 1966, o anteprojeto apresentado por estes recebeu várias modificações antes mesmo de ser encaminhado ao Legislativo por ser considerado conservador, do ponto de vista político, econômico e social, uma vez que para o executivo “[...] era imperiosa a necessidade de uma nova Constituição que representasse ‘a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução’” (FÁVERO, 1996, p. 204).

Quanto à educação o anteprojeto proposto pela comissão mantinha os mesmos dispositivos da Constituição de 1946, apresentava somente alteração nos itens que se refere à gratuidade, estendida ao ensino secundário e superior, este último condicionado a falta de recurso do aluno; e remuneração dos professores de religião. Enquanto o projeto modificado pelo executivo abandonou o proposto na Constituição de 1946, e o que sugeria o anteprojeto da referida comissão, pois a gratuidade seria concedida através de bolsas de estudos, tirando a responsabilidade do Estado em prover o direito de todos à educação.

No plano econômico, o processo de intervenção do Estado na economia continua e de 1969 a 1974 há uma aceleração da mesma, consolidando ainda mais a sociedade urbano-industrial vigente. Nesse período temos o “milagre econômico”, como ficou conhecido o período em que o governo consegue manter o controle social, controlar a inflação, atrair investimentos internacionais, para financiamento de projetos de infra-estrutura como “[...] rodovias, pontes, hidrelétricas e usinas nucleares” (VIEIRA, 2003, p. 122) concretizando, com isso, ainda mais o processo de modernização do país. Como parte destes projetos estruturantes tivemos no Piauí, na década de 1970, a inauguração da barragem de Boa Esperança, um indicativo de crescimento do Estado, pois com o surgimento da barragem houve uma maior distribuição de energia elétrica em grande parte do estado piauiense, conforme Mendes “[...] o consumo total de energia cresceu em média 23,9% ao ano” (2003, p. 270).

O “milagre brasileiro” ocorrido nesse período não trouxe benefícios para toda população, somente uma pequena parcela foi contemplada com os resultados da política econômica de governo. Realidade verificada em um dos discursos de Médici que governou o Brasil de 1969 a 1974, numa de suas visitas ao nordeste afirmou: “a

economia vai bem, mas o povo vai mal”, em referência à situação de miséria e calamidade encontrada na região.

Mesmo com alguns investimentos sendo feitos, o nordeste continuava a ser uma região pouco desenvolvida, em comparação com o centro-sul do país, apresentava um número elevado de desempregados ou subempregados, analfabetos e pessoas sofridas, por conta da seca e da estiagem que assolava a região ainda com uma população predominantemente rural. Entretanto, buscando fugir dessa situação calamitosa a população migrava para as áreas urbanas que crescia com o deslocamento das pessoas do campo para a cidade.

2.1.1 Crescimento das cidades

A urbanização no Brasil decorrente da explosão demográfica foi intensificada a partir dos anos de 1930 com o processo de industrialização, sendo este “[...] ocasionado pela ideia de que a cidade poderia oferecer melhores condições de vida” (SANTANA, 2011, p. 24). No entanto, vale salientar que esse crescimento não se deu de forma homogênea em todas as regiões do país, pois no período de 1940 a 1970 foram constadas desigualdades relacionadas às taxas de urbanização, como podemos perceber nos dados da tabela abaixo que mostram a evolução das mesmas por região.

Quadro 1 Evolução das taxas de urbanização por região, no Brasil, entre 1940 e 1970.

Ano	Regiões Geo-econômicas						Regiões da lei 2.973		
	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Sub-desenvolvidas	Desenvolvidas	São Paulo
1940	31,2	27,8	23,4	21,5	39,4	27,7	37,1	23,5	44,1
1950	36,2	31,5	26,4	24,4	47,5	29,5	43,5	26,5	52,6
1960	45,2	37,8	34,2	35,0	57,3	37,6	52,5	34,5	62,8
1970	56,0	45,78	41,78	48,24	72,76	44,56	—	—	—

Fonte: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 23. ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1999. p. 74.

O quadro acima nos mostra as desigualdades verificadas referentes à concentração populacional por região. Assim temos as regiões norte e nordeste apresentando as maiores áreas, no entanto com as menores taxas de densidades demográficas. Sendo que o contrário acontece com as regiões sul e sudeste com

menor área e maior concentração populacional. Segundo Romanelli (1999) “[...] a zona de maior concentração populacional é também a zona onde se verifica maior impulso dado à industrialização, sendo igualmente a zona onde tem sido mais intenso o processo de urbanização (ROMANELLI, 1999, p. 74)”. Essa organização populacional foi importante para a formação urbana das cidades.

Atraída pelo processo de industrialização e buscando melhoria na qualidade de vida a população rural migrava para as cidades que começaram a crescer de maneira desordenada, sem haver para isso qualquer planejamento ou mesmo uma estrutura adequada para que a população de menor poder aquisitivo pudesse viver com dignidade. Situação que propiciou a formação de aglomerados urbanos em algumas cidades do país como podemos ver na imagem 01 que nos dar uma visão bastante representativa dessa realidade. A referida imagem mostra como as principais cidades sofriam com a urbanização proporcionada pelo processo de imigração campo-cidade. Elas cresciam assustadoramente de forma bastante desordenada, como podemos ver no lado esquerdo da imagem que segue e do lado direito temos a figura de uma indústria em funcionamento. Estas indústrias atraíam grande parcela da população para as cidades em busca de emprego.

Foto 01 Crescimento das áreas urbanas



Fonte: Crescimento das áreas urbanas. *O Dia*. Teresina. n. 3.81, 10 de janeiro de 1974, p. 7. Caderno 2.

Em matéria jornalística apresentada em janeiro de 1970 foram noticiadas algumas informações a respeito do crescimento das áreas urbanas no Brasil, nela

temos que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística divulgou dados naquele período que “[...] permitiram concluir que 9 maiores aglomerados urbanos brasileiros abrigavam, em 1970 cerca de 23,5 milhões de pessoas, correspondente a mais de um quarto da população do país” (*O DIA*, 10/01/1974, p. 7). A formação desse contingente populacional em meio urbano foi provocada pela concentração de mão-de-obra, deslocada de outros espaços. Essa parcela da população ao se deslocarem iam em busca, entre outras coisas, de melhoria de situação de vida, entre elas está o acesso a educação, almejando com a vinda para a cidade ter uma escolarização, como se percebe na fala de uma das entrevistadas:

[...] meu pai trouxe a gente do interior para estudar aqui. Veio morar aqui para colocar os filhos para estudar. Então, ele colocou na escola de primeiro grau, primário, foi assim que eu comecei a estudar. (JOANA, ENTREVISTA, 2011).

Percebemos através das reminiscências da entrevistada que algumas pessoas se deslocavam para os centros urbanos procurando proporcionar aos filhos a oportunidade de escolarizarem-se, como aconteceu na família de Joana, em que o pai se deslocou para a cidade na intenção de proporcionar educação escolar à filha, com o seu ingresso no ensino primário.

A excessiva densidade demográfica em alguns municípios ou regiões foram importantes para a formação de centros urbanos, como as metrópoles, sendo estas concentradoras de riquezas, embora não estejam livres de problemas ocasionados pela elevada demanda populacional. Uma vez que o processo de urbanização trouxe como consequência à exigência por serviços públicos como infra-estrutura, transporte, habitação, saúde e principalmente educação. Sendo que um dos problemas agravados com o crescimento populacional foi o analfabetismo, há muito tempo existente em nosso país, tendo em vista o acúmulo de pessoal que não encontrava suporte educacional necessário para escolarizar a população.

Nascimento e Barreira (1993), afirmam que o aumento nas taxas de urbanização trouxeram algumas implicações sociais e econômicas, dentre as quais citam a deterioração da qualidade de vida, resultante de serviços que se apresentavam insuficientes para atender a demanda populacional que estava em rápido crescimento. Desse modo, uma parcela significativa da população era excluída dos benefícios da modernização ora reinante no Brasil. De acordo Ridenti

(1993) ao passo que o país se desenvolvia e modernizava “As massas despossuídas, a criminalidade, o subemprego, a exploração do trabalho, as carências de alimentação, saúde, moradia e educação” (RIDENTI, 1993, p. 22) tenderiam também a crescer na mesma proporção. Nessa perspectiva, o efetivo populacional também era responsável por influenciar no modo de vida, bem como nos padrões de comportamento da população, considerando os diferentes setores da sociedade.

Como dito anteriormente um dos problemas que se agravava com o crescimento populacional estava relacionado à educação, em que tínhamos o analfabetismo um dos principais focos a serem combatidos e sua erradicação era apresentada como um dos meios para se resgatar a economia e proporcionar o desenvolvimento do país, uma vez que uma população bem instruída teria condições de transformar sua realidade. Desse modo, Cunha e Silva em matéria ao jornal *O Dia* afirma:

Instruir e educar o povo é a solução mais rápida para se conseguir a redenção econômica do Brasil. Que se criem planos educativos que dêem mais possibilidades para o Brasil possuir maior número de técnicos e de cientistas, para o Brasil se industrializar com mais rapidez e eficiência, não apenas nas indústrias de transformações, como também na siderurgia, na chamada indústria pesada, como está dando exemplo em nossos dias a Republica Popular da China.
[...]

Ele só chega a ser verdadeiramente uma grande nação quando a praga do analfabetismo estiver varrida do seu território (*O Dia*, 30/03/1961, p. s/n).

No entanto, quem mais sofria com os problemas sociais e com a falta de políticas pública que pudessem sanar o analfabetismo no país era a população mais carente. Assim, visando amenizar essa situação e atender a essa população foram criados alguns programas educacionais, como o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que teve como principal objetivo erradicar o analfabetismo entre os jovens e adultos no Brasil. Além desta iniciativa, tivemos ainda o funcionamento do Ensino Supletivo que visava instruir a população de jovens e adultos que por algum motivo ou outro não tiveram oportunidade de estudar na idade apropriada. As iniciativas para o desenvolvimento educacional, tanto do poder público como também de particulares, foram intensas nesse período.

Uma das causas do analfabetismo no Estado era o ensino precário, como relata a notícia do *Jornal Estado do Piauí*, em 24 de janeiro de 1963⁷ que traz o ensino primário como deficitário, uma vez que neste ano haviam 200.000 crianças analfabetas e fora da escola pelo fato destas escolas não apresentarem capacidade em termos de infra-estrutura e de formação profissional, com professores despreparados para lecionar.

O analfabetismo não era um caso particular do Piauí, mas também do Brasil, considerado inclusive como um problema educacional brasileiro que deveria ser solucionado. Sobre este fato, o educador Cunha e Silva (1962) afirma:

O problema educacional do Brasil não é apenas erradicar o analfabetismo da sua população, como também dar outros rumos aos nossos processos de ensino. É necessário que se eleve o nível cultural do Brasil. O progresso da democracia brasileira depende do próprio desenvolvimento cultural do País (CUNHA E SILVA, *O Dia*, 01 de março de 1962).

Nesse sentido, alfabetizar não seria a única solução, investimentos em todos os níveis de ensino seriam necessários para elevar o nível intelectual e cultural da população, de modo a prepará-la para ajudar no desenvolvimento cultural e no progresso democrático do país, reconhecendo a educação como principal meio de transformação social.

2.1.2 A mulher na sociedade

Como vimos, as décadas de 1960 e 1970 e início de 1980 foram de intensas transformações, período em que foi possível se verificar algumas mudanças no seio da sociedade que constituiriam verdadeiras revoluções sociais. O país passava por um intenso processo de urbanização e industrialização, delineando novas condições de vida para a população, sendo que a exigência por mão-de-obra barata fez com que a participação feminina nos espaços públicos aumentasse consideravelmente.

⁷ 200.000 crianças no Piauí não recebem Educação Primária. **Estado do Piauí**, Teresina, 24 jan. 1963. ANO XXXIV, Nº 512, p. 3.

Em nossa sociedade muitas foram as mudanças pelas quais a mulher passou, uma delas relacionada à alteração do seu papel social quanto a hábito, costumes e valores. Para Cardoso (1998):

Os papéis sociais são construções históricas modificáveis ao longo do tempo. Durante a história, a organização das diversas sociedades esteve relacionada ao papel que mulheres e homens desempenharam. Esses padrões de comportamento prescrevem os espaços a serem ocupados, os hábitos, os costumes, os valores e as representações sociais, tanto individuais quanto coletivas, de um e outro sexo (CARDOSO, 1998, p. 18).

Assim, o processo de modernização constatado no cenário nacional com o desenvolvimento da sociedade urbano industrial foi importante para a redefinição de papéis e relações sociais de homens e mulheres, sobretudo das mulheres com a reconstituição de novos papéis para elas. Assim, a mesma passa a assumir novos postos de trabalhos e a ampliar seu nível de instrução. Para Vaitsman (1994) o período de modernização

[...] que engloba a industrialização e a urbanização, o desenvolvimento de atividades educacionais, científicas e tecnológicas, a diferenciação institucional teve explicações decisivas para a divisão sexual do trabalho e para a construção social do gênero moderno. Com a industrialização e a separação entre unidades domésticas e atividades empresariais, a divisão sexual do trabalho na sociedade reorganizou-se (VAITSMAN, 1994, p.15).

Segundo a autora, citada acima, essa reorganização se deu com a constituição de espaços femininos, não mais restritos ao doméstico, agora ampliado para os espaços públicos, considerado o da rua, o que redefiniu sua posição na sociedade. As alterações constatadas no papel da mulher não só as transformações sociais, mas também às mudanças de comportamento fizeram surgir novos padrões de relacionamentos entre homens e mulheres. Porém, com fortes desigualdades, sobretudo em termos salariais e culturais. Para Hobsbawm (1995):

[...] o que mudou na revolução social não foi apenas a natureza das atividades da mulher na sociedade, mas também os papéis desempenhados por elas ou as expectativas convencionais do que devem ser esses papéis, e em particular as suposições, e sua proeminência pública (HOBBSAWM, 1995, p. 306-307).

Deste modo, a partir do momento em que a mulher começa a sair do espaço privado – considerado o do lar - e ir para o espaço público - setores da sociedade – mais especificamente o mercado de trabalho, nesse momento ela começa a dar seus primeiros passos em busca de sua efetiva emancipação que explode com os movimentos feministas em 1960, dando início assim ao processo de renovação da sociedade através de debates e ideias que geraram mudanças de comportamento e de mentalidades.

As mudanças verificadas no comportamento feminino foram constatadas nos diversos setores, na educação, no mercado de trabalho, na família e em outros espaços, a partir da concepção social que se formava quanto a sua posição na sociedade, tendo em vista os direitos que passaram a ser reconhecidos e ampliados. Segundo Santana (2008), as transformações relacionadas aos comportamentos femininos cresceram no Brasil e no mundo, a partir de meados do século XX, provocando concepções de novos valores, sendo as décadas de 1960 e 1970 “[...] o momento em que os fluxos de novidades redefiniram olhares para questões relativas à política, à economia, à vida social e à sexualidade” (SANTANA, 2008, p. 24). A revolução sexual iniciada nesse período visava à emancipação feminina.

Com a intensificação dos processos de urbanização e industrialização, a partir da década de 1960, ocorreram algumas transformações no cenário urbano:

[...] cresceu o número de mulheres tanto no trabalho extradomésticos, quanto nas escolas; os níveis de fecundidade se modificaram; instabilizaram-se os laços conjugais; ocorreram inovações no âmbito familiar; as concepções sociais quanto à posição feminina foram renovadas; ressurgiram os movimentos feministas; as mulheres viram seus direitos reconhecidos e ampliados em diversos países, principalmente no âmbito político, dentre outras mutações (CARDOSO, 1998, p. 21).

As transformações citadas por Cardoso (1998) nos mostra um quadro de profissionalização das mulheres, o que refletia a procura por sua independência financeira, havendo assim uma diminuição nas taxas de fecundidade e consequentemente no número de filhos, em virtude de sua saída para o trabalho.

Nesse sentido, a intensa urbanização e modernização das cidades “[...] foram delineadores de outros valores, costumes e sociabilidades na sociedade” (SANTANA, 2008, p. 24). Assim, as mudanças ocorridas no espaço urbano possibilitaram o estabelecimento de novos padrões sociais, tanto nos espaços

públicos e privados. Ampliou-se também a presença das mulheres em todos os níveis de ensino e cresceu sua participação no mercado de trabalho. Além disso, elas começaram a ter acesso aos meios contraceptivos como forma de manter o controle de sua fertilidade. No entanto, vale ressaltar que essas transformações se dão de forma desigual, pois teremos a influência de classe, idade e também etnia.

2.2 Piauí de outrora: 1960 - 1982

Assim como o Brasil, o Piauí também vivia no período (1960-1982) um processo de urbanização e industrialização, embora lento, pois ainda era uma sociedade predominantemente rural. Ao mesmo tempo em que o país crescia e se modernizava o Estado procurava adaptar-se a realidade nacional, uma vez que ele era influenciado a isso. De acordo com recenseamento realizado nos anos de 1960 e 1970 temos os seguintes dados em relação à predominância da população piauiense:

Tabela 1 Recenseamentos 1960 e 1970

Ano	População Total	População Urbana	%	População Rural	%	Densidade Demográfica
1960	1.249.200	292.422	22,98	956.778	77,02	4,97
1970	1.680.573	536.612	31,93	1.143.961	68,07	6,69

Fonte: REBELO, Emilia de C. Gonçalves. A urbanização do Piauí, in Carta Cepro, Teresina, PI, janeiro/junho, 2000. In: NETO, Adrião. **Geografia e história do Piauí para estudantes:** da pré-história à atualidade. 6. ed. Teresina: Edições Geração, 2010. p. 140.

Analisando a Tabela 1 percebemos que de 1960 a 1970 houve um crescimento no número da população urbana e uma diminuição da população do campo. Apesar do Estado ser constituído por uma maioria rural encontrando-se dispersa em um vasto território. Há nesse período uma transferência acelerada do campo para a cidade, o que de acordo com a fundação Cepro promoveu uma “[...] importante transformação no cenário urbano e nas estruturas de consumo, renda e cultura da população, modificando hábitos e costumes, melhorando os níveis de educação e de cidadania” (PIAÚÍ, 2003, p. 39).

Essa população migrou para alguns núcleos populacionais, no caso de municípios que se tornariam no período centros de atração e concentração

populacional, onde podemos citar Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos como sendo os maiores no Estado. Estes núcleos funcionavam “[...] como pontos de apoio econômico e institucional para a difusão da sociedade urbano-industrial” (MARTINS, 1979, p. 161) em andamento no período. Assim, temos os seguintes números relacionados à distribuição da população urbana, levando em consideração os quatro municípios citados anteriormente.

Tabela 2 Distribuição da população urbana

ANO	TERESINA		PARNAÍBA		FLORIANO		PICOS		POPULAÇÃO URBANA TOTAL DO ESTADO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
1950	51.418	51,0	30.174	29,0	9.101	9,0	4.568	4,5	100.697	100,0
1960	98.329	54,4	39.145	21,1	15.574	8,6	8.080	4,4	180.784	100,0
1970	181.071	53,9	57.031	17,0	26.791	7,9	18.092	5,3	335.420	100,0

Fonte: Censo Demográfico – FIBGE. In: PIAUÍ. Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina, 1979.

A Tabela 2 mostra o crescimento em termos populacionais nas quatro cidades mais populosas do Estado. Em todas elas percebe-se um aumento significativo sucedido de 1950 a 1970. Em Teresina esse crescimento deve-se pelo fato de ser a capital do Estado, centro político-administrativo e também por apresentar uma infraestrutura capaz de atender a demanda da população que para lá migra em busca de emprego, habitação e serviços como educação e saúde, com fim na qualidade de vida, uma vez que muitas famílias buscavam fugir da seca que castigava o Estado no período.

Segue o mapa do Piauí com a localização das 4 (quatro) cidades, como vemos cada uma fica em regiões distintas.

Foto 2 Mapa do Piauí



Fonte: disponível em < www.wikipedia.org/wiki/Piauí >

Teresina localiza-se no centro-norte piauiense com uma população total de 220.520 habitantes em 1970 apresenta-se como a primeira maior cidade do Estado em termos populacionais. Muitos destes moradores migravam de outras cidades do próprio Piauí e também de outros Estados.

Parnaíba é a segunda cidade com maior número de habitantes, está situada no norte do estado com uma população de 57.031 habitantes na zona urbana em 1970. De acordo com relatório desenvolvido pelo IBGE para planejamento da área nordestina a cidade representou no período um importante centro de entreposto comercial que se urbanizou com a migração de populações oriundas de cidades piauienses vizinhas e também de outros estados como Maranhão e Ceará que vinham em busca de melhores condições de vida. A região que estava localizada Parnaíba abrangia as cidades de Luís Correia, Buriti dos Lopes, Cocal, Piracuruca, Luzilândia, Esperantina, Joaquim Pires, Matias Olímpio, Piriçiri, Batalha, Olho d'água Grande e Pedro II.

Como terceira maior cidade do Estado, Floriano está situada no Centro Oeste do Estado, localizada às margens do rio Parnaíba. Na década de 1970 foi considerada a terceira cidade piauiense, em termos populacionais, de acordo com dados do IBGE representando 26.791 habitantes residentes na área urbana.

Floriano constitui-se por ser uma região subpovoada que, de acordo com o planejamento da área nordestina, decorre “[...] de toda uma evolução socioeconômica regional ligada, sobretudo à expansão da pecuária” (BRASIL, 1971, p. 19). Com isso, percebe-se a predominância de uma população rural. Esta cidade faz parte de uma região que juntamente com ela compreende também os municípios de: Rio Grande do Piauí, Itaueira, S. Francisco do Piauí, Nazaré do Piauí, Francisco Aires, Socorro do Piauí, Flores do Piauí, Jerumenha, Guadalupe, Landri Sales, Bertolínea, Manoel Emídio, Marcos Parente, Eliseu Martins, Antonio Almeida, Amarante, São José do Peixe, Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Palmeira do Piauí, Cristino Castro, Santa Filomena, Bom Jesus, Redenção do Gurgueia, Monte alegre do Piauí, Floriano, Anísio de Abreu, Gilbués, Caracol, Canto do Buriti, São João do Piauí, Barreiras do Piauí, Santa luz, Paes Landim.

Das cidades expostas no parágrafo anterior que compõe a Região de Floriano, apenas a cidade de Floriano apresentava população urbana superior a rural. No entanto, essa região apresentava alguns pequenos centros urbanos locais que integravam a área. É importante salientar que no período:

[...] a grande maioria da população urbana de Floriano é constituída de indivíduos não naturais do município: - em 20.340 habitantes, cerca de 82% nasceram em outros municípios do Piauí, nos demais estados brasileiro (nordestinos, principalmente) e no Líbano. (BRASIL, 1971, p. 49).

Picos considerada a quarta cidade em número de habitantes, está localizada na região Sudeste do Piauí apresentava na década de 1970 uma população de 18.092 habitantes compreendendo a área urbana.

O Piauí apresentava uma população em sua grande maioria rural, sendo que aos poucos este se urbanizava e mostrava seu potencial de desenvolvimento, a partir do processo de industrialização que se instalava mesmo que de forma lenta e gradual.

A economia do Estado no período (1960-1982) estava voltada para a produção agrícola, é tanto que o ano de 1968 foi considerado o ano da

agropecuária, segundo nota divulgada pelo jornal *O Dia* em 29 e 30 de dezembro de 1968, quando enfatiza o avanço dado ao setor no Estado. No período, havia uma exigência em torno da reforma agrária visando o beneficiamento da população do campo. No sentido de viabilizar a economia investimentos foram realizados em relação a comunicação e transportes entre as cidades através de ligações rodoviárias realizadas entre o norte e o sul do Estado, parte da política de desenvolvimento nacional.

No período em estudo estavam sendo implementadas a construção e abertura de novas estradas integrando o interior ao litoral, visando o escoamento da produção em prol do desenvolvimento e progresso econômico do Estado. Como podemos ver a seguir:

GENGE anunciou a conclusão de rodovia vacinal concluída ligando Estradas de Antonio Almeida á rodovia PI-9, perfazendo uma distância de 24 Km, com duas pequenas pontes de madeira. Importante visto a localização de uma região riquíssima e de grande produção, até então sem via de escoamento (*O Dia*, Teresina, 05 de agosto de 1970, p.1).

Investimentos como estes aceleravam o processo de desenvolvimento sócio-econômico do Estado, uma vez que a agricultura constituía a base da economia piauiense no período. Além dessas iniciativas, criaram-se condições para “[...] vencer as grandes distâncias geográficas e a ausência de canais de comunicação” (MARTINS, 1979, p. 80) diminuindo o isolamento entre as cidades, bastante acentuado nos períodos anteriores. Ao tempo que viabilizava não só a comunicação, como também, possibilitava a expansão da educação, levando o ensino para muitas localidades, principalmente para aquelas mais afastadas dos centros urbanos. Abaixo segue a imagem de uma das obras realizadas que interligavam algumas cidades no Piauí.

Foto 03 Ponte rodoviária sobre o Rio Poti, ligando os municípios de Campo Maior e Castelo do Piauí.



Fonte: SANTOS, Pompilio. Mãos Dadas. *O Dia*. Teresina, 12 de fevereiro de 1969, p. 3.

Não só o desenvolvimento para escoamento da produção estava em ação, como também o melhoramento da rede de infraestrutura das cidades do interior do Estado. A este respeito tivemos estradas de rodagens sendo construídas, em todo o território piauiense, postos de saúde e hospitais nas diversas regiões do Estado, obras assistenciais, seja na área da agricultura familiar principalmente visando o auxílio das regiões que sofriam com a seca com construção de açudes e poços e a constante luta contra o analfabetismo com a difusão de programas que visavam este fim ou mesmo construções de escolas para atendimento tanto em nível primário como secundário.

Centros regionais foram implantados para o desenvolvimento de alguns municípios, bem como a execução de programas visando à colonização de regiões para a fixação de famílias nos municípios. Como exemplo podemos citar as cidades de Guadalupe, Antonio Almeida, São João dos Patos e Benedito Leite, como algumas das localidades que receberam este programa.

Com relação à industrialização processada no período, apresentou-se como um importante meio que ajudou no processo de urbanização, pois as cidades cresciam à medida que havia um incremento na mão-de-obra disponível para o desempenho de atividades neste setor. Sobre isso temos em matéria jornalística no ano de 1968 que o meio rural deveria “[...] liberar mão de obra para atender á demanda de novos núcleos urbanos em formação e, não obstante, aumentar a

oferta de alimentos e de matéria prima para a indústria” (*O Dia*. Teresina, 22 e 23 de dez. de 1968. p. 3).

Dessa forma, os núcleos populacionais cresceram, tanto que em 1978 houve, segundo mensagem proferida pelo governador da época Dirceu Mendes Arcoverde, “uma [...] preocupação quanto ao desenvolvimento das cidades, uma vez que 36,7% da população nesse período residiam nas zonas urbanas, verificando-se nos principais centros um crescimento demográfico acentuado” (PIAUI, 1978, p. 68), requerendo para isso medidas de ordenamento. Como exemplo desse ordenamento temos: pavimentação de ruas e avenidas, instalação de hospitais, chafarizes, habitação, além de serviços sociais prestados á população, como serviço telefônico e de abastecimento.

Em síntese, as cidades piauienses cresciam impulsionadas pelas suas potencialidades locais, expandindo seus espaços de atuação. Assim, de acordo com Santana:

As reformas urbanas com a abertura de novas avenidas, a ampliação do abastecimento de água, de distribuição de energia elétrica e da rede de telefones eram novidades que movimentavam, a cidade e mostravam a firmeza com que se propunha a romper com o passado, aproximando-se de práticas que pudessem ser percebidas como urbanas, em detrimento do provincianismo que marcava as vivências cotidianas (SANTANA, 2008, p. 12).

Nesse período muitas melhorias foram realizadas pelos governos municipais alguns em convênios com o Estado, visando o beneficiamento da população. Em seguida temos imagem de um dos melhoramentos no setor urbanístico realizados na cidade de Parnaíba com pavimentação de ruas que apresentavam sérios problemas no período das chuvas.

Foto 04 Infra-estrutura das cidades



Fonte: Povo e prefeitura trabalham para o desenvolvimento de Parnaíba. *O Dia*. Teresina. Nº 3.822, 2 de fevereiro de 1974, p. 4.

Conforme Santana a cidade de Teresina, aliado ao crescimento populacional “[...] caminhou para a dinamização das atividades econômicas, principalmente, no que diz respeito ao setor de serviços, geradores de um contexto de novas possibilidades de ações no interior do espaço urbano” (SANTANA, 2008, p. 22).

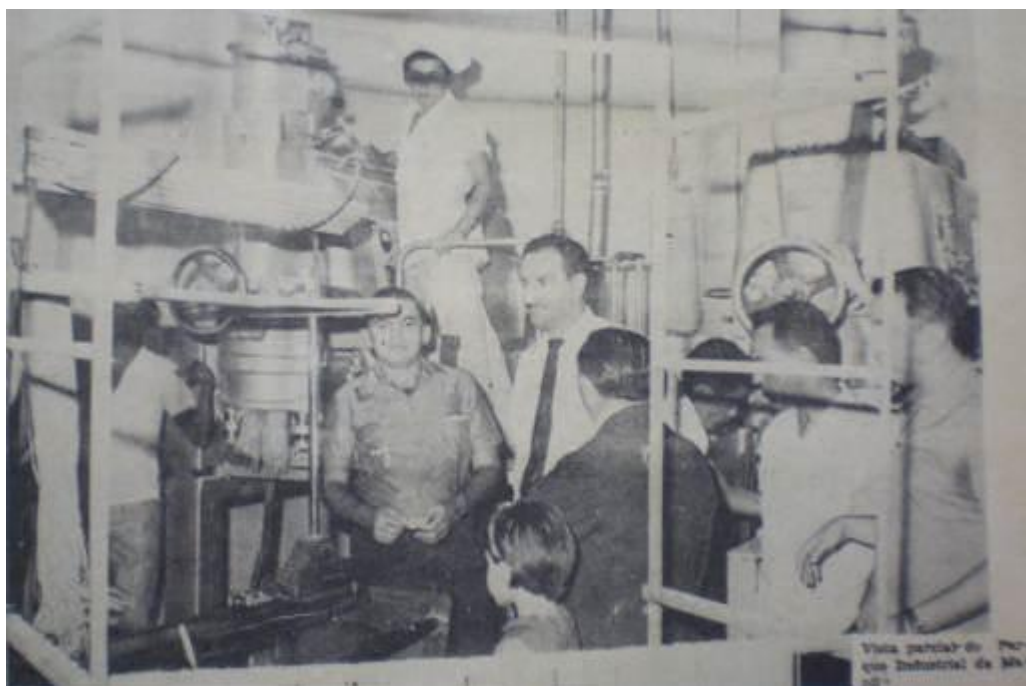
Quanto à indústria temos o complexo industrial constituindo força viva de desenvolvimento. Segundo artigo jornalístico:

[...] todos os fatores da sociedade intimamente ligados aos setores de produção. Assim, produzir bens de consumo é promover o aumento da riqueza, proporcionando à comunidade melhores condições econômicas e sociais. Os países desenvolvidos têm suas metas apoiadas no parque industrial. Além de oferecer mão-de-obra para os operários, a indústria cria mentalidade progressista, fortalecendo a sociedade e o Estado. (*O Dia*, Teresina, 3 de julho de 1970).

Assim, visando o desenvolvimento industrial do Estado foi implantado o Distrito Industrial localizado na cidade de Teresina, que favoreceu de certa forma o processo de urbanização em andamento. Nos anos de 1970 algumas indústrias

vieram e se instalaram no Piauí como é possível ver nas páginas dos jornais pelos destaques que eram dados, devido à importância que representavam para a economia local e conseqüente desenvolvimento do Estado. Isso pode ser evidenciado na imagem retirada de um dos jornais de circulação local na época.

Foto 05 Distrito Industrial do Piauí



Fonte: Plac, uma indústria piauiense em ritmo de Brasil grande. *O Dia*. Teresina, n. 3.560, 4/5 de março de 1973, p. 4-5. Caderno 2.

A imagem acima mostra uma das indústrias abertas na Capital Teresina na década de 1970 na região do Distrito Industrial. A instalação dessas indústrias contribuíram significativamente para um desenvolvimento, bastante enfatizado no período.

Sobre a instalação destas indústrias no Estado, Martins (1979) afirma que a reduzida população urbana teria sido um dos fatores que restringiu o aparecimento de indústrias no Estado, onde somente Teresina e Parnaíba constituiriam os maiores aglomerados urbanos.

Segundo nota publicada em artigo jornalística temos a seguinte afirmação:

Entendemos não ser possível o desenvolvimento e o progresso do estado sem a participação direta do povo e esta participação só se fará efetiva com a conveniente integração do homem na comunidade, através de processos de educação de base que

incluam assistência e educação sanitária e adequada preparação para o trabalho. [...]
Expansão e melhoria da rede escolar primária, diversificação e gratuidade do ensino médio e difusão do ensino superior (*O Dia*, Teresina, 21 de junho de 1962).

Dessa forma, o desenvolvimento e o progresso do Estado dependeriam do da educação dispensada ao povo, de modo a prepará-lo para o mercado de trabalho. Assim, os investimentos educacionais com expansão e melhoria educacional em todos os níveis de ensino seriam indispensáveis para que isso de fato acontecesse.

2.3 As Leis educacionais na constituição da Educação Brasileira

Em 1960 a educação brasileira apresentava-se marginalizada e o ensino dual, a população menos favorecida economicamente não desfrutava das mesmas condições de preparo e acesso a escolarização, como a classe média e abastada que tinham oportunidades de ingressar no Ensino Superior. Tentando amenizar esse problema da população mais carente, a educação passou a ter um caráter compensatório, com o objetivo de romper com o atraso vivenciado até então. Assim, acreditando que instruir e educar o povo seria a melhor solução e a mais rápida para se conseguir a “salvação econômica” do país, além de proporcionar o desenvolvimento cultural e intelectual, foram implementadas Leis e Reformas que visavam estruturar o ensino, como foram os casos das Leis 4.024/61⁸, 5.540/68⁹ e 5.692/71¹⁰ que introduziram mudanças significativas na estrutura do ensino de 1º e 2º grau, bem como do superior.

A primeira das leis, a 4.024/61 “fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional” e propõe uma educação voltada para o desenvolvimento social e

⁸ Conforme Francisco Filho (2001), “A Lei 4024/61, depois de ‘uma viagem’ de 13 anos pelos labirintos do Poder Legislativo, a chamada “guerra dos 13 anos”, com sucessos e retrocessos, brigas entre católicos e escolanovistas, entre adeptos do centralismo e contrários, entre grupos regionais, acabou sendo aprovada [...] estabeleceu os fins da educação [...]” (FRANCISCO FILHO, 2001, p. 104).

⁹ De acordo com Francisco Filho (2001), a Lei “[...] fornecia as bases estruturais para graduação, pós-graduação, extensão universitária, aperfeiçoamento e especialização [...]” (FRANCISCO FILHO, 2001, p. 122).

¹⁰ Lei que “seguiu os moldes da Lei 5540; estabeleceu uma estrutura de princípios baseada no tecnicismo, determinou que se desse uma formação profissional no nível de 2º grau, eliminou barreiras como a admissão ao ginásio e criou um bloco com 8 anos de estudos, chamado de 1º grau.” (FRANCISCO FILHO, 2001, p. 122).

educacional, capaz de desenvolver a personalidade humana e estimular novas formas de relações sociais, tudo isso proposto como fins no Art. 1º da lei.

Art. 1º A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça (BRASIL, 1961).

A lei nº 5.540/68 reformula o Ensino Superior brasileiro, “fixa normas de organização e funcionamento e sua articulação com a escola média, e dá outras providências”. Redefine um novo modelo de educação que prevê a modernização da universidade adequando-a as necessidades da época, tendo em vista a superação do modelo de Ensino Superior vigente e o desenvolvimento do país.

Enquanto a lei nº 5.692/71 “fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências”, reformando o ensino de 1º e 2º graus e instituindo a obrigatoriedade do ensino profissionalizante no Brasil em nível de 2º grau como meio de possibilitar formação profissional e ingresso no mercado de trabalho. Essa forma de educação, de acordo com Rodrigues e Otranto (2010), ocasionaria a diminuição da desigualdade social, uma vez que o crescimento da escolarização e da consequente profissionalização diminuiria consideravelmente o nível de desemprego da população, principalmente a mais carente economicamente.

A Reforma de 1971 tinha como um dos objetivos conter a demanda no ensino superior através da formação técnica em nível médio. No entanto ela fracassa, sendo implantada em 1982, a Lei nº 7.044 alterando a Lei nº 5.692/71.

Essas leis e reformas foram elaboradas no momento em que o Brasil vivia um período de transição política, onde as mesmas são inseridas no contexto de uma política educacional atrelada ao regime autoritário proposto para a época,

encontrando-se, assim, submissa aos interesses ideológicos e econômicos da burguesia nacional e estrangeira.

Temos em 1964, de um lado, a ditadura militar trazendo características novas, na perspectiva governamental, ao projeto educacional, projeto considerado desenvolvimentista. E de outro, os segmentos ministeriais iniciavam um entrave para o ensino primário gratuito e de qualidade. Nesse período segundo Rodrigues e Otranto.

A educação vista como um aparelho de hegemonia permite entender a importância que o sistema educacional teve no Regime Militar. Constituiu-se no principal meio de reprodução da mão de obra e das relações de produção, pois o sistema educacional foi reestruturado para atender aos interesses dos representantes do poder (RODRIGUES E OTRANTO, 2010, p. 13).

No setor educacional em 1966 temos o acordo MEC/USAID/CONTAP (Ministério da Educação e Cultura/United States Agency International for Development/Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso) que visava à melhoria do ensino. Brito (1996) relata que no Piauí, foi firmado em 19 de outubro de 1967 o II Acordo SUDENE/MEC/USAID/Estado do Piauí/CONTAP que possibilitou a conclusão de obras escolares.

2.3.1 Educação no Piauí

No período de 1960 a 1982, o problema do analfabetismo ainda era uma realidade presente no Piauí, pois ainda era possível constatar um número elevado de crianças em idade escolar fora das escolas, devido entre outras coisas à ausência de estabelecimentos educacionais, principalmente nas localidades rurais. De acordo com Cunha e Silva “Em vários estados da federação a situação é a mesma. Milhões de crianças e jovens brasileiros não vão à escola e um dos motivos é a carência delas em todo o país” (*Estado do Piauí*, 24/06/1965), proporcionando um baixo nível econômico e cultural entre a população, principalmente daqueles que residem no meio rural.

De acordo com censo escolar preliminar apresentado no período de 1960 a 1964:

Do total da população escolarizável, na faixa etária de 7 a 14 anos, 85.342 residiam na zona urbana e destes 64.083 frequentavam escola, enquanto na zona rural, do total de 214.444 crianças existentes, apenas 64.813 frequentavam escolas correspondendo ao percentual de 42% aproximadamente (BRITO, 1996, p. 136).

Esse déficit relacionado à escolarização na zona rural levou o governo à regionalização de algumas escolas para o atendimento da demanda em todo o Estado.

Assim, visando combater o analfabetismo e atender a população escolarizável, na faixa de 7 a 11 anos de idade, foi lançado o Programa de Emergência no ano de 1962 com o objetivo de atender o Ensino Primário e o Médio, mediante convênios entre o Ministério da Educação e Cultura e os Estados brasileiros. Para a execução desse programa, cada Estado apresentaria um plano de aplicação que levaria em consideração as necessidades reais de cada Estado. Segundo Brito, então coordenador do Curso no Piauí:

O Piauí foi o segundo Estado, na ordem cronológica, a apresentar seu plano e, para surpresa, o plano elaborado pela Secretaria de Educação do Piauí foi considerado pela Secretaria Geral do Ministério da Educação o melhor, merecendo ser copiado e distribuído como modelo aos demais Estados (BRITO, 1996, p. 133).

Os recursos destinados à implementação deste programa seriam aplicados tanto no Ensino Primário quanto no Médio, os recursos seriam distribuídos para a construção de escolas, aquisição de material didático e escolarização de emergência, isso designado para o primário, sendo que para o Ensino Médio além dos dois primeiros itens, teríamos sua aplicação em Bolsas de Estudo e Planos Especiais. A execução desse programa possibilitaria a expansão física da rede escolar, como também o aumento na oferta de vagas nos dois níveis de ensino.

No período de 1960 a 1982, o Piauí contou com a construção de prédios escolares e ampliação de salas de aulas, especialmente em municípios do interior do Estado, onde a situação, com relação à população escolarizável, era mais preocupante. A abertura destes espaços exigia-se a contratação de um corpo docente habilitado para atuar, uma vez que a maioria dos professores primários na zona rural era constituída por leigos. Sendo então, aberto pelo Estado, cursos de

formação de professoras em caráter de emergência, bem como a instalação de escolas normais rurais, voltada para a formação destes profissionais.

Os cursos de emergência preparariam professores para lecionar em escolas dos municípios do interior do Estado, sendo estas contratadas e pagas com verbas federais, tendo as mesmas, garantia de estabilidade em suas funções (CUNHA E SILVA, 18/08/1963).

Com o intuito de proporcionar oportunidades de instrução e educação profissional aos jovens da época, o governo do Estado preocupado com o problema da instrução estadualizou cursos de Ensino Médio e criou mais unidades de ensino, tanto em nível primário, quanto secundário. Sendo esse grau de instrução alvo de apreço entre os governantes, por considerá-la fundamental a vida. Vemos isso ilustrado na fala do então governador do Estado, Chagas Rodrigues no ano de 1960 quando se posicionou a respeito da educação.

Hoje em dia, quem não tiver um grau de instrução, ao menos na escala média, não pode alcançar destaque ou posições honrosas. O homem mais bem armado é o que possui instrução, educação ou saber – bens sociais que tudo lhe possibilitam (*Estado do Piauí*, 16/06/1960).

A educação era vista como um bem que o indivíduo poderia dispor para obter lugar de destaque na sociedade e pela fala é perceptível a valorização que o ensino secundário passou a ter naquele período, passando a ser reconhecida por alguns governantes.

Muitos foram os investimentos empregados no setor educacional na década de 1960. Nesse período tivemos um crescimento da rede de ensino, tanto em nível primário quanto médio, bem como do superior. Em relação ao último tivemos com a criação de mais uma faculdade no Estado, a Faculdade de Odontologia localizada em Teresina. Autorização de funcionamento foi concedida pelo Decreto presidencial nº 48.525 em 15 de julho de 1960, sendo a mesma estadualizada em 1961 o que amplia a oferta de Ensino Superior, antes restrita à Faculdade de Direito e de Filosofia. Este fator proporcionou aos estudantes secundaristas a ampliação das oportunidades de darem continuidade aos estudos e seguirem uma carreira profissional com formação em nível superior.

Reflexos sentidos em relação à demanda de matrículas entre a população escolarizável no período como é possível perceber em alguns números no Quadro 2.

Quadro 2 Número de Matrículas (1965-1967)

GRAUS DE ENSINO	MATRICULAS			Crescimento
	1965	1966	1967	%
Ensino Primário	143.983	147.272	161.702	20%
Ensino Médio	8.660	11.965	16.812	49%
Ensino Superior	—	292	359	19%

Fonte: Piauí. Mensagem apresentada à assembleia legislativa do estado do Piauí, nO *Dia* 1º de março de 1969, pelo Governador Helvidio Nunes de Barros, relativa à administração estadual no exercício de 1968. Teresina: Imprensa Oficial, 1969, p. 59.

Verificamos no quadro acima um aumento no número de matrículas, sendo que o crescimento maior se deu no ensino médio. Resultado justificado pela política de expansão que acontecia no período.

Quanto ao Ensino Secundário que integrava o ensino médio, já era possível verificar sua preocupação com a formação profissional, uma vez que alguns ginásios foram implantados para orientar para o trabalho. Como podemos verificar em uma das mensagens apresentadas no ano de 1967 ao legislativo estadual pelo governador do Estado.

A secretaria deu ênfase á implantação de ginásios orientados para o trabalho, proporcionando recursos para as unidades já existentes e construindo oficinas apropriadas para aquelas atividades, que contribuirão para a obtenção de mão-de-obra elementar em diversos setores (PIAUI, 1967, p. 20).

De acordo com Brito (1996), a década de 1970 foi considerada a década da educação¹¹, período marcado por algumas transformações no setor educacional, dentre elas, como já foi mencionado, a reforma educacional proposta pela lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 que propôs a obrigatoriedade escolar para 08 (oito) anos de curso (1º grau), de modo a assegurar o mínimo de formação e habilitação a todos, preparando o individuo melhor, para a vida, bem como para sua

¹¹ Para Brito (1996), “O principal enfoque dos questionamentos na década foi a profissionalização compulsória ao nível do ensino de 2º grau. Estes questionamentos se iniciam antes mesmo da vigência da Lei 5.692/71 que prescrevia aquela compulsoriedade, e se intensificam na vigência daquela Lei. Com efeito o projeto de que resultou a Lei 5.692/71 foi amplamente debatido por diferentes segmentos da sociedade, notadamente pelos educadores e pelas autoridades governamentais” (BRITO, 1996, p. 158).

profissionalização em nível de 2º grau que aconteceria com a preparação dos jovens para o exercício de uma profissão.

Após a lei 5.692/71 “[...] coube à Assessoria Técnica da Secretaria da Educação e Cultura a árdua tarefa de conciliar as peculiaridades regionais com as exigências da nova sistemática educacional enunciada pelo governo Federal” propondo um Plano Estadual para Implantação da referida Lei. Esse plano seria implantado de forma gradativa nos anos de 1972 a 1975 começando pelos municípios de Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos, dentro das possibilidades e adequações regionais de cada município pólo, para execução do referido plano, que por falta de uma cultura de mudanças estruturais profundas fracassou.

Dessa forma, aproveitando as potencialidades do estado para indústria, que encontrava em processo de industrialização, visando o incremento da oferta de emprego no mercado de trabalho, possibilitando, assim, a absorção de contingente de pessoal qualificado. A educação média procurava atender a necessidade do mercado com mão-de-obra qualificada e preparada para ajudar no desenvolvimento econômico e social, formando técnicos de nível médio em várias habilitações, como veremos no próximo capítulo.

3 O ENSINO SECUNDÁRIO NO PIAUÍ

A Memória, onde cresce a História, que por sua vez dela se alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.

Le Goff

O Ensino Secundário no Piauí foi por muito tempo ministrado em algumas poucas escolas, tanto da rede pública quanto particular, no entanto com as transformações que foram acontecendo em nossa sociedade à demanda por este nível de ensino foi crescendo e com ela à necessidade de novos estabelecimentos de ensino para suprir as exigências populacionais.

Nesse sentido, apresentaremos neste capítulo a expansão da escolarização secundária, a partir da construção de escolas em diversos municípios piauienses com destaque para as cidades de Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos. Dentre os motivos que justificam nossa escolha, podemos citar: por serem estas cidades pólos regionais que além de concentrarem o maior número de habitantes localizados na área urbana, também por terem sido as primeiras cidades a receberem a implantação dos cursos profissionalizantes em nível de 2º grau.

Evidenciaremos aqui a organização do trabalho pedagógico e administrativo proposto para as instituições escolares responsáveis por ministrar esse ensino no Estado, com ênfase para as disciplinas que faziam parte da grade curricular, tendo em vista o que foi posposto pela legislação, considerando os cursos ofertados e à comunidade estudantil do período.

3.1 A expansão da escola secundária no Piauí

3.1.1 A Construção de escolas

A educação em todo o território nacional, no período em estudo, apresentava-se como um dos principais problemas a serem enfrentados, uma vez que a demanda populacional e o desenvolvimento do país exigia esse comprometimento por parte dos governantes. Nesse sentido, políticas de desenvolvimento educacional e cultural foram implementadas no sentido de promover o ensino e a cultura entre a população. Em virtude disso, se iniciou a interiorização e a expansão das escolas públicas em todos os níveis de ensino.

Analisando a realidade educacional do período foi possível verificar um significativo aumento no número de matrículas no Ensino Secundário público do Estado, impulsionado entre outros fatores em decorrência do processo de urbanização que se instaurava no período. Esse crescimento demandou esforços no sentido de expandir esse nível de ensino e o crescimento da parte física escolar, com o intuito de oportunizar o ingresso aos jovens da época à educação, bem como para a aquisição de conhecimentos de graus mais elevados para a população, principalmente aquelas economicamente desfavorecidas. Somente em Teresina, de acordo com mensagem apresentada pelo governador do Estado à câmara legislativa no ano de 1972, foi possível perceber, no ano de 1971, uma demanda de matrícula no 2º grau um incremento na ordem de 64% comparado a anos anteriores. Considerando essa realidade de crescente demanda por escolas de nível médio, o governo começou a expandir o número de escolas mantidas pelo estado, oficializando algumas e construindo outras.

Essa política de ampliação dos números de escolas para atender um alunado do ensino médio já acontecia desde o início dos anos de 1960, pois na mensagem governamental de 1960 era claro como o Estado do Piauí mantinha 04 (quatro) estabelecimentos de Ensino Médio gratuito que eram o Colégio Estadual do Piauí e a Escola Normal “Antonino Freire”, em Teresina, esta última possuía tanto o ginásial do Ensino Secundário (2º ciclo) quanto o Ensino Normal para formação de professores. Somando-se a esses dois estabelecimentos existia também o Colégio “Lima Rebelo”, antigo Ginásio Parnaíbano, oficializado em 1959 e a Escola Normal “Francisco Correia”, antes denominada Escola Normal de Parnaíba, os dois estabelecimentos localizados em Parnaíba, ampliando assim a oferta e a capacidade do Ensino Médio gratuito no Estado, antes restrito às duas primeiras instituições de Teresina e mencionadas acima.

Além dessa questão é importante enfatizar a questão da gratuidade do ensino e que na mensagem governamental, proferida pelo então governador Chagas Rodrigues no ano de 196, mostra que 20% das vagas dos estabelecimentos de Ensino Secundário no Estado deveriam ser reservadas aos alunos reconhecidamente pobres, sendo este dispositivo regulamentado pela Constituição Estadual. Essa obrigatoriedade aponta a preocupação e uma ação efetiva do poder público em está assegurando para uma parte da população carente o acesso aos estabelecimentos educacionais, tendo em vista que em décadas anteriores apenas a

parcela da população brasileira com condições de financiar seus estudos é que chegavam aos bancos escolares. Como a demanda por mão-de-obra qualifica crescia, à medida que o país se desenvolvia economicamente, o poder público passa a agir no sentido de garantir o mínimo de pessoas qualificadas para esse novo quadro histórico que emergia no Brasil a partir da década de 1950. Quadro visualizado na mesma mensagem através dos dados relativos às matrículas. Segundo a mensagem o aumento verificado no número de matrículas no Ensino Médio dos estabelecimentos oficiais do Estado nos anos de 1959 e 1960, seria resultante da aplicação dessa política. Assim, temos os seguintes números relacionados aos números de matrícula neste período:

Quadro 3 Matrícula dos estabelecimentos de Ensino Médio Oficial em 1959 e 1960

Ensino secundário	1959	1960
Colégio Estadual do Piauí - Teresina	1.210	1.472
Colégio "Lima Rebelo" – Parnaíba	328	748
Ginásio da Escola Normal "Antonino Freire" – Teresina	566	632
Ensino normal		
Escola Normal "Antonino Freire" - Teresina	77	141
Escola Normal "Francisco Correia" - Parnaíba	38	59
TOTAL	2.219	3.052

Fonte: Piauí. Mensagem à Assembléia Legislativa Chagas Rodrigues, 1961.

Observamos, a partir dos dados apresentados no quadro 03, relacionados ao crescimento no número de matrículas no Ensino Médio do estado, que nos quatro estabelecimentos educacionais presentes no Estado houve um crescimento considerável no número de matrículas, chegando a dobrar no Colégio "Lima Rebelo" para o ensino secundário e na Escola Normal "Antonino Freire" para o ensino Normal. Contexto que mostra por um lado como a população das duas maiores cidades do Piauí passavam a se inserir no novo quadro delineado para a educação, exigindo que as pessoas tivessem cada vez mais grau de estudo e por outro lado aponta que a demanda por educação delineou novos rumos para a educação piauiense com iniciativas para a difusão do ensino e da cultura entre a população.

Uma das iniciativas foi a ampliação da rede com a criação de novas unidades de ensino que pode ser percebida inicialmente nas principais cidades do Estado como Teresina, Parnaíba, Floriano e Picos, tendo em vista que essas cidades eram, naquela época, centros urbanos com maior número de habitantes residentes na zona urbana o que acarretava em uma pressão maior pelo crescimento do ensino em diferentes níveis, principalmente no nível secundário e médio onde a presença de alunos ainda era marcado pela ausência nos bancos escolares, principalmente entre as mulheres. Assim, em relação à expansão das escolas públicas temos matéria jornalística enfatizando a situação de Teresina no que se refere aos ginásios:

Teresina já é uma cidade de cem mil habitantes e que se engalana para a atividade escolar cada ano com mais ginásios e até mesmo com mais alguma escola de nível superior. A nossa capital tem assim concretizado suas aspirações de terra civilizada de melhores costumes e melhorada a sua feição e o seu conceito. [...] O preço do estudo entre nós é caro. Mas em suelto anterior salientamos a iniciativa oficial na criação de muitos ginásios em Teresina que dêles está bem servida. (2/03/1961).

É interessante percebermos pela fala do jornalista que além dele destacar o crescimento da cidade, alia tal contexto ao surgimento não só de estabelecimentos voltados para o ginásio como para instituições de nível mais elevado, o que implica dizer que a oferta de ensino superior estava crescendo em Teresina, isso ocorria em virtude de um aumento que se dava no nível secundário gerando uma demanda para os cursos universitários. Para o jornalista, o reflexo imediato dessa questão foi a concretização na cidade de Teresina de um desejo antigo de seus moradores: uma sociedade civilizada, em virtude de que no geral conjuga-se a ideia do acesso a educação como forma de se chegar a um grau de civilização. As palavras do jornalista, portanto, são os reflexos desse ponto de vista, muito presente naqueles anos na sociedade, como a piauiense, que vivia seu momento de desenvolvimento social e econômico.

Em 1966 essa expansão que acontecia no Estado era visível, sendo que no referido ano o cenário educacional teresinense foi contemplado com a construção de um modelo ginásial, localizado na zona norte da referida cidade, sendo esta descrita em mensagem governamental da seguinte forma: “[...] obra de modelar linhas arquitetônicas, que conta com salas de aula, além de excelente auditório, cantina,

adequadas instalações para secretaria, diretoria e biblioteca” (PIAUÍ, 1969, p. 59). Sendo que outros prédios escolares iguais a este foram iniciados nas cidades de Parnaíba, Campo Maior e Picos.

Ainda em relação ao beneficiamento da cidade com rede de estabelecimentos escolares temos a seguinte informação retirada do jornal da época:

Relativamente, a cidade foi grandemente beneficiada com uma rêde de ginásios que já atingiu a dezessete, a metade dos quais de fundação recente. Senão vejamos, O Colégio estadual abriga três ginásios, um pela manhã, outro á tarde e um noturno. A escola normal Antonino Freire tem um ginásio pela manhã e outro á noite, perfazendo, assim, cinco (O *Dia*, Teresina, 23 de fevereiro de 1961).

Verificamos com isso um incremento na oferta do ensino ginasial o que para o período representa um significativo avanço. A divulgação que a imprensa dava ao crescimento do número de estabelecimentos escolares e a forma enfática como é destacada a arquitetura desses novos prédios nos permite analisar que tal contexto teria como reflexo direto na educação feminina a abertura cada vez maior para sua formação, pois o beneficiamento noticiado pelos governos seja no suporte das mensagens, seja de forma mais geral nos jornais, logo chegaria às mulheres piauienses que tinham interesse em ter uma melhor formação, mas até o momento não podiam manter sua educação. Nesse sentido, a presença de mulheres de baixa renda nos bancos escolares do ensino secundário passaria a ser uma realidade cada vez mais fácil de ser visualizada.

Situação que se estendeu para outras cidades do Estado como Parnaíba. Localizada no interior do Piauí, era uma das cidades que na década de 1960 apresentava um número considerável de estabelecimento de Ensino Médio, pois contava com 08 (oito) estabelecimentos que ofertavam esse nível de ensino, assim distribuídos “[...] 8 cursos secundários, 2 cursos normais e 1 comercial” (BRASIL, 1971, p. 17) número que incluía instituições de ensino público e particular.

No setor educacional, Parnaíba era privilegiada por oferecer atendimento em todos os níveis de ensino, até mesmo relacionada à formação profissional. A cidade prestava assistência não só aos parnaibanos, mas também à população dos municípios vizinhos que para lá se deslocavam em busca de escolarização ou mesmo a procura de oportunidades de vida. De acordo com o relatório apresentado pelo IBGE para subsídio do planejamento da região nordestina (BRASIL, 1971)

encontramos que boa parte da população que migrava para aquela cidade em busca de instrução média era oriunda das cidades piauienses de Luís Correia, Buriti dos Lopes, Cocal e Piracuruca; e das maranhenses: Araisos, Tutóia, São Bernardo, Brejo e de também da cidade de Chaval no Ceará. Ou seja, o atendimento que as escolas de nível secundário prestavam as cidades circunvizinhas evidencia em nossos estudos a necessidade da expansão da escola de nível médio em todo o Piauí, mesmo que concentradas em algumas regiões como a de Parnaíba. Quadro que só fortaleceria com o investimento público na ampliação de oferta de uma escolarização gratuita.

Segundo Lopes (2010, p. 6), a expansão da escolarização secundária pública amplia sua dimensão com a oficialização dos ginásios já existentes em diferentes localidades do Estado. Cita como exemplo em 1961 a oficialização do Ginásio Picoense, que passou a denominar-se Ginásio Estadual “Marcos Parente”. No mesmo caminho outros municípios do Estado expandiram esse nível de ensino entre a população, a fim de ampliar as possibilidades de instrução para a juventude, Foi o caso de Floriano onde o governo propôs a criação da Escola Normal “Monsenhor Lindolfo Uchôa”, com o oferecimento do ciclo ginásial e pedagógico para aquela municipalidade e em Oeiras a Escola Normal de Oeiras.

Foto 06 Fachada principal da Escola Normal de Oeiras -1968



Fonte: CORTEZ, Baltaza Campos. **Práticas de formação de professores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental:** um estudo da formação do magistério leigo em Oeiras/PI 1970 a 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPI. 2006.

A construção de uma escola Normal em uma região representava um ganho considerável para a mesma na medida em que esta simbolizava para as regiões mais pobres e atrasadas a tentativa de mudança dessa realidade. No caso de Oeiras, que tinha sido a primeira capital do Estado e vivia isolada de muitos investimentos do governo desde a transferência no século XIX, a presença de uma instituição do porte da Escola Normal significaria para aquela sociedade o avanço que a cidade precisava. A imponência do prédio, congelada na imagem feita no final da década de 1960, nos remete a ver a importância desse prédio para os oeirenses. Assim, como parte do Ensino Secundário o Ensino Normal também se expandia.

Visando a expansão do Ensino Normal no Estado o governo, de acordo com mensagem em 1961, “[...] deferiu requerimento do Ginásio “Dom Inocêncio”, de São Raimundo Nonato, mantido pela prelazia de Bom Jesus do Gurguéia, para fazer funcionar o segundo ciclo do curso de formação de professores primários” (PIAUÍ, 1961, p. s/n). Ao mesmo tempo em que assinou decreto de instalação e funcionamento da primeira Escola Normal do Sul do Estado. A expansão desse tipo de ensino amenizaria a atuação de leigos no ensino primário, uma vez que facilitaria o preparo dos professores nas localidades mais distantes sem a necessidade de se deslocarem para a capital para estudar como acontecia em épocas anteriores. As primeiras escolas Normais da região Sul, a de S. Raimundo Nonato e a de Corrente, pertenciam à entidades privadas.

A difusão do curso normal no interior deu-se devido aos problemas que se desejavam enfrentar, com relação à atuação de professores leigos na zona rural. Como os números de professores leigos desde décadas anteriores se concentravam em sua maior parte na zona rural o poder público iniciou naquele período a implantação de políticas públicas como forma de amenizar essa situação. Outro objetivo era a melhoria do ensino na zona rural no nível primário o que possibilitou início da habilitação de professores para atuar nas localidades mais distantes das áreas urbanas. Nesse sentido, o Ensino Médio concentrados nos pólos regionais, teriam condições de levar formação profissional para todas as regiões do Estado, de modo a preparar melhor o profissional docente para lecionar em nível de 1º grau.

Assim, em 1968, tinham-se os seguintes números relacionados aos estabelecimentos que ofereciam ensino médio no Estado:

Quadro 04 Número de estabelecimentos de ensino e matrículas por rede

ESTABELECIMENTO	Nº de Estabelecimentos	Matrículas
ENSINO ESTADUAL	22	10.594
ENSINO MUNICIPAL	4	642
ENSINO PARTICULAR	53	9.981

Fonte: Fonte: Piauí. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, nO *Dia* 1º de março de 1969, pelo Governador Helvidio Nunes de Barros, relativa à administração estadual no exercício de 1968. Teresina: Imprensa Oficial, 1968, p. 59.

Vemos que o número de estabelecimentos e matrículas correspondente ao ensino médio era bastante significativo nas escolas particulares. No entanto, quando comparado com o ensino oferecido pela rede estadual verificamos a seguinte situação: o ensino estadual apresenta um número menor de estabelecimentos, só que quando vamos observar o número de matrículas encontramos um número relativamente maior, tendo em vista a quantidade de estabelecimentos que acomodaram à demanda. Chegando ao número de 10.594 matrículas os estabelecimentos da rede estadual tiveram, no ano de 1968, uma diferença em relação ao ensino particular de 613 matrículas a mais.

Se considerarmos apenas o número de estabelecimento entre ensino particular, que era de 53 e do ensino estadual que era de 22, ou seja, menos da metade, podemos afirmar que esse era um quadro de ganho considerável para as mulheres das classes mais populares que não podiam custear seus estudos e com o aumento do número de matrícula nos ensino estadual concretizaram o desejo de estarem nos bancos escolares.

Na década de 1970 um aumento extraordinário no número de matrículas no Estado foi constatado, e para atender a demanda que crescia foram construídos alguns prédios escolares, como exemplo podemos citar a informação da construção de “[...] um moderno prédio escolar, na zona sul desta capital, onde deverá funcionar, a partir de 1970, o colégio Lourival Lira Parente, recentemente criado pelo Decreto n.º 1.053, de 29 de dezembro de 1969” (PIAUI, 1970, p. 57). Essa demanda pressionava o governo para a construção desses novos prédios escolares como foi o caso do colégio Lourival Lira Parente. Anteriormente a este prédio tivemos, no

início do ano de 1969, a construção de um ginásio na zona norte de Teresina, sendo este noticiado em jornal de circulação local. Sobre este novo ginásio a reportagem noticiava:

Tivemos a oportunidade de presenciar a situação em que se encontrava aquela nova unidade de ensino médio do Estado, verificando, inclusive, a sua excelente situação geográfica e as condições excelentes que tem pra funcionar.

As suas 20 amplas salas de aulas estão totalmente equipadas com carteiras de fórmica de superior qualidade, “bureau” e quadros-negros, tudo obedecendo à presente modernização do ensino no país. (*O Dia*, 01/02/1969, p. 8).

A associação do moderno com a educação passa a ser novamente enfatizado nessa reportagem do final da década de 1960, reafirmando a mesma ideia presente em outras reportagens que destacamos no trabalho. Ressaltamos que a modernização abordada pelo autor da reportagem estava na situação física do prédio, pois para a um público mais leigo era nesse ponto que estava a modernização e não em outros fatores que constituirão a educação como o currículo e as práticas educacionais.

Ainda de acordo com a referida reportagem, a escola tinha capacidade para atender a 3 mil alunos, nos turnos manhã, tarde e noite, prestando instrução média gratuita para a população daquela região, bem como de outros pontos da cidade. Além da construção de novos prédios escolares também estavam previstos os funcionamentos de anexos nas diversas regiões de Teresina, a exemplo do prédio escolar do Parque Piauí que deveria funcionar no período noturno um anexo do colégio Estadual “Zacarias de Góis”, atendendo assim a população residente daquela região. Como medida de emergência para o atendimento ginásial também foi criado outro anexo no bairro Tabuleta “[...] com a finalidade de receber os alunos do curso médio, primeiro ciclo, dos bairros Monte Castelo, São Pedro, Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, Pio II e Macaúba” (*O Dia*, 01/02/1969, p. 8).

A rede de ensino crescia no Piauí, devido a assinatura de convênios que se deu entre governo estadual e o governo federal na ordem de 3 bilhões de cruzeiros velhos, “[...] cujos recursos serão aplicados em 1969 no Piauí, correspondente ao auxílio pecuário da União para expansão e aperfeiçoamento progressivo das redes de ensino primário e médio, inclusive os oriundos do Salário-Educação” (*O Dia*, 03/04/1969). Impulsionaram para tanto a implementação da lei nº 5.692/71 que

reformou o ensino de 1º e 2º graus. Como consequência a instrução secundária sofreu modificações e com ela sua forma de organização.

De acordo com mensagem governamental de 1971, a rede de ensino médio no Estado compreendia cerca de 89 (oitenta e nove) salas de aulas em execução, incluindo 03 (três) ginásios polivalentes. Sendo este feito, considerado pelo governador da época, Alberto Tavares e Silva, um notável avanço para o sistema escolar do país e do Estado. Para ele sua implantação “integra-se nesta conquista da educação nacional, fruto dos esforços da Revolução de 1964” (PIAUI, 1971, p. 10). Como exemplo da ampliação desses espaços, que fez parte de mais uma conquista do sistema educacional brasileiro, podemos citar o ginásio polivalente, na imagem 07, em construção na capital, obra pertencente ao governo do Estado.

Foto 07: Ginásio em construção



Fonte: EDUCAÇÃO. *O Dia*. Teresina 15 de março de 1972. Tablóide Especial.

Essa expansão era reflexo do aumento no número de matrícula que estavam acontecendo no período em todos os níveis de ensino, e para atender a demanda seria necessário ampliar a rede construindo novos espaços para absorver a população, tendo em vista a procura. Assim, de acordo com mensagem governamental temos a seguinte situação verificada na educação piauiense:

Com o advento da lei 5.692/71, que ensejou a possibilidade de educação a toda a população, diversos graus de ensino, consequência primeira foi um aumento, quase incontável, de

matricula anos após ano. Em 1974, o atendimento em toda a Rede estadual atingiu 268.270 alunos, tendo em 1975 chegado a 297.139, representando um crescimento da ordem de 11% (MARTINS, 1979).

A necessidade por ensino de 2º grau fez crescer as reivindicações por este nível de ensino no Estado. No entanto, a construção de escolas, bem como a autorização e o seu funcionamento foram feitas seguindo todas as normas e orientações do MEC, principalmente quanto à qualificação do pessoal docente que nesse nível de ensino atuavam. Desse modo, temos a fala do então Secretário de Educação do Estado frisando em reportagem ao jornal *O Dia*:

[...] não poderá a secretária de educação nem tampouco o conselho Estadual de educação, autorizar ou permitir o funcionamento de escolas de 2º grau em cidades do interior onde não haja professores licenciados para matéria de cultura geral, nem professores especializados para a parte de cultura Técnica (*O Dia*, 18 e 19/02/1973).

Isso demonstra a preocupação não só com a expansão física como também com a formação técnica de seus profissionais. Assim, não bastaria somente a expansão física acontecer, seria preciso prover os estabelecimentos com pessoal humano qualificado para atuar, proporcionando à comunidade condições de educação adequadas. Nesse sentido, acrescentou ainda o referido Secretário de Educação que “[...] a orientação da Universidade Federal do Piauí, tem se voltado desde 1972 para a abertura de cursos de licenciatura plena, adotando até o sistema de parcelamento destinado, mais ao pessoal do interior” (*O Dia*, 18 e 19/02/1973). Quanto ao pessoal de cultura técnica ele enfatiza que em Teresina a Secretaria de Educação iria recorrer à Escola Técnica e ao SENAC. Visando a preparação destes profissionais, a UFPI lançou edital para formação e aperfeiçoamento dos mesmos, no que se refere às disciplinas técnicas que trata a reforma do ensino de 2º grau. Curso de formação de professores de disciplinas especializadas do ensino do 2º Grau. No edital constava as seguintes informações divulgadas no jornal *O Dia* em 8 de junho de 1973:

VAGAS E CONDIÇÕES

Para este ano a universidade oferecerá 50 vagas e aos interessados será cobrado a taxa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) que

poderá ser parcelada até em cinco prestações, com último vencimento em 30 de novembro deste ano.

Para efeito de inscrição, os candidatos deverão apresentar, no ato da matrícula, os seguintes documentos:

- a) fotocópia autenticada do diploma de curso superior.
- b) carteira de identidade.
- c) Atestado de bons antecedentes
- d) atestado médico
- e) dois retratos 4x5 e um retrato 2x2
- f) atestado de estar lecionando em sua especialização em escola de 2º grau (Técnica, Industrial, Agrícola ou Comercial)

PRIORIDADES

Terão prioridade para matrícula, os professores que estão em exercício permanente na rede oficial. Podendo ser aceitos, em caso de vaga, candidatos com diploma de outro curso superior sem o atestado de que estão lecionando.

O curso terá a duração de 605 horas aulas e o início está previsto para o *Dia 2* de julho e conclusão a 28 de fevereiro de 1974.

- Serão ministradas as seguintes disciplinas:

- a) Didática
- b) Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus.
Estudo de Problemas Brasileiros
- c) Psicologia educacional
- d) Prática de ensino

Pelo edital do vestibular da universidade é possível chegarmos a algumas questões e reflexões em relação a reforma que passou o ensino, bem como as novas exigências que o mesmo condicionou para o alunado. Um primeiro ponto a ser observado é o “atestado de estar lecionando em sua especialização em escola de 2º grau”. Essa exigência nos condiciona a duas análises: a primeira refere-se a formação que passava a ser cobrada dos professores que atuavam no ensino de 2º grau especializado, pois o mesmo edital deixa claro no item “PRIORIDADES” a quem seria destinado preferencialmente essas vagas que eram os professores em exercício permanente na rede oficial; e por último a ampliação da formação educacional desses profissionais com abertura de cursos superiores em virtude da própria ampliação dos outros níveis de ensino.

O segundo ponto a ser refletido aqui em relação ao edital está na questão do currículo do curso. As disciplinas presentes no curso trabalhariam com abordagens e discussões fundamentais para a profissão docente, qualificando melhor o profissional que ao retornar para sala de aula teria uma base teórica que o auxiliaria no cotidiano e nos problemas educacionais.

Com essa reforma, segundo Lopes (2010), “Cada vez mais, docentes com formação específica para o magistério vão assumindo as escolas, em substituição aos docentes com formação em cursos superiores não direcionados para o magistério” (LOPES, 2010, p. 1). Vemos isso nos cursos oferecidos pela universidade para habilitar os profissionais que atuam nesse nível de ensino no Estado. Assim, a reforma educacional implantada pelo governo do Estado na década de 1970 modificou o Ensino Secundário propondo algumas alterações no que se refere ao trabalho docente.

Em 1973, o governo estadual, através da Secretária de Educação elaborou um plano que contou com recursos internacionais resultante de acordos MEC/Banco Interamericano de Desenvolvimento para ser aplicado no triênio de 1973/76 um valor de Cr\$ 30 milhões destinados ao ensino de 1º e 2º graus, para construção de unidades escolares em Teresina e no interior do estado. “Segundo Secretário de educação todas sendo unidades gigantescas, visando o ensino profissionalizante, principalmente do 2º grau” (*O Dia*, 23/05/1973, p. 5).

Logo após a implantação da reforma educacional em 1971 identificamos algumas alterações realizadas na forma de organização dos estabelecimentos escolares, entre elas uma separação por nível de ensino, o que fez aumentar algumas salas de aulas. Como exemplo podemos citar o Colégio São Francisco de Assis, onde

1.800 alunos do 1.º grau foram deslocados para a ex-Escola Normal Antonino Freire, ficando no colégio apenas o 2.º grau. No colégio estadual Zacarias de Góis também foram desmembrados os alunos de 1º grau, ficando apenas a 4ª série ginasial. No Alvaro Ferreira do 1º grau funcionará este ano apenas a 3a. serie e a 4a. serie e o restante dos alunos são do ensino do 2º grau (*O Dia*, 24/02/1973).

Essa situação fez com que algumas escolas apresentassem sobras de vagas, sendo que pela primeira vez isso acontecia no Piauí.

Ainda com o objetivo de expandir a rede escolar foi lançado o projeto denominado operação escola que visava à construção e recuperação de unidades escolares. Com a execução deste programa, o Estado obteve os seguintes dados no ano de 1978:

Tabela 3 Incremento da capacidade física

ESPECIFICAÇÃO	NÚMERO
Unidades Escolares	29
• Capital	13
• Interior	16
Salas de aula	280
• Capital	167
• Interior	113

Fonte: PIAUÍ, Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual, na abertura dos trabalhos da quarta sessão Legislativa da oitava legislatura. Governador Dirceu Arcoverde. Teresina, 1º de março de 1978, p. 49.

A política de ampliação das unidades escolares e do número de matrícula que acontecia desde o início da década de 1960 permaneceu como política educacional dos governos estaduais da década de 1970 como é visível pelos dados da tabela 3 extraídos a partir da Mensagem do governador Dirceu Arcoverde no ano de 1979. Percebemos, dessa forma, que as oportunidades de escolarização cresciam no Estado, tendo em vista a construção de espaços escolares para atendimento da população escolarizável. Podemos com isso inferir que as chances da mulher adentrar nestes espaços também se elevaram.

Tivemos ainda no período em estudo a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário no Piauí (CADEPI), sendo que a secretaria, de acordo com mensagem governamental em 1966,

[...] deu ênfase à implantação de ginásios orientados para o trabalho, proporcionando recursos para as unidades já existentes e construindo oficinas apropriadas para aquelas atividades, que contribuíram para a obtenção de mão-de-obra elementar em diversos setores (PIAUÍ, 1966, p. 20).

Segundo Soares (2004) essa campanha também iniciou um processo de qualificação dos profissionais da educação que iriam atuar nos cursos ginasiais no Piauí. Os cursos ofertados por essa campanha ocorriam no mês de janeiro, período de férias tanto dos professores como dos alunos e tinha como finalidade capacitar os professores das diversas matérias como, por exemplo, Matemática, História, Geografia. Após o curso, isto é, no final de três períodos, os professores teriam que

se submeter a um exame de suficiência que juntamente com certificado garantia o direito dos mesmos atuarem nos Ginásios do Estado.

Após a reforma em 1971, o governo continuou com o objetivo de oferecer oportunidade de educação expandindo a capacidade física, visando a redução no déficit educacional ainda considerado elevado, embora já se constatasse um significativo avanço.

As mudanças ocorridas no campo educacional com a expansão física da rede de ensino decorreram não só da demanda, mas também do próprio estágio de desenvolvimento que exigia a ampliação da própria rede que crescia em ritmo acelerado.

A situação educacional do Estado pode ser vista na tabela abaixo que mostra o percentual da população em idade economicamente ativa, segundo sexo, grupos de idade e grau do curso completo na década. Assim, tivemos os seguintes números:

Tabela 4 Distribuição percentual da população em idade economicamente ativa, por sexo, segundo grupos de idade e grau do curso completo. Piauí – 1970

GRUPOS DE IDADES	ELEMENTAR				MÉDIO				SUPERIOR			
	Homem		Mulher		Homem		Mulher		Homem		Mulher	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
Totais	34.228	45	41.754	55	12.149	43,9	15.510	56,1	1.523	75,4	495	24,6
10-19	13.618	42,3	18.601	57,7	2.185	39,8	3.299	61,2	---	---	---	---
20-29	9.247	44,8	11.379	55,2	5.997	43,6	7.761	56,4	204	49,7	206	50,3
30-39	4.558	45,8	5.398	54,2	2.127	45,8	2.509	55,2	512	70,3	216	29,7
40-49	3.394	50,7	3.302	49,3	1.184	48,1	1.277	51,9	447	86,6	69	13,4
50-59	1.958	54,2	1.640	45,8	387	44,2	488	55,8	251	98,4	4	1,6
60-	1.453	50,3	1.434	49,7	269	60,4	176	39,6	109	100	---	---

Fonte: FIBGE – Censos Demográficos. In: FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISA ECONOMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Diagnóstico sócio-econômico do setor terciário no Piauí.** Convênio SENAC/CEPRO. Abril, 1975.

Os números da tabela 04 mostram que as mulheres eram maioria que apresentavam curso completo em quase todos os níveis de ensino no ano de 1970, com exceção do ensino superior onde o homem ainda prevalecia ocupando esse espaço. A presença das mulheres enquanto maioria nos níveis elementares da educação já era algo visível em décadas anteriores, confirmando como esse grupo já tinha uma atuação efetiva no espaço educacional, necessitando a ampliação para as classes populares para que esse crescimento se consolidar. Vemos com isso que a mulher já começa a ter seu espaço definido no campo educacional, tendo em vista sua instrução.

Quanto aos melhoramentos na infraestrutura após a reforma de 1971 observamos que em termos de equipamentos foram

[...] adquiridos com financiamentos do MEC/DEN-PROJETO ASTECA – 1975, os seguintes equipamentos para as unidades escolares de Teresina: dois laboratórios, dois escritórios modelos, e duas salas de desenho, totalizando um investimento de ordem de Cr\$ 616. 908, 00 (PIAUI, 1975).

Ainda em relação à expansão do Ensino Secundário tivemos as iniciativas dos ginásios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEC) com a difusão do ensino médio no Piauí, a este respeito temos o estudo desenvolvido por João Silva (2010) mostrando muito bem essa realidade no estado do Piauí.

Conforme Silva (2010) esse tipo de escola chegou ao Piauí com o nome de “Campanha Nacional de Educandários Gratuitos” essa campanha teve uma influência significativa na educação brasileira atuando em todos os estados brasileiros. No Piauí, a primeira cidade a receber esse modelo de escola cenicista foi Jaicós por influência do deputado estadual pela UDN, Alberto Bessa Luz. Posteriormente houve a implantação de mais três ginásios na década de 1960, o Ginásio “Filipino Orsano” em Pedro II, o “Marcos Parente” em Canto do Buriti e “Nossa Senhora de Fátima” em Fronteiras. Esse quadro mostra a expansão dos Ginásios pelo interior do Piauí e a expansão do ensino secundário no Piauí.

3.2 As escolas

Dentre os estabelecimentos de Ensino Secundário tivemos o Colégio Estadual “Zacarias de Góis” como um dos locais visitados por nós para a

constituição desta pesquisa. Instituição considerada referência nesse nível de ensino no estado, funcionava em Teresina após a transferência de Oeiras para a nova Capital em 1852. Funcionou inicialmente sem prédio próprio, sendo posteriormente inaugurado em 1936 seu próprio prédio. Este estabelecimento foi fechado e reaberto por várias vezes em decorrência de alguns aspectos estruturais, também foi alvo de várias reformas durante seu percurso histórico.

Segundo Vasconcelos (2007) “[...] esta instituição foi considerada uma obra de vital importância para a história da evolução da educação do Piauí” (VASCONCELOS, 2007, p. 104), uma vez que ela atendia a sociedade piauiense prestando assistência educacional formando homens e mulheres que contribuíram para o desenvolvimento do Estado. Abaixo segue a imagem da fachada do Colégio Estadual Zacarias de Góis.

Foto 08 Fachada principal do Colégio Estadual “Zacarias de Góis”- Liceu Piauiense



Fonte: Vasconcelos, Maria Inês Bandeira de. **Liceu Piauiense (1845-1970):** desvendando aspectos de sua história e memória. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPI. Teresina, 2007, p. 105.

No que concerne à procura pelo Colégio Estadual Zacarias de Góis, mais conhecido como Liceu Piauiense, Vasconcelos (2007) destaca:

Na década de 60 houve uma grande procura pelo Liceu chegando ao ponto de seu prédio próprio não suportá-lo, e para atender esta demanda, o governo criou anexos, que funcionou em outras

unidades escolares, tais como: Paulo Ferraz, Joel Costa, Anísio de Abreu, dentre outros (VASCONCELOS, 2007).

Demanda que se deve a própria tradição do colégio, uma vez que era considerada uma das melhores escolas do Estado, sendo também “[...] considerado uma instituição pública de destaque na educação do Piauí” (VASONCELOS, 2007, p. 124). Além dessa questão, enfatizada pela autora em relação a procura pelo colégio Liceu, podemos também atribuir esse crescimento ao número de pessoas que passavam a ter cada vez mais consciência da importância de uma formação educacional para uma ascensão social, principalmente entre as classes mais populares. Razão que podemos perceber a partir da procura intensa pela matrícula no colégio na década de 1960.

Outra escola que também faz parte de nosso estudo é o Colégio Estadual “Lima Rebelo”, antigo Ginásio Parnaíbano, segue abaixo a imagem.

Foto 09 Colégio Estadual “Lima Rebelo” em Parnaíba-PI



Fonte: Dados da Pesquisa

Sobre o colégio “Lima Rebelo” em reportagem o Jornal *O Dia* de abril de 1969 traz a seguinte informação: “Em visita a Parnaíba o governador Helvídio Nunes inspecionou obras, acompanhado do seu secretário de educação, Padre Balduino

Barbosa de Deus na presença de alguns deputados, entre as obras visitadas tínhamos o Colégio Estadual 'Lima Rebelo' em construção na cidade". Ou seja, a visita do governador traduzia não só uma agenda do governo como uma preocupação de que a escola fosse construída dentro dos novos padrões que a educação exigia. Segundo o mesmo jornal na nota: "Trata-se de um prédio com 20 salas de aula e que abrigará 3 mil alunos, resolvendo por completo o problema do excedente do ensino médio em Parnaíba, nos próximos anos". O que reforça a preocupação do governo e da sociedade com a construção dessas escolas para o desenvolvimento educacional do Estado.

Outro ponto destacado na mesma nota refere-se ao custo da obra para os cofres públicos que foram cerca de 370 (trezentos e setenta) milhões de cruzeiros antigos. Investimento em prol da formação intelectual e do desenvolvimento do país, tão almejado na época. Nesse período respondia pelo cargo de Secretário de Educação do Estado do Piauí, o Padre Balduino Barbosa de Deus que acompanhou efetivamente a necessidade de ampliação do número de escolas no Piauí e mesmo o seu processo de construção. Esse empenho do Secretário estava ligado a própria trajetória e formação profissional do Padre Barbosa de Deus. Formado em Teologia Dogmática, Filosofia e Ciências Jurídicas, bem como diretor de escolas como o Ginásio Municipal de Oeiras, Escola Normal de Oeiras, da Escola de Comércio "Dom Expedito Lopes" no mesmo município e professor da Universidade Federal do Piauí o Secretário não só tinha um vasto conhecimento da necessidade da construção de escolas para atender a população do interior do Estado que sofria da carência desse tipo instituição (BRITO, 1985).

Como bem destaca Brito (1985), o professor Balduino Barbosa de Deus quando exerceu o cargo de Secretário de Educação teve a marca de trabalhar em prol da educação de forma incansável e exigente, pois sabia que só assim seria possível a construção de uma educação próxima das quais era idealizada. Nesse sentido, lutou pela execução da construção dos prédios escolares de acordo com o estabelecido na planta original de aprovação do Acordo SUDENE/MEC/USAID e também pela expansão física da rede de Ensino Médio, corroborando com a política de expansão desse nível de ensino.

Devemos ressaltar que além de desenvolver ações no que se refere ao crescimento físico e estrutural da rede estadual de ensino, o Secretário Balduino Barbosa de Deus implantou os Centros Regionais de Supervisão e realizou pesquisa

sobre a Rede Escolar e o Pessoal docente¹² que permitiu um conhecimento mais próximo do sistema educacional que resultaria em projetos desenvolvidos para o ensino a partir da realidade do mesmo.

Já em Picos encontramos o Colégio Estadual Marcos Parente, primeira instituição de ensino de 1º grau do município, antigo Ginásio Picoense. Em 1949 a referida escola teve projeto de Lei municipal autorizando o executivo estadual sua instalação e em 03 de março de 1950 começou a funcionar. A ideia da criação do ginásio deveu-se a necessidade das famílias em ter no município uma escola que atendesse aos picoenses, principalmente aqueles que não tinham condição de sair para outros centros urbanos, em busca de instrução, como Floriano, Teresina, Fortaleza e Recife, cidades para onde eram mais frequentes os fluxos migratórios. No entanto, a criação deu-se não só por este motivo, como também pelo próprio desenvolvimento e evolução da cidade que crescia tanto em termos populacional quanto cultural.

O colégio teve como fundador e primeiro diretor o juiz Dr. José Vidal de Freitas, que esteve à frente do colégio durante quatro anos, o mesmo também assumiu a função de professor, onde ministrou várias disciplinas.

Em seu início, o ginásio funcionou no prédio do Grupo Escolar Coelho Rodrigues, onde permaneceu durante quatro anos. Sendo em seguida transferido para duas casas residenciais alugadas, localizadas na Rua Monsenhor Hipólito, funcionando de 1954 a 1958. Dez anos após sua fundação o prédio ganha sede própria doada pelo município juntamente com a cooperação do Deputado Federal Marcos Parente, engenheiro civil que financiou verbas para a construção da escola e também foi quem criou a planta do prédio que abrigou até 1969 a instituição, onde hoje esta sediada a 9ª Diretoria Regional de Educação de Picos. Nesse mesmo ano aconteceu a transferência para o atual prédio, localizado à Rua Luis Nunes, bairro Bomba, sendo inaugurado em 05 de março de 1970 na administração do então Governador Alberto Tavares e Silva e do Secretário de Educação e Cultura Raimundo Wall Ferraz.

¹² Para um aprofundamento dessa discussão e das ações do Secretário Balduino Barbosa de Deus e de outros Secretários de Educação relativo ao período que o trabalho aborda ver BRITO, Itamar Sousa. **Memória Histórica da Secretária de Educação**. Teresina: Secretaria de Educação, 1985.

Foto 11 Colégio Marcos Parente em Picos Piau, construído em 1969.



Fonte: http://www.portalo povo.com.br/noticia_detalhe.php?id=7108. Acesso em 10/07/2011.

No ano de 1961 o Ginásio é estadualizado, passando a ser de responsabilidade do Estado sua administração, pois até então era mantido pelo município, sob a inspeção federal.

Em 1964, o Ginásio é dirigido pelo Tenente da polícia militar do Piauí, Major Raimundo Camelo de Vasconcelos. Em sua gestão foi autorizado o funcionamento do 2º Ciclo de ensino secundário, regulamentada pela Lei nº 2231 de 19 de janeiro de 1966. Nesse período, o estabelecimento passou a ser denominado Colégio Estadual Marcos Parente, sob a direção de Dr. Manuel dos Martírios Moura Fé.

A importância do Colégio para a sociedade Picoense é vista na poesia de Gilson Chagas, ex-aluno da instituição na comemoração do jubileu de prata do ginásio que aconteceu em 22 de agosto de 1975, quando na ocasião homenageou a escola com uma poesia (Ver Anexo A).

A partir de 1977 assume a direção do colégio Maria das Graças Leal Granja que ficou no cargo até 1981. A Escola Marcos Parente tem sua história estampada no seu hino, assim como a poesia acima, o hino mostra o orgulho pela escola que faz parte da história daquela gente, sendo a mesma denominada escola do povo, por ter sido criada para atender as classes populares picoenses, não os deixando

sair pelo mundo a fora em busca de instrução, pois como coloca o hino, o ginásio não podia ser só para os nobres. Nele também encontramos os nomes de ilustres homens públicos que participaram da história da fundação do colégio como Vida de Freitas e Prefeito Celso Eulálio que contribuíram para o Marcos Parente ser força latente. O hino também mostra a escola como unidade vencedora, farol da ignorância combatente que implantou a educação libertadora (Ver Anexo B).

3.2.1 Organização do trabalho pedagógico e administrativo

2.2.1.1 O currículo

Fazendo parte da organização do trabalho pedagógico temos o currículo, que é antes de tudo considerado um instrumento pedagógico que norteia a ação educativa, sendo ele tecido, de acordo com Macedo (2009), “por ações ideologicamente organizadas e orientadas” (MACEDO, 2009, p. 26) para um fim, a formação do indivíduo. Historicamente construído, o currículo reflete a sociedade de uma dada época, tornando-se, assim, elemento essencial para a verificação de como a instituição escola viabiliza essa formação, uma vez que temos nele as orientações quanto ao ensino, com as disciplinas a serem ministradas que conduzirão o processo formativo do aluno.

Quanto à organização do currículo escolar pode ser vista nos documentos legais, como nas legislações educacionais. No período em estudo, tivemos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4.024/61, onde em seu título VII, artigo 34 explica que o ensino médio seria organizado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e compreenderiam os cursos secundários, técnicos e de formação de professores. Nessa lei encontramos o seguinte artigo e parágrafos versando sobre a forma de organização curricular:

Art. 35. Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas.

§ 1º Ao Conselho Federal de Educação compete indicar, para todos os sistemas de ensino médio, até cinco disciplinas obrigatórias, cabendo aos conselhos estaduais de educação completar o seu número e relacionar as de caráter optativo que podem ser adotadas pelos estabelecimentos de ensino.

§ 2º O Conselho Federal e os conselhos estaduais, ao relacionarem as disciplinas obrigatórias, na forma do parágrafo anterior, definirão a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo.

§ 3º O currículo das duas primeiras séries do 1º ciclo será comum a todos os cursos de ensino médio no que se refere às matérias obrigatórias (BRASIL, 1961).

Já com relação ao Ensino Secundário o seu Art. 44 estabelece que admitirá variedade de currículos, segundo as matérias optativas elegidas por cada estabelecimento de ensino, incluindo ainda disciplinas de caráter vocacional que seria viabilizado de acordo com as necessidades e possibilidades locais, como podemos ver abaixo:

§ 2º Entre as disciplinas e práticas educativas de caráter optativo no 1º e 2º ciclos, será incluída uma vocacional, dentro das necessidades e possibilidades locais (BRASIL, 1961).

O Art. 45 da mesma lei dispõe para o ciclo ginásial (1º ciclo) nove disciplinas. E ainda estabelece:

Parágrafo único. Além das práticas educativas, não poderão ser ministradas menos de 5 nem mais de 7 disciplinas em cada série, das quais uma ou duas devem ser optativas e de livre escolha do estabelecimento para cada curso (BRASIL, 1961).

Dessa forma, no início da década de 1960, o Colégio Estadual “Zacarias de Góis” apresentou em seu currículo as seguintes disciplinas ofertadas para o ciclo ginásial, assim distribuída por série:

1º Série - Português, Latim, Francês, Matemática, História do Brasil, Geografia Geral, Trabalho Manual, Desenho e Canto.

2º Série: Português, Inglês, Matemática, Ciências Naturais, História do Brasil, Geografia do Brasil, Desenho.

3º Série: Português, Inglês, Matemática, História Geral, Geografia Geral, Organização Sanitária P., Desenho.

4º Série: Português, Inglês, Matemática, Biologia, Organização Sanitária, Desenho.

A disciplina Trabalho Manual ministrado na 1º série ginásial estava voltada para a Educação Doméstica, nela as meninas recebiam educação voltada para o lar, ficando nítidas a formação que era destinada às mulheres e a divisão de gênero que ainda era presente no meio educacional nos anos 1960.

Já quanto ao ciclo Colegial tínhamos o seguinte:

Art. 46. Nas duas primeiras séries do ciclo colegial, além das práticas educativas, serão ensinadas oito disciplinas, das quais uma ou duas optativas, de livre escolha pelo estabelecimento, sendo no mínimo cinco e no máximo sete em cada série (BRASIL, 1961).

Assim, podemos observar a distribuição de algumas disciplinas ministradas no Colégio Estadual “Zacarias de Góis”, no período que compreende os anos de 1960.

1º Série: Português, Inglês, Matemática, Biologia, Física, Química, História Geral.

2º Série: Português, Matemática, Biologia, Física, Química, História Geral, Desenho.

3º Série: Português, Matemática, Biologia, Física, Química, Desenho.

Vemos, pelas disciplinas ministradas, um currículo organizado, de forma a preparar os alunos para cursos superiores, uma das aspirações dos estudantes no período, tendo em vista o crescimento na demanda por nível superior e a configuração de muitas famílias de classe média no investimento da formação superior dos filhos como meio de ascender socialmente.

Além do curso ginasial 1º e 2º ciclo também era ministrado o curso Clássico, onde a ênfase era dada às línguas: Português, Inglês, Francês e Latim e espanhol. (Ver Anexo C) Como esses cursos eram mais voltados para formação do alunado que tinha o interesse em prestar vestibular e ingressar em um curso superior ocorria então uma redução da presença do número de alunos nessa classe por dois motivos: Em primeiro lugar a oferta de curso superior de forma ampla ainda era uma realidade que estava em processo de construção no Piauí, pois a fundação da Universidade era do início da década de 1970. Esse quadro servia como um limite para muitos jovens, principalmente das classes mais populares para não optarem pelo ensino clássico, tendo em vista que não iriam seguir em um curso superior já que a oferta não era tão significativa e muitas vezes cara para os padrões econômicos dessa classe. Em segundo lugar os cursos técnicos representavam uma entrada mais rápida dos jovens no mercado de trabalho na medida em que formavam uma mão-de-obra especializada com menos custo e de maneira mais rápida, sendo esse um dos pontos fortes da divulgação desse tipo de ensino. Assim,

as turmas apresentavam pequenas quantidades de alunos se comparado ao ginásio do primeiro e segundo ciclo (cursos profissionalizantes) onde geralmente as turmas eram bem maiores. Podemos constatar isso na imagem de uma turma do Clássico, bem como na lista com o nome dos alunos em anexo.

Foto 12: Alunos do Curso Clássico – Liceu Piauiense



Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Outro fato que se constata na imagem é o número de mulheres superior ao de homens o que evidencia a questão da presença feminina no meio educacional como aluna mesmo onde a diferença de gênero era ainda visível.

Outro dispositivo legal que regeu o sistema educacional no período em estudo foi a Reforma de ensino nº 5.692/71 que estabelecia mudanças na organização do ensino de 1º e 2º grau, e apresenta os seguintes artigos que versam a respeito do currículo:

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares:

I - O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude.

II - Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada

estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada.

III - Com aprovação do competente Conselho de Educação, o estabelecimento poderá incluir estudos não decorrentes de materiais relacionadas de acôrdo com o inciso anterior.

2º No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relêvo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

3º Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo prèviamente estabelecidos por aquêle órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos (BRASIL, 1971).

De acordo com a referida lei o currículo teria uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo que na sua organização em nível de 2º grau predominaria a parte de formação especial. Ficando assim disposto:

Art. 5º As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e sequência, constituirão para cada grupo currículo pleno do estabelecimento.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que:

- a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais;
- b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo:

a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau;

b) será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periòdicamente renovados.

§ 3º Excepcionalmente, a parte especial do currículo poderá assumir, no ensino de 2º grau, o caráter de aprofundamento em determinada ordem de estudos gerais, para atender a aptidão específica do estudante, por indicação de professores e orientadores.

Art. 6º As habilitações profissionais poderão ser realizadas em regime de cooperação com as emprêsas.

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969 (BRASIL, 1971, grifo nosso).

Assim, para o ensino de 2º grau teria que ser fixado pelo Conselho Federal de Educação, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins. Fica claro pelo parágrafo 2º em suas alíneas a e b como essas disciplinas de cunho específico deveriam ter uma relação direta com a questão econômica da região, pois naquele momento era interesse que a educação se voltasse para o desenvolvimento econômico e social do país. Daí porque antes pela referida lei, antes da proposta dessas disciplinas era recomendado que se fizesse um levantamento das necessidades locais. Portanto, podemos dizer que a reforma no ensino não visava apenas uma idealização de melhoramento das questões humanista do mesmo, mas estavam atreladas as questões econômicas de um país regido por valores capitalista o que era visível no Artigo 6º como destacamos em negrito.

Nesse contexto e de acordo com mensagem governamental em 1973, “[...] foi implantado em Teresina o 1º ano básico, com currículo comum a todas as unidades escolares pertencentes á área de implantação da reforma de 2º grau” (PIAÚÍ, 1973, p. 12), no qual continha as seguintes disciplinas consideradas básicas: Português, Química, Biologia, Geografia, Matemática, Física, História, Inglês (Ver Anexo D).

Nesse nível de ensino tínhamos as seguintes habilitações proposta para a profissionalização, entre elas encontravam-se: contabilidade, Administração, Secretariado, Habilitação Básica de Saúde e Técnico em Edificações. Esses cursos foram escolhidos com vista de atender as necessidades do mercado econômico do país uma vez que o setor terciário naquele período estava em crescimento e necessitava de mão de obra qualificada para ocuparem estas funções no mercado de trabalho.

Naquela década – início dos anos de 1970 – era comum o pensamento que se deveria preparar a sociedade para acender socialmente por meio da educação. Essa ideologia estava presente mais comumente nas classes populares que ingressavam em maiores quantidade nos cursos profissionalizantes como retrata o trecho da reportagem do jornal *O Dia*:

O ensino do 2º grau destina-se à formação do adolescente, dando condições ao aluno de sair técnico na profissão, sempre de acôrdo com as necessidades do mercado da cidade ou região: mecânico, farmácia, enfermagem, marcenaria etc. (*O Dia*, 05/08/1970).

A expansão desses cursos profissionalizantes influenciava na ampliação do ensino secundário no Estado e possibilitava também o ingresso de mulheres nesses cursos como relata Regina Sabóia em entrevista concedida a Márcia Santana.

Logo que conclui (o primeiro grau) eu fui para a antiga Escola Técnica. Fiz o curso de secretariado, né? Por que naquela época as questões dos cursos profissionalizantes, os cursos tecnicistas como se dizia tava na moda. Então eu fiz o curso de secretariado [...] ¹³
(PAZ, 2007)

Como é notório na fala da entrevistada, tanto a mulher como também o homem, adentravam no mercado de trabalho principalmente nessas áreas, pois eram os mais ofertados. Assim, os jovens piauienses eram preparados diretamente para o mercado de trabalho sendo que isso não acontecia em décadas anteriores na medida em que os jovens somente se profissionalizavam nas universidades, conforme analisou-se no trecho da reportagem abaixo:

Se o aluno do Ensino Médio tinha possibilidade de se profissionalizar, praticamente só na Universidade, hoje, o jovem pode terminar o 2º grau preparado para ingressar no ensino superior ou para sua profissão sem o título universitário. Pelo menos esta é a filosofia da Reforma (*O Dia*. Teresina, n. 3. 598, p. 4, 24 de abril de 1973).

Dessa forma, essa nova estrutura do ensino garantia uma habilitação profissional em nível médio para uma parcela da população, ou seja, este nível de ensino possibilitava uma habilitação profissional de grau médio garantindo uma profissão a esse estudante e ao mesmo tempo possibilitando a ele também que ele prosseguisse, caso deseje-se, seus estudos em nível superior.

Estas habilitações eram divididas em duas partes: uma educação geral que forneceria uma base comum de conhecimento aos educandos e uma formação especial que tinha como finalidade a habilitação profissional, ou seja, conhecimentos específicos que habilitavam os educandos para exercerem as profissões e adentrarem no mercado de trabalho. A formação especial era dividida em uma parte diversificada e em Disciplinas profissionalizantes como mostra as seguintes grades curriculares.

¹³ PAZ, Regina Célia Bonfim de Sabóia. Entrevista concedida à Márcia Castelo Branco Santana, Julho de 2007.

HABILITAÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

		Educação Geral								Formação Especial						
		Disciplinas								Parte Diversificada			Disc. Profis.			
1º Série		Português	Inglês	Matemática	Física	Química	Biologia	História	Geografia	Ed. Moral e Cívica	OSPB	Educação Arti.	O. Ocupacional	Religião		
2º Série		Literatura brasileira	Inglês	C. matemática	C. Química	Estudos regionais	Prog. Saúde	Fun. A. Saúde	Micro. e Parasit.	Anatomia						

As disciplinas de formação especial, referente às disciplinas profissionalizantes eram ministradas no centro Interescolar, responsável pela formação específica, de acordo com os cursos (Ver Anexo E). Os centros Interescolar de ensino foram criados no início do ano de 1973 em virtude da Reforma de ensino nº 5.692/71 e na gestão do Secretário de Educação Wall Ferraz. Esses centros funcionavam em espaços escolares das seguintes instituições: Colégio Zacarias de Góis, São Francisco de Assis, Álvaro Ferreira, Lourival Parente e Helvídio Nunes, Escola Técnica Federal do Piauí e SENAC (*O Dia*, 30/12/1972). Nesse sentido, não existia um espaço próprio para o desenvolvimento dessa proposta, porém percebemos que as escolas em que se desenvolveriam as disciplinas eram naquela na década de 1970 instituições de referências no ensino para os jovens teresinenses.

O Secretário de Educação também anuncia além desses outro estabelecimento que ofertaria a parte técnica do curso que seria a Escola Normal. A

ênfase estabelecida por Wall Ferraz a Escola Normal ocorria devido uma preocupação que o Secretário tinha em relação as normalista que estavam se formando. Como havia um número considerável em Teresina de profissionais nessa área e uma pequena oferta para esse cargo, muitas dessas profissionais ficariam desempregadas. Para que isso não fosse uma constante em Teresina em nota no mesmo jornal o Secretário se posicionaria da seguinte forma:

Secretário Wall Ferraz, da Educação, disse que o mercado de emprego para as normalistas formadas no ano passado está saturado, aconselhando a elas a diversificação nos diversos cursos profissionalizantes que estão sendo oferecido pela Escola Técnica Federal (*O Dia*, 30/12/1972).

Para as mulheres essa alerta do Secretário representa não só a possibilidade de trilharem outros campos profissionais, porém de estarem significando outros espaços em sua trajetória pessoal na medida em que ao ocuparem esses outros espaços configurariam experiências diversas das quais até então vinham experimentando.

Portanto, as reformulações proposta para o ensino, o advento da ampliação escolar e as mudanças que passavam a serem implementadas no currículo da educação básica, conjugada com o interesse do crescimento do país formaram um quadro favorável para que as mulheres de classes populares passem a desenharem novos contornos educacionais e profissionais para sua vida.

4 MULHERES: ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO PIAUÍ

*Carrego meus primórdios num andor.
Minha voz tem um vício de fontes.
Eu queria avançar para o começo.
Chegar ao acriançamento das palavras.
Lá onde elas ainda urinam na perna.
Antes mesmo que sejam modeladas pelas
mãos.
Quando a criança garatuja o verbo para falar
o que não tem.*

Manoel de Barros

Neste capítulo reconstituímos, por meio da narrativa, a história da educação feminina no período de 1960 a 1982 no Piauí, apresentando a escolarização ofertada às mulheres em nível de segundo grau, bem como a constituição do campo profissional para as mesmas no mercado de trabalho formal. Trazemos vozes como fontes para a constituição da história da educação feminina, em nível de segundo grau, no período investigado. História que vai se constituindo à medida que as palavras vão brotando, como diz o próprio autor Manoel de Barros, citado acima, “antes mesmo que sejam modeladas pelas mãos”. Nesse sentido, pretendemos aqui transformar as narrativas de mulheres que vivenciaram o período em historiografia, resultante das análises das entrevistas concedidas, no intuito de compreender a educação feminina local, retratando tanto o cotidiano da formação educacional quanto profissional.

4.1 A feminização do ensino secundário

O período em estudo é estimulante e cheio de desafios para quem quer conhecer a história da educação, principalmente investigar a respeito da instrução destinada ao público feminino, tendo em vista as mudanças ocasionadas em nossa sociedade de natureza social, sexual e vocacional, foram muitas as resistências e os estereótipos que a mulher teve que enfrentar para alcançar uma posição e conseguir seu espaço no ambiente público. Essa “[...] resistência baseava-se em argumentos tais como de que a educação feminina só poderia ser alcançada em detrimento da função reprodutora da mulher e que a realização pública ou acadêmica só era

conquistada às custas da feminilidade da mulher, casamento e família” (*O Dia*, 08/05/1973).

Vale ressaltar que durante muito tempo as pesquisas desenvolvidas na área da educação, especificamente na área de história da educação o olhar voltado para o público masculino sem qualquer definição de papéis sexuais, tanto por homens como por mulheres, era frequente. No entanto, a partir do final da década de 1980, segundo Lopes e Galvão (2005), a mulher começou a ser percebida como objeto de pesquisa dentro dos mais diversos espaços, um deles o educacional, como veremos adiante e isso acontecia por vários motivos, um deles a importância que se dava a formação intelectual do homem e apenas oferecia uma formação elementar à mulher, sendo que sua ocupação no espaço educacional e profissional “foi uma conquista - lenta e difícil” (LOPES & GALVÃO, 2005, p. 70).

No Brasil, as mulheres começam a receber investimentos em sua educação, com a fundação de escolas destinadas a essa clientela. Uma dessas escolas é a Escola Normal que embora não tenha sido criada para esse público específico em seu início, recebeu sua incorporação, atendendo assim a ambos os sexos. Segundo Villela (2008), este estabelecimento de ensino foi responsável pelo saber especializado da profissão docente e pelo conjunto de normas que regem o desempenho dos profissionais da educação, formando profissionais para o exercício do magistério primário.

Ainda em seu início, de acordo com Villela (2008), a Escola Normal restringia o acesso de negros e mulheres. Os negros eram proibidos de frequentar escolas e enquanto as mulheres não eram totalmente proibidas, uma vez que poderiam frequentar as escolas primárias, no entanto o conteúdo curricular era reduzido, comparado às escolas masculinas. A estas eram oferecido o ensino de leitura, escrita e as quatro operações, “estas precisavam saber coser, bordar e os demais ‘mister próprios da educação doméstica’” (VILLELA, 2008, p. 33).

Quanto ao ingresso destas na Escola Normal deu-se somente a partir de 1862, quando as primeiras mulheres começam a cursá-la. Com o passar dos anos o número foi aumentando equilibrando ao número de homens até superá-los por completo.

De acordo com Lopes (2008), no Piauí a criação Escola Normal aconteceu após três tentativas, a primeira em 5 de agosto de 1864 pela resolução 565, “funcionaria como externato, seria mista e paga” (LOPES, 2008, p.), a segunda em

15 de junho de 1882, pela resolução nº 1.062, “seria mista, gratuita com curso de dois anos” (LOPES, 2008, p.113) e o terceiro e último momento foi em 30 de março de 1910 na Lei nº 548, apresenta “a criação de uma Escola Normal na capital, exclusivamente feminina, destinada a formação de docentes para o magistério público primário (LOPES, 2008, p. 117).

Assim temos em 1910 o Poder Executivo piauiense expedindo um regulamento, no qual instituiu a Reforma que estabelecia entre outras coisas a criação da Escola Normal Oficial para formação de professores e de Grupos Escolares, tendo em vista a difusão do ensino primário e a atuação destes profissionais. Este mesmo regulamento enfatizava a preferência pelo sexo feminino para atuar na docência primária. Essa preferência dava-se, pelo fato desta constituir mão-de-obra barata e da mesma ter aptidão natural para o desempenho do magistério, pois segundo o governado da época, Antonino Freire, a mulher é muito mais afetiva que o homem estando por isso mais apta para ensinar as crianças e acompanhar seus primeiros olhares, alegava também ser:

[...] mais fácil de contentar e mais resignada, a quase sempre assistida pelo marido, pai ou irmão, poderá aceitar o professorado e desempenhá-lo com assiduidade e dedicação, não obstante a parcimônia da retribuição dos seus serviços (PIAUHY, 01/06/10).

A preferência por mulheres para atuar no magistério primário acontecia devido aos baixos salários que lhes poderiam ser pagos, uma vez que o trabalho da mulher nesse contexto tem a função apenas de complementar a renda familiar, sendo o homem o principal responsável por prover a família, prevalecendo a ideia de que o público feminino era assistido pelo marido, pai ou irmão, o que justificaria a baixa remuneração das professoras.

Além disso, ressalta-se no início do século XX a constituição do magistério primário como extensão da maternidade, uma atividade que exigia amor e doação. Nesse período, “[...] as professoras são compreendidas como mães espirituais – cada aluno ou aluna deve ser percebido/a como seu próprio filho ou filha [...]” (LOURO, 2008, p. 97). Condição que levava as jovens normalistas a aceitarem os percalços da profissão como o que se referia aos baixos salários. De acordo com Castelo Branco (2005):

Ensinar deveria ser muito mais que uma profissão; era uma missão que a sociedade conferia à mulher; ela deveria fazer da escola uma continuação do lar e com o seu afeto cativar as crianças e induzi-los ao bom aproveitamento nos estudos. Educar os futuros cidadãos era a prova do patriotismo que a mulher daria ao seu país; seria sua cota de esforços e sacrifícios no reerguimento do Brasil e no fortalecimento da República (CASTELO BRANCO, 2005, p. 102).

O magistério passa a ser visto, assim, como um campo mais próximo das atividades desenvolvidas pelas mulheres no lar, espaço em que obteriam resultados mais satisfatórios, dada a sua considerada aptidão no cuidado e ensinamento de crianças. Ideias que contribuíram para aumentar o número de jovens que ingressavam a cada ano na Escola Normal, caracterizando um avanço tanto para o Estado que passou a dispor de uma mão-de-obra ampla e barata para as escolas carentes de professores qualificados, quanto para a educação feminina que pôde contar com os investimentos do Estado.

A respeito da atuação da mulher no magistério primário, o governador Miguel de Paiva Rosa, em 1915, também afirma: “O Piauí foi um dos primeiros a compreender a alta competência moral da mulher para a delicada missão, e, confiadamente, entregou-lhes as responsabilidades do ensino primário” (PIAÚÍ, 1915, p. 8).

Nessa perspectiva, o Piauí foi considerado exemplo no que se refere à instrução feminina, onde a exigência pela qualificação docente para o exercício do magistério fez com que as municipalidades subvencionassem moças do interior para cursarem a Escola Normal na Capital e que depois de concluído o curso regressariam as cidades de origem para lá ministrarem aulas.

Diante do exposto fica evidenciada a tendência difundida na época de considerar a mulher mais adequada para atuar no magistério primário, resultado de uma construção social, cultural e histórica que visou configurar os espaços de homens e mulheres no campo educacional.

De acordo com Catani (2003), a entrada das mulheres no magistério se dá no Brasil ao longo do século XIX com a ampliação da escolarização e com a entrada destas nas salas de aula. Ainda segundo a autora

[...] no Brasil, as mulheres, já as vésperas da República, constituíam a maioria dos alunos das escolas normais. Progressivamente, a partir da década de 50, seriam predominantes não só no magistério

primário, quanto no magistério secundário, e por isso mesmo, dos cursos voltados à formação de professores (CATANI, 2003, p. 26).

A criação da Escola Normal Oficial no Estado foi um avanço e uma conquista para a sociedade piauiense, em termos educacionais, tendo em vista a preocupação com a melhoria da qualidade do ensino oferecido, seja no ensino primário com profissionais qualificados atuando nesse nível de ensino, ou mesmo no ensino secundário com a formação destes profissionais. O que se pretendia com esta instituição de ensino, segundo Lopes (2008), era formar docentes competentes profissionalmente com escolaridade específica para esse fim.

Com processo de industrialização houve uma crescente participação das mulheres nos bancos escolares, o movimento da escola nova contribuiu para isso, embora que de forma irregular. Na segunda metade do século XX percebe-se um significativo aumento no número de mulheres nas salas de aula, especialmente no ensino médio, o que amplia consideravelmente o acesso às universidades, abrindo assim cada vez mais as oportunidades de ocupação no espaço público com a inserção destas no mercado de trabalho, a partir de sua profissionalização. Ressaltamos também que esse passa a ser um momento que as famílias passaram a apoiar de forma mais efetiva a presença feminina nas escolas, pois percebiam na formação de seus filhos, seja homens ou mulheres, um caminho para sua ascensão social. Tal perspectiva já se configurava fortemente na Europa e passava a fazer parte de muitos centros urbanos no Brasil.

Esse mesmo pensamento se estenderia para as classes mais pobres da população que passaram também a investirem na educação dos filhos. Assim, além do governo enquanto investidor maior dessa questão, organizações passaram também a tomar medidas nesse sentido, com investimentos sendo direcionados à instrução e a formação das moças pobres do Piauí, pois foram destinados pelas irmãs Missionárias do Brasil a quantia de quinze milhões de cruzeiros destinados para este fim no interior do Estado, como vemos a seguir:

Quinze milhões de cruzeiros serão aplicados, no corrente ano, pelas irmãs Missionárias do Brasil, no interior do Piauí, visando propiciar condições para educar, moças do interior e manter um internato para crianças. Outros cinco milhões serão dados à Escola Normal Dom Inocêncio no município de Gilbués, no mesmo estado, visando a construção de sua sede e a aquisição de equipamentos didáticos. DO CORREIO DA MANHÃ. (*O DIA*, 2/11/1961).

Sobre a Escola Normal mencionada acima não se tem maiores informações sobre sua construção e equiparação. No entanto, a referida reportagem mostra-nos a preocupação quanto à escolarização e a formação das moças do interior do Estado. Interior que esteve desamparado de escolas adequadas (espaços físicos e matérias escolares) e profissionais qualificados, no sentido de habilitação para o magistério, onde por muito tempo presenciou-se a atuação de professores leigos, sem nenhuma formação específica para o cargo que era ocupado na maioria das vezes por meio do apadrinhamento político e pela própria necessidade da difusão da instrução. Mesmo por meio de apadrinhamento é visível que no interior, as mulheres já começavam a ocupar espaços profissionais na educação.

Nesse sentido, Cardoso (1998) afirma:

Paulatinamente o magistério primário criou postos de trabalho considerados respeitáveis para as mulheres de estratos médios que necessitavam trabalhar, ao tempo em que possibilitou a ampliação dos níveis de escolarização feminina. Ingressavam nestas escolas tanto mulheres que se encaminhariam para as vagas existentes no magistério primário, quanto aquelas que queriam tão somente aumentar o grau de instrução (CARDOSO, 1998, p. 29).

Com as Escolas Normais foi possível ampliar os níveis de escolarização feminina ao mesmo tempo em que formavam jovens para atuar no magistério, profissão considerada tipicamente feminina. A profissão de professora entre as décadas de 1960 a 1982 no Piauí era não só aceita como incentivada, visto que não representava uma ameaça aos códigos de gênero, quanto à divisão do trabalho. Para Almeida (2004):

[...] o magistério primário, como ocupação essencialmente feminina, proporcionou às mulheres, notadamente da classe média, que se alicerçou no panorama socioeconômico do país, a principal oportunidade para ingressar no mercado de trabalho [...]. A possibilidade de se profissionalizarem através do magistério primário foi um meio de as mulheres poderem vislumbrar uma chance de sustento, sem a obrigação do casamento ou a humilhação de viver da caridade alheia (ALMEIDA, 2004, p. 104).

Assim, foi por meio dos Cursos Normais que durante muitas décadas as mulheres eram inseridas no mercado de trabalho, tanto que em muitos momentos da

história da educação brasileira as Escolas Normais formavam para o mercado um número maior de professores que este podia absorver, nesse momento vemos uma outra realidade se formando, um número cada vez crescente de normalistas sendo formadas e um mercado reduzido para absorver essa mão-de-obra, sem falar nos salários não muito compensador, foi o que aconteceu no Piauí como podemos analisar no trecho da reportagem abaixo:

No setor pedagógico com franqueza: não compensa. O mercado de trabalho saturou-se a tempos, talvez, em todo o Brasil. Anualmente, o ensino Normal (Instituto de Educação) de Teresina diploma mais quatrocentas professorinhas. As vagas nos Educandários não chegam a cem. Além disso, infelizmente, tem renumeração aviltante: no máximo dois salários mínimos na região. Milagrosamente (*O DIA*, 24/04/1976).

Essa reportagem ainda relata que muitas dessas mulheres se utilizavam do Ensino Normal como trampolim para adentrar no Ensino Superior. Contudo, esse nível de ensino era tão primária quanto a profissão a qual ele preparava.

Além dessa possibilidade passou a se delinear para as mulheres outros níveis de escolarização que contribuiriam para a sua profissionalização, além do campo do magistério, mesmo esse ainda sendo uma das grandes referências no universo feminino de diferentes classes sociais.

Tendo em vista outras escolarizações que não a do Curso Normal, temos os cursos oferecidos pelos Colégios de Ensino Secundário, onde podemos citar o Colégio Estadual (Liceu Piauiense) quando em 1949 mantinha 03 cursos: Ginásial, Científico e Clássico. Destes podemos ver o seguinte movimento de matrícula com relação à escolarização. *Curso Científico* (diurno): masculino 63 e feminino 90. *Curso Clássico* (diurno): masculino 14 e feminino 10. Desse modo, vemos a participação das mulheres na frequência de escolas públicas secundárias. Essa participação foi sendo cada vez mais visível ao longo dos anos. A participação das mulheres era também destaque nas comemorações e festividades das escolas, para bem exemplificar o incentivo que era dado a sua participação no universo escolar podemos observar a fotografia que nos foi concedida por uma de nossas entrevistadas que guarda entre suas memórias tal imagem.

Foto 13 Turma do Curso Clássico, Liceu Piauiense em 1962, no desfile de 7 de setembro.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada Joana.

A imagem da turma no desfile de 07 de setembro no ano de 1962 traz no plano principal as alunas ao lado do então diretor Arimatéia Tito Filho que fez questão de colocar a turma em posição de destaque como forma de homenageá-la. Os desfiles faziam parte do cotidiano escolar ao comemorar as datas cívicas como a Independência do Brasil, esse era um momento de mobilização não só das escolas como de toda a sociedade, pois todos esperavam essa data para prestigiar não só as escolas que se organizavam e saíam nas ruas com pelotões belíssimos de alunos, como também a pátria que se engrandecia com o espírito de civismo da população brasileira. Quanto à turma, Joana nos faz o seguinte relato:

A turma era pequena, éramos 10 mulheres e um homem no primeiro ano. No segundo ou terceiro ano chegou mais um rapaz. Terminamos a turma com dois homens e dez mulheres (JOANA, ENTREVISTA, 2011).

A fala da entrevistada corrobora com a análise que fizemos no capítulo anterior onde a procura pelo curso clássico era algo que se dava de forma mais limitada, tendo em vista que a profissionalização mais rápida não era possível nesse tipo de curso. Como muitas mulheres na década de 1960 não buscavam ainda essa profissionalização mais efetiva, mas estavam apenas encaminhando sua trajetória

para esse sentido, era mais fácil encontrarmos turmas com um número maior de mulheres do que de homens, lembrou Joana.

As festividades cívicas promovidas pela escola faziam parte do cotidiano escolar.

4.1.1 Ingresso no ensino secundário

Joana veio do interior para estudar o primário na cidade. Logo em seguida ingressou no ginásio fazendo exame de admissão¹⁴, considerado rigoroso para alguns, sendo também alvo de críticas. Depois de concluído o ginásio passou para o científico e antes mesmo de terminá-lo deu início ao curso normal na Escola Normal de Picos. Sobre esse momento ela conta:

Eu terminei o científico no Marcos Parente, no segundo grau um ano antes de terminar o normal, eu levava os dois. Eu terminei o científico, depois foi que eu terminei o normal na Escola Normal. [...] o pessoal dizia assim, 'ah não dá, não dá, você não vai conseguir', mas eu consegui. Fiz o segundo grau e escola normal já era profissionalizante, segundo grau profissionalizante. Quando eu terminei o normal fui contratada, nesse tempo era contratada. Fui contratada, eu era professora do primário (JOANA, ENTREVISTA, 2011).

Vemos que apesar de cursar o científico que prepara o aluno para ingressar no ensino superior em qualquer área de seu interesse, muitas mulheres ainda procuravam o curso normal como forma de profissionalização. Outras mulheres foram encaminhadas de outras formas para escolarização como foi o caso de Maria, sobre esse momento ele relata:

Eu estudava no colégio das irmãs (Teresina) fiz o ginásio. Minha turma nos reunimos e decidimos fazer o Clássico que a gente queria mais a língua. Nós estudávamos português, inglês o francês o espanhol, o latim [...], era pra ter o grego mas não foi possível não tinha quem administrasse na época o grego aqui. Então, nós estudamos o latim, o espanhol, o francês e o inglês, a ênfase maior era dada as línguas que as ciências exatas como a matemática, química, física. Nós estudamos também a química, física, a

¹⁴ Quanto ao exame de admissão este ainda recebeu varias criticas, pois para alguns como J. C. F. "Após quatro anos de estudo numa escola primária, mantida ou reconhecida pelo Estado (o ensino primário é da competência do Estado membro) o estudante, para ingressar no curso ginasial, tem que se submeter a rigoroso exame" (O Dia, 14/02/1964).

matemática mais a ênfase, o peso maior era as línguas era cobrado da gente mais línguas (MARIA, ENTREVISTA, 2011).

Diferente de Maria muitas mulheres não tinham a opção de escolher qual curso seguiriam, pois a maioria tinha apenas como caminho certo o curso Normal. No entanto, já era possível algumas alunas tomarem decisões quanto ao curso que desejavam tendo em vista não apenas a realização profissional, mas também seus desejos pessoais.

Eu mesmo decidi, eu gostava eu queria muito me lembro. Assim, eu queria, nessa época eu comecei a estudar inglês, mas naquele tempo não tinha escola de inglês aqui. A gente estudava era com um professor. Pra estudar a disciplina de inglês era dado mais a gramática, não tinha conversação, a gente estudava mais era gramática. Então, como a gente estudava na escola mesmo era mais a gramática do que a conversação.

Essa situação de escolha ficava mais fácil para as mulheres que podiam custear seus estudos e pertenciam as classes sociais de melhores condições. Porém, foram a partir de experiências realizada por mulheres como Maria, com uma certa condição financeira, que podia escolher qual curso queria seguir, outras mulheres tinham como referência para também irem significando em sua trajetória à questão de inserirem o direito a escolha.

A ampliação da escolarização e profissionalização feminina no Piauí entre os anos de 1960 a 1982 é também percebida nos depoimentos cedido à Márcia Santana. Nestes depoimentos nota-se que as depoentes viveram o período de sua juventude em Teresina nos anos de 1970. Esse também era um momento que as entrevistadas estavam vivenciando o secundário enquanto nível de escolarização e que a expansão da escolarização era uma forma delas se inserirem no mercado de trabalho de um modo mais rápido. Assim, ao relatar sobre sua vida Antonia Edna¹⁵ relembra:

[...] fiz o Instituto de educação, ali perto do cemitério São José, ali era escola Normal e passou a chamar Instituto de Educação, fiz o pedagógico, para ser professora porque minha mãe dizia que moça pobre tinha que ser professora. Eu não tinha muita vontade de ser professora não, eu não queria ser professora. Quando eu terminei o curso, eu só fui trabalhar uns três anos depois porque nesse

¹⁵ BRITO, ANTONIA EDNA. Entrevista cedida a Márcia Castelo Branco Santana, 2008.

intervalo que eu terminei o curso pedagógico fui pra Escola Técnica. Eu fazia Contabilidade e não gostava muito de matemática, mas assim me identifiquei com a matemática financeira, achei que não era tão difícil. Foi uma época que eu fui me preparar para o vestibular. A gente saía do cursinho à noite e nós ficávamos estudando até duas horas, três horas da manhã. Foi o único momento em que eu estudei em escola particular na minha vida, foi quando eu fui fazer cursinho, porque eu queria fazer vestibular, e o curso pedagógico não me deu embasamento de preparação pra o vestibular, ele era muito voltado pra formação pedagógica (BRITO, ENTREVISTA, 2008).

Antonia Edna iniciou o curso ginasial na Escola Normal na segunda metade da década de 1960 e segue até os 03 últimos anos do secundário no início de 1970, quando resolve fazer outro curso profissional. Na tentativa de suprir algumas necessidades com relação a conteúdos resolve fazer cursinho como forma de ingressar na universidade. Sua trajetória educacional marca bem o universo de muitas mulheres que advinham das classes mais populares e que por meio dos estudos percebiam as mudanças sociais que este poderia proporcionar. A fala da mãe de Antonia Edna reflete o que muitas famílias pensavam para seus filhos, principalmente para as mulheres pobres onde a estas era possível apenas ascenderem por meio do magistério.

O Liceu Piauiense na condição de instituição pública representou outra alternativa de escolarização de nível médio para as mulheres que viveram no Piauí entre as décadas de 1960 a 1982. Criado e fundado por Lei Provincial de 4 de outubro de 1845, ainda na cidade de Oeiras, antiga capital do Piauí, o Liceu Piauiense trazia nas décadas em estudo o prestígio entre a população piauiense, conseguido ao longo dos anos. O Colégio ofertava o curso científico tanto para homens como para mulheres, destacando-se pela qualidade do ensino ofertado como lembra Sra. Francisca em entrevista concedida a essa pesquisa:

[...] naquela época era o melhor colégio que tinha por aqui, eu por exemplo só estudei no liceu. Agora minhas irmãs é que estudaram em outros colégios como por exemplo o colégio das irmãs [...] o liceu era o melhor colégio que tinha em Teresina, os professores eram muito bons naquela época e eu fui pra lá por isso [...] mas tinham até outros colégios que eles diziam q era “ p.p.” pagou passou [...] (FRANCISCA, ENTREVISTA, 2011).

Além da qualidade do ensino e do corpo docente lembrada nas falas de algumas ex-alunas que concederam entrevista a essa pesquisa, outros fatores

tornavam as escolas públicas atrativas a clientela feminina como as festas e comemorações cívicas que aconteciam durante todo o ano, convidando as jovens a vivenciar o espaço escolar de forma festiva. Exemplo disso era o Liceu que no decorrer do ano promovia as festividades para seus alunos, algumas com direito a escolha de princesas e rainhas da festa. Segundo Sra. Francisca (2011):

[...] o liceu participava do desfile do 7 de Setembro e era um negócio muito sério, não era bagunçado não. A gente ensaiava durante um período e no *Dia* era uma coisa tão bonita que todos os colégios participavam aqui em Teresina [...] e também lá no Liceu tinha outras atividades como times de vôlei, de futebol, de basquete. Tinha também comemoração no aniversário do Liceu, que era o 4 de Outubro, eles elegiam rainhas, tinha festa [...] tinha a presença do prefeito, teve um ano a presença do Governador.

Quanto ao ensino superior para muitas era visto como meta, mas não uma prioridade, pois ao concluírem o ensino secundário não davam sequência aos estudos superiores, por vários motivos um deles relacionado à constituição de uma família ou mesmo o trabalho, o que dificultava a conciliação com os estudos. Como vemos nos relatos abaixo:

Eu não continuei, fui fazer vestibular dez anos depois que tinha encerrado que tinha terminado o clássico, dez anos depois. Eu fiz Pedagogia não fiz Letras. Eu já estava sem estudar quando fiz Pedagogia, quando a Universidade Federal foi aberta, instituída, aqui em Teresina, eu fui, parece no segundo vestibular (MARIA, ENTREVISTA, 2011).

Depois de formada trabalhando foi que eu fiz o meu superior que foi na Universidade Federal do Piauí, era em época de férias era intensivo. Ficava na federal o dia todo, um pedaço da noite e depois a gente voltava (JOANA, ENTREVISTA, 2011).

Em virtude do surgimento em 1971 da Universidade Federal do Piauí e da própria necessidade de uma melhor profissionalização, Maria e Joana sentiram a necessidade de ingressarem em um curso superior. Ou seja, as mulheres passaram a perceber que uma qualificação por meio de um curso superior resultaria em melhores funções na sua profissão, pois apenas a formação no secundário já não atendia a exigência que a dinâmica econômica do mercado capitalista configurava para a segunda metade da década de 1970 e início dos anos de 1980. Assim, o ensino secundário que tinha sido de fundamental importância para marcar a

trajetória de inserção feminina no campo educacional e profissional começava a seguir outras configurações.

4.2 A constituição do campo profissional feminino no Piauí

Se na capital do Piauí a formação de professoras para atuarem no primário já era algo consolidado, gerando na década de 1970 uma saturação no mercado, como vimos no capítulo anterior pela fala do Secretário de Educação Wall Ferraz, o mesmo não podemos afirmar em algumas regiões do interior do Estado. A instrução elementar passou a ser alvo de preocupação por parte dos governantes devido ao não provimento de normalistas para atuar nas zonas rurais. Assim, era comum a atuação dos profissionais leigos em muitas localidades dos municípios piauiense, ocasionado por uma série de motivos, dentre eles os reduzidos vencimentos e que para muitos não compensariam financeiramente, principalmente para quem trabalhava na zona rural. Entretanto, a preocupação com a qualidade da educação provocou a criação de cargos de professores primários para o meio rural, como podemos ver em nota abaixo:

81 – Foram criadas mais vinte cargos de professores primários e mais vinte professores regentes (portadores de diploma de curso normal rural) (Lei nº 2.051, de 71260).

A abertura de cargo para o exercício da função de professor primário configurava-se como uma oportunidade para as mulheres de estarem atuando profissionalmente em outros espaços que não fossem o do lar. Para as mulheres da zona rural isso representava também uma complementação de renda familiar que nas regiões interioranas do Piauí isso era mais complexo. Mesmo com os baixos salários e, muitos dele pago com atraso as professoras, a profissão docente na zona rural era uma atrativo.

Uma das formas de ingresso na profissão docente estava na realização de concursos. Sobre isso circulava nos jornais locais matérias a respeito das inscrições:

Começa hoje a inscrição para os candidatos da capital e do interior do estado, que estejam interessados em prestar o concurso de efetivação de professor primário. Somente poderão participar do mesmo professores diplomados. Os exames, que contam das

disciplinas. Português, matemática, legislação e todas as metodologias serão realizados no *Dia 2/03* (vindouro) (FONTE 05/02/69).

Na reportagem sobre o concurso observamos como passava a se exigir do profissional uma formação na medida em que só poderiam realizar sua inscrição no certame os que fossem diplomados, no caso os que tivessem a formação mínima que era a do Curso Normal. A certificação para o ingresso na profissão docente passaria a ser cada vez mais uma exigência, tendo em vista a própria legislação e as novas exigências do mercado de trabalho. Vemos na referida notícia a restrição que já se fazia quanto ao nível de escolaridade para concorrer à vaga de professor primário, tanto na capital quanto no interior, onde somente poderiam participar professores diplomados.

Apesar da realização de concursos ainda era possível encontrar professores leigos em muitas localidades do Estado, principalmente no interior, onde ainda havia um número bastante elevado desses profissionais atuando. No entanto, para amenizar essa situação de professores desqualificados, cursos de treinamentos foram realizados para a preparação desses profissionais em caráter de urgência. Sobre isso temos a seguinte nota:

Iniciado curso para professoras leigas

Patrocinado pelo centro de treinamento do pessoal da educação, foram iniciados em Parnaíba, Picos e Floriano, os cursos pedagógicos parcelados intensivados, para professoras leigas da rede oficial de ensino. Participam dos cursos 320 professoras apenas com o curso ginásial que não tiveram oportunidade de fazer o pedagógico no interior. O curso está sendo ministrado para professoras de mais de 80 cidades e terá a duração de um ano e um mês. (*O DIA*, 29/11/72).

Foto 14 Professoras leigas após treinamento



Fonte: Jornal *O Dia* 14/12/1974

O número de professores e cidades que foram atendidos com ampliação do curso pedagógico ministrados, naquele período, chegou a um número considerável, pois como deixa claro o artigo seriam mais de 80 cidades atingidas e pela foto 03 que traz *O Dia* da formatura das profissionais leigas percebemos como houve uma participação desses no curso.

Sobre os treinamentos realizados pela Secretaria de Educação Joana relata um desses momentos:

Na época que eu ensinava tinha muito treinamento e a maioria em Campo Maior. Era mais é na parte de alfabetização. O compromisso com a educação naquele tempo era muito diferente de agora. Era completamente diferente, assim, eu mesma fiz vários cursos em Campo Maior. Colocaram-me 15 dias lá fazendo treinamento. Eu sei que era na parte de treinar você na metodologia, umas coisas assim, principalmente na área de alfabetização (JOANA, ENTREVISTA, 2011).

Além desse curso com carga horária maior, as professoras passavam também a ter uma formação contínua o que resultava em uma qualificação constante e mesmo em um aperfeiçoamento da profissão feminina o que contribuía para a constituição do seu campo profissional e sua atuação em outras áreas para além do magistério.

Ressaltamos que a política de oferta de cursos de forma mais descentralizada passa a ser uma prática, principalmente na década de 1970 quando a Reforma

Educacional proposta pela lei nº 5. 692/71 possibilitou uma série de medidas na Secretaria de Educação do Estado nesse sentido. Por outro lado permitiu também aos gestores conhecerem através de dados coletados nas diferentes regiões do Piauí a realidade educacional do Estado, seja para o alunado, seja para o corpo docente como relatamos na capítulo anterior sobre a atuação do professor Wall Ferraz quando esteve a frente da Secretaria de Educação entre os anos de 1971 a 1975 (BRITO, 1985).

Em seguida temos um dos certificados que eram oferecidos pelo centro para os profissionais que se qualificavam. Esses treinamentos também eram formas de levar aos professores primários, assistência técnica e educacional para aperfeiçoamento de sua prática.

Foto 15 Certificado do Curso de Treinamento de Professores do 1.º Grau realizado no ano de 1976 no Centro de Treinamento do Pessoal da Secretaria de Educação em Campo Maior.



Fonte: Acervo pessoal da entrevistada Joana.

Na década de 1970, uma das situações encontradas foi à migração dos cursos normais para os ginásios que preparavam para o trabalho. Estes proporcionavam formação para o acesso a cargos que não o magistério. Muitas das desistências devem-se em alguns casos ao desinteresse pela profissão docente,

devido ao desprestígio que essa classe foi sofrendo no decorrer de sua história. A este respeito Nascimento (apud VICENTINI, 2009) coloca em seu estudo:

[...] é preciso questionar a noção de prestígio da normalista, tendo em vista que, até os anos de 1960, a Escola Normal era praticamente a única opção de continuidade dos estudos para as moças das camadas médias. Além de o magistério primário ser considerado uma profissão condizente com as características femininas, o curso normal também era tido como uma preparação adequada para o futuro casamento (NASCIMENTO apud VICENTINI, 2009, p. 161).

Podemos visualizar esse desprestígio na imagem de uma das reportagens que colocava a recusa das professoras em aceitar as vagas no interior do Estado, devido o pouco reconhecimento que era dado com relação aos salários considerado insuficiente.

Foto 16 Professoras recusam as vagas no interior



Fonte: Jornal O Dia, 1973.

Com o passar dos anos, essa realidade sofreu modificação e os cursos normais foram ficando saturados em decorrência da grande demanda de normalistas para ser absorvida pelo mercado de trabalho. Dessa forma, as mulheres procuraram outros caminhos para se realizarem profissionalmente. Não só o desprestígio

ocasionou isso, mas o próprio mercado de trabalho para professoras em Teresina encontrava-se saturado, segundo o então Secretário de Educação professor Wall Ferraz.

O magistério que por muito tempo foi a trajetória típica das jovens que desejavam seguir uma carreira profissional sem ferir as expectativas de gênero foi perdendo espaço para outros campos de atuação no mercado de trabalho. Com o ingresso feminino no ensino superior, a partir da segunda metade do século XX, novas oportunidades de trabalho eram abertas para as mulheres de classe média no Piauí.

Entre as décadas de 1960 e 1982 a sociedade piauiense contava com a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI, 1958), Faculdade de Odontologia (FOPI, 1960), Faculdade de Medicina (FAMEPI, 1968), a Faculdade de Administração (FAPI, 19--) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI, 1968/1971). A implantação dessas Faculdades veio dinamizar o ensino superior entre a população piauiense, trazendo para as jovens outras possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, entre eles a clientela feminina. Como salienta Cardoso (2003):

[...] a conclusão de um curso superior também propiciava novas formas de inserção no mercado, na medida em que a condição de mulher formada ampliava a mobilidade em termos de emprego. Com efeito, o saber que passavam a deter tornava-as mais aptas a competir no mercado, assim como para buscar o desempenho de atividades que as satisfizessem (CARDOSO, 2003, p. 157).

Para as mulheres de classe média seria mediante a escolarização que mais facilmente ingressariam no mercado de trabalho, mudando dessa forma a configuração dos espaços de gênero na sociedade. Com a implantação das faculdades e os investimentos familiares aumentou o número de mulheres que passaram a se realizar a partir também da realização de um curso superior e do ingresso em uma atividade formal.

A implantação de faculdades no Estado e as mudanças que vinha sendo processadas no interior da sociedade, principalmente no que se refere aos valores familiares e comportamentos de homens e mulheres foram fundamentais para alargar os espaços femininos. Segue abaixo uma nota publicada no jornal *O Dia* sobre os anseios de uma jovem piauiense de ingressar no ensino superior:

Conceição Rodrigues pensa em fazer vestibular. Fez o normal porque achou mais fácil do que o Científico. “Pretendo fazer uma faculdade e posteriormente poderei lecionar. Por enquanto não”. Disse a professoranda (*O DIA*, 29/11/1972).

Fazer um curso superior e ingressar no mercado de trabalho deixava aos poucos de ser uma trajetória singular de um seletivo grupo de jovens e passava a fazer parte das aspirações de muitas moças que viam na atividade profissional a oportunidade para mudar suas vidas, realizar sonhos e projetos antes difíceis de serem concretizados devido ao próprio contexto social que outrora as impedia e que por sua vez favorecia as desigualdades e hierarquias de gênero.

Assim, o acesso da mulher inicialmente à instrução primária foi gradativamente sendo ampliado, o que possibilitou a escolarização da mulher em todos os níveis de ensino.

A partir do fim do século XIX, o trabalho em escritórios, lojas e certos tipos de serviços, por exemplo em centrais telefônicas e profissões assistenciais, estavam fortemente feminizando, e essas ocupações terciárias se expandiram e incharam à custa (relativamente e por fim absolutamente) dos setores primários e secundários, quer dizer, agricultura e indústria (HOBBSAWM, 1995, p. 304).

Segundo o historiador isso só foi possível devido às mudanças significativas relacionadas ao papel da mulher na sociedade, percebidas a partir do crescente número de mulheres cursando a educação superior, o que possibilitava o exercício de profissões mais liberais, como as mencionadas acima. Como no Piauí no início da década de 1960 existia poucas faculdades muitas pessoas terminavam o ensino secundário e iam trabalhar, uma das formas de ingressar no mercado de trabalho era através do concurso público. A este respeito Sra. Francisca em entrevista concedida comenta que na época - início da década de 1960 – existiam muitos bancos no Estado, ela cita Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste, Banco do Estado do Piauí, entre outras empresas públicas como Correios (empresa de telégrafos), sendo estas uma das opções democráticas¹⁶ de emprego, que se dava por meio de concurso público. Segundo ela as mulheres estavam presentes nestes espaços, embora ainda em número reduzido, no entanto já era

¹⁶ Onde concorreriam homens e mulheres.

possível vê-las em posição de destaque, relata: “[...] quando entrei a gerente da minha agência era mulher. Existiam mulheres, mas era em número menor que hoje”.

Pensando nessa formação e na melhoria do ensino foi proposta a reforma do ensino de 2º grau, que pretendia dar uma formação técnica para a população. No Piauí, esta reforma aconteceu de forma acentuada em algumas escolas públicas estaduais. Com a implantação da mesma, muitos jovens receberiam preparação em habilitações específicas, sem a necessidade de uma espera prolongada para iniciar o exercício da profissão. E assim, com os cursos Técnicos de nível médio, assumiria muitos encargos e funções, ocupados até então por técnicos de nível superior.

Muitas outras mulheres viveram histórias parecidas com a de Regina Sabóia¹⁷, estudante vinda de outro estado em companhia da família e que chega a Teresina para dar continuidade aos estudos. A respeito desse momento temos o seguinte relato sobre o início de sua profissionalização e seu processo de escolarização:

[...] Na verdade foi a necessidade de ter uma profissão, de começar a trabalhar, de ajudar os meus pais, eu tinha essa necessidade e a gente não podia ficar parada, tinha que fazer alguma coisa. Como fazer vestibular era uma coisa muito difícil porque a taxa era muito cara eu e minha irmã terminamos praticamente juntas, minha mãe precisava pagar a taxa de nós duas ao mesmo tempo. Então, a gente precisa ter recursos até pra fazer vestibular, precisava ter uma condição. Nós éramos de uma família de 7 filhos, sou a mais velha. Minha irmã era um ano mais nova do que eu e descia uma escadinha e a gente precisava ter uma certa situação financeira e isso minha mãe sempre mostrava para gente: ‘Olha a gente precisa ter meios de sobreviver; a gente já chegou até aqui, mas vocês precisam ter a vida própria de vocês’. E isso foi me dando uma certa visão de que eu precisava ter a minha vida, precisava construir a minha vida. Para isso eu precisava ter uma profissão, trabalhar, ter a minha independência até como forma de ajudar os meus pais, de retribuir tudo o que eles tinham feito até aquele momento. [...] essa escolha pelo curso, não teve nem escolha. Foi o que foi possível. Foi possível fazer o curso de secretariado, então, eu fiz o curso de secretariado. Na verdade eu tinha um leque de curso dentro da antiga Escola Técnica e eu achava assim, que o curso de secretariado talvez fosse o que eu mais pudesse desenvolver por que os outros eram muitos ligados a questão muito técnica. Era o curso de eletrotécnica que era uma coisa mais destinada aos meninos, até ai ainda tinha essa questão de dizer assim: ‘Olha esses curso são mais femininos, esses são totalmente masculinos.

¹⁷ SABÓIA, Regina. Depoimento concedido a Márcia Castelo Branco Santana, 2008.

O ingresso nos cursos profissionalizantes como os técnicos ajudaria no rápido ingresso no mercado de trabalho, como podemos constatar nas histórias de vida citada acima, daí muitos jovens apelarem por esta forma de escolarização e deixarem o ensino superior como uma segunda alternativa.

No segundo vestibular da faculdade fiz Pedagogia, mas sempre com aquela vontade de estudar Inglês quando foi aberto aqui uma escola de Inglês, a primeira yázigi, escola yázigi. Eu fui estudar Inglês no yázigi, fiz o primeiro semestre, depois fiquei grávida, larguei depois que eu pude retornar. Quando eu terminei o diretor do yázigi fez um teste comigo e me chamou pra lecionar no próprio yázigi. Eu estava fazendo o curso de Pedagogia, estava terminando, estava fazendo, entendeu, o curso de Pedagogia e eu trabalhava ele foi chamado pelo Secretario de Educação pra ser o Coordenador geral do curso da disciplina Inglês no Estado aqui mesmo em Teresina. [...] fiquei trabalhando fazendo o curso de Pedagogia. Eu trabalhava no estado e trabalhava no yázigi. Depois ficou pesado pra mim, eu trabalhava nos complexos e larguei a aula de Inglês e fui pra polivalência, a gente trabalhava direto com as coordenadoras da secretaria de educação já era a época da ditadura (MARIA, ENTREVISTA, 2011).

Assim, na década de 1970 estava o ensino superior sendo implantado no Piauí, o que foi uma época estimulante para esse nível de ensino no Estado, como também para a educação das mulheres, uma vez que a sociedade piauiense passava por diversas transformações sociais, econômicas e culturais, oportunizando a essas mulheres um ingresso no ensino superior e também no mercado de trabalho, como relata o trecho da reportagem analisado abaixo:

A época em que vivemos é estimulante e ao mesmo tempo, cheia de desafios para todos aqueles envolvidos com a instrução superior em geral, e com a educação das mulheres em particular. Estão ocorrendo atualmente, em nossa sociedade mudanças de natureza social, sexual e vocacional com uma rapidez tão surpreendente que é levantado um número cada vez de perguntas [...].

Qual o papel da mulher na sociedade, sua posição em relação ao trabalho, estudo e família?

Segundo Radecliffe Deve-se chegar a um estágio social em que uma mulher venha a ser nomeada para cargos de alto nível ou alcançar posições de preeminência não pelo fato de, ou apesar de, ser mulher, mas porque ela é, sente e é reconhecida como um ser humano de talento, que tem algo importante a oferecer. (EDUCAÇÃO DE MULHERES. O DIA, 08/05/1973, grifo nosso).

Nesse sentido, a inserção das mulheres nesses dois espaços afetou sensivelmente a mudança de comportamento dessa parcela da população como

também transformou as relações no interior das famílias ocasionando mudanças nos arranjos familiares. Assim, a mulher deixou de ocupar apenas os espaços domésticos naturalizados como espaços femininos e ganham um papel fundamental na vida econômica, pois elas passam a contribuir ou a deter grande parte dos recursos familiares. A inserção dessas mulheres nesses espaços passou a ser um sinal de concreto de início de sua emancipação. Nesse contexto, circulava nos meios de comunicação da época a crescente participação das mulheres no trabalho como observamos abaixo:

Um dos mais seguros indicadores de modernização de uma sociedade é a crescente participação nas atividades econômica, culturais e profissionais, etc. A esta crescente participação esta associada um aumento de igualdade de oportunidades o que, através do tempo, redundará na redução das disparidades de remuneração e na melhoria da distribuição da renda social. (Cresce a participação da mulher no trabalho. *O DIA*, 30/04/1975).

Com isso percebemos que aliado as mudanças que ocorreram naquela década juntamente como o fenômeno de urbanização faz uma rápida substituição de papéis na sociedade finalizando vários estereótipos que durante longos períodos da história cercaram a vida da mulher. Assim, à medida que elas ampliam sua escolarização, são inseridas nos diversos setores do mercado de trabalho como mostra a foto seguir:

Foto 17 Mulheres inseridas no mercado de trabalho



Fonte: Cresce a participação da mulher no trabalho. “*O Dia*” 30/04/1975.

Com isso, já era possível visualizar que as experiências vividas pelas mulheres entre os períodos de 1960 a 1982 eram representações concretas para além dos papéis de mãe e dona de casa. A educação de nível secundário seria naquele período um importante meio para possibilitar às mulheres experiências de formação profissional, em nível de escolarização, uma vez que na década de 1970 o ensino de 2º grau habilitaria para uma profissão. A presença feminina em muitos desses cursos profissionalizantes proporcionava à sociedade piauiense uma nova realidade, com diferentes arranjos delineadores de percursos que assumiriam formas relevantes na subjetivação de muitas dessas mulheres no mercado de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico empreendido por nós para constituição desse estudo sobre a escolarização e profissionalização feminina no ensino secundário piauiense nos anos de 1960 a 1982, do século XX, apresenta aspectos significativos a respeito de como se processou a educação destinada às mulheres no Estado. Constatamos que a necessidade de instruir a população fez com que a difusão do ensino primário fosse visto como um dos elementos impulsionadores da democratização do ensino no país. Democratização no sentido de ser um direito comum a todos – homens e mulheres.

Em um período de intensa movimentação, onde o panorama social e político exigia novos contornos, a escolaridade era vista como condição necessária para o desenvolvimento econômico e social do país. A crescente urbanização demandou do poder público a melhoria dos serviços, nos diversos setores, sendo a educação uma delas. Nesse sentido, investimentos foram realizados para atender a demanda populacional que crescia, principalmente nos núcleos urbanos, com construção de escolas nos vários níveis de ensino.

Observamos que no período em estudo, a demanda por ensino foi visível. Analisando a realidade educacional foi possível se verificar um significativo aumento no número de matrículas, especialmente no ensino secundário, com isso ampliou-se o número de escolas por todo o Estado. Esse nível de ensino passou por alterações com a Reforma 5.692/71 ao propor a obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau, oportunizando assim as possibilidades de formação para o ingresso no mercado de trabalho.

Dessa forma, no decorrer do estudo pudemos perceber as transformações ocorridas nos setores sociais e educacionais, tendo em vista a participação feminina nos bancos escolares e no mercado de trabalho. Assim, vimos às mulheres ocuparem cada vez mais espaços na sociedade com a emergência de sua profissionalização. Profissionalização que esteve diretamente ligada à instrução como meio de qualificação para o trabalho e como aumento da renda.

As leis e reformas implementadas durante os anos de 1960 e início de 1980, foram mecanismos importantes para o desenvolvimento de um cenário onde a educação passa a ser alvo de discussão em face de sua democratização. Dessa

forma, a busca por escolarização exerceu papel fundamental para a inserção da mulher nos espaços públicos, diversificando assim sua presença no mercado de trabalho, saindo da tradicional sala de aula, quando atuava como profissional docente, atingindo outras ocupações a partir de novas exigências do mercado.

Os investimentos na educação feminina no Brasil se deram com a criação das Escolas Normais destinadas a essa parcela da população, antes excluída do processo de escolarização. A inserção das mulheres nos bancos escolares da Escola Normal possibilitou também sua inserção no mercado de trabalho fazendo com que ela se dividisse entre o espaço doméstico e o espaço do trabalho, gerando novos comportamentos na sociedade brasileira e piauiense.

No Piauí, essas transformações foram bem nítidas com o aumento do nível de escolarização feminina e as novas oportunidades de trabalho que surgiam para a incorporação das mulheres habilitadas nas mais variadas formações. Essas habilitações que estavam sendo oferecidas pelas instituições de ensino secundário tinham o objetivo de criar novas oportunidades para atender ao desafio de uma sociedade altamente flexível, considerando a capacidade humana, pertencente a um mundo em constante transformação.

A inserção das mulheres no meio educacional, no primeiro momento como alunas e logo depois como docentes, apresenta-se como uma importante conquista para a história das mulheres. Tendo em vista que a abertura deste espaço proporcionou o crescimento da participação destas no mercado de trabalho formal, que se dava por meio de nomeações ou concursos públicos.

No Piauí, a participação feminina nos espaços escolares foi ao longo dos anos se modificando, seja em termos quantitativos com um crescimento bastante significativo de mulheres ocupando os bancos escolares ou em termos ocupacionais com a ampliação dos níveis de escolarização destas, o que lhes possibilitou o ingresso no mercado de trabalho, agora não mais restrita ao magistério primário, uma vez que as mulheres ao buscarem o ensino secundário que não o pedagógico tinham a intenção de conseguir uma formação mais completa que lhes possibilitasse concorrer a uma vaga no ensino superior, por meio do exame vestibular.

Assim, à proporção que as mulheres ampliavam sua escolarização, cresciam a participação delas nos diversos campos de trabalho, ocupando espaços antes considerados masculinos. No entanto, cabe afirmar que este não foi um processo fácil para ela, pois para muitas, essa nova forma de vida significariam escolhas.

REFERÊNCIAS

- ADAD, Shara Jane Holanda Costa. Manoel de Barros e os ensinamentos para os historiadores da educação. VASCONCELOS, José Gerardo e VASCONCELOS JR., Raimundo Elmo de Paula et al. (Orgs.). *Interfaces metodológicas na história da educação*. Fortaleza: Edições UFC, 2007.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, Demerval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2009.
- BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. In: SILVA, Samara Mendes Araújo. *À luz dos valores religiosos: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauienses (1906-1973)*. Teresina, Dissertação (Mestrado em Educação), UFPI, 2007.
- BRASIL. IBGE. *Subsídios ao planejamento da área nordestina*: Cidade de Parnaíba. Rio de Janeiro, 1971.
- BRASIL. IBGE. *Subsídios ao planejamento da área nordestina*: Cidade de Floriano. Rio de Janeiro, 1971.
- BRITO, ANTONIA EDNA. Entrevista cedida a Márcia Castelo Branco Santana, 2008.
- BRITO, Itamar de S. *História da educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.
- BRITO, Itamar Sousa. *Memória histórica da Secretaria de Educação*. Teresina: Secretaria de Educação: 1985.
- BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.
- CARDOSO, Elizângela Barbosa. *Mulheres, escolarização de terceiro grau e mercado de trabalho em Teresina*. Monografia, UFPI, 1998.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.
- CARDOSO, Elizângela Borbosa. *Entre teias e tramas: relação de gênero e família em Teresina, da década de 1930 ao início dos anos 1970*. Disponível em: <http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/E/Elizangela_Barbosa_Cardoso_38_B.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2009.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina na Primeira República*. Teresina: Bagaço, 2005.

CORTEZ, Baltazar Campos. *Práticas de formação de professores de 1ª a 4ª série do ensino fundamental: um estudo da formação do magistério leigo em Oeiras/PI 1970 a 2004*. Dissertação (Mestrado em Educação) UFPI. 2006.

FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí republicano*. Teresina, Dissertação (Mestrado em Educação), UFPI, 1994.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FUNDAÇÃO CEPRO. *Piauí: Visão Global*. 2 ed. Teresina, 2003.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LOPES, Eliana Marta T. e GALVÃO, Ana Maria O. *História da educação*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACEDO, Roberto Sidnei. *Currículo: campo, conceito e pesquisa*. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MARTINS, Agenor de Sousa et. al. *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação Cepro, 1979.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro e BARREIRA, Irlly Alencar F. (Orgs). *Brasil Urbano: cenário da ordem e da desordem*. Rio de Janeiro: Notrya. Fortaleza, CE: SUDENE: Universidade Federal do Ceará, 1993.

PINHEIRO, Áurea da Paz. Fontes hemerográficas: Limites e possibilidades. In: *História e historiografia*. Recife: Bagaço, 2006.

REBELO, Emilia de C. Gonçalves – A urbanização do Piauí, in Carta Cepro, Teresina, PI, janeiro/junho, 2000. In: NETO, Adrião. *Geografia e História do Piauí para estudantes: da Pré-História à atualidade*. 6. ed. Teresina: Edições Geração, 2010.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da USP, 1993.

RODRIGUES, Fabiana de Moura Maia e OTRANTO, Celia Regina. Ditadura Militar: caminhos e descaminhos da formação docente. In. *VIII Congresso Luso-Brasileiro*

de História da Educação: Infância, Juventude e relações de gênero na história da educação. São Luís: EDUFMA, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SABÓIA, Regina. Depoimento concedido a Márcia Castelo Branco Santana, 2008.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. *Discursos, Desejos e Tramas: o comportamento feminino em Teresina nos anos setenta do século XX*. Teresina, 2008. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Piauí.

SANTANA, Maria do P. Socorro Castelo Branco. *A constituição da rede escolar e a prática das professoras primárias na zona rural do Piauí nos anos de 1940 a 1970*. Teresina, 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Piauí.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, n. 20, v. 2, p.71-100, jul/dez 1.995.

SILVA, João Batista da. *A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC no Piauí*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Mestrado em Educação, 2010.

SILVA, Samara Mendes Araújo. *À luz dos valores religiosos: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauiense (1906 -1973)*. Teresina, 2007. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Piauí.

SOARES, Norma Patricya. *Escola Normal de Teresina (1864-2003): Reconstruindo uma memória da formação de professores*. Teresina, 2004. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Piauí.

SOUSA, Nalva Maria Rodrigues de. *A política de salto: a participação feminina na política piauiense – 1970 a 1998*. Teresina, 2008. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Piauí.

VAITSMAN, Jeni. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VASCONCELOS, Maria Inêz Bandeira de. *Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória*. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPI. Teresina, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria Sabino de. *Política educacional no Brasil: introdução histórica*. Brasília: Plano Editora, 2003.

- **Documentos Oficiais**

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 4.024, 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em 15 de maio de 2009.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 5.540, 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109783/lei-5540-68>>. Acesso em 15 de maio de 2009.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.* Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71>> . Acesso em 15 de maio de 2009.

PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, em 1960.* Teresina: Imprensa Oficial, 1960.

PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, em 01 de junho de 1961.* Teresina: Imprensa Oficial, 1961.

PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Helvidio Nunes de Barros, em 1967.* Teresina: Imprensa Oficial, 1967.

PIAUÍ. *Mensagem apresentada à assembleia legislativa do estado do Piauí, nO Dia 1º de março de 1969, pelo Governador Helvidio Nunes de Barros, relativa à administração estadual no exercício de 1968.* Teresina: Imprensa Oficial, 1969.

PIAUÍ. *Mensagem ao Poder Legislativo, pelo Governador do Estado Alberto Tavares e Silva.* Teresina. 1971.

PIAUÍ. *Mensagem á assembleia legislativa 1973, pelo Governador do Estado Alberto Tavares e Silva.* Teresina, Piauí, março de 1974.

PIAUÍ. *Mensagem á assembleia legislativa 1975, pelo Governador do Estado do Piauí Dirceu Mendes Arcoverde.* Teresina, Piauí, 1º de março de 1976.

PIAUÍ. *Mensagem apresentada à assembleia legislativa Estadual, na abertura dos trabalhos da quarta sessão Legislativa da oitava legislatura. Governador Dirceu Arcoverde.* Teresina, 1º de março de 1978.

- **Fontes Hemerográficas**

APREÇO à Instrução. *O Piauí*. Teresina, 16 de junho de 1960.

CRESCIMENTO das áreas urbanas. *O Dia*. Teresina. Nº 3.81, 10 de janeiro de 1974, p. 7. Caderno 2.

CUNHA e Silva. A praga do analfabetismo. *O Dia*. Teresina, 30 de março de 1961.

CUNHA e Silva. Problema Educacional. *O Dia*. Teresina, 01 de março de 1962.

CUNHA e Silva. Educação e Saúde. *O Piauí*. Teresina, 24 de junho de 1965.

CUNHA e Silva. Iniciativa Valiosa. *Estado do Piauí*. Teresina, 18 de agosto de 1963, p. 1.

CRESCER a participação da mulher no trabalho. *O Dia*. Teresina, 30 de abril de 1975.

EDUCAÇÃO. *O Dia*. Teresina 15 de março de 1972. Tablóide Especial.

EDUCAÇÃO: Exigências para a criação de escolas. *O Dia*. Teresina, 18 e 19 de fevereiro de 1973, p.5.

EDUCAÇÃO de Mulheres. *O Dia*. Teresina, 08 de maio de 1973.

EDUCAÇÃO Elabora plano para o MEC. *O Dia*. Teresina, 23 maio de 1973, p. 5.

ESTADO do Piauí. Teresina, 16 de junho de 1960.

ESTADO do Piauí. Teresina, 10 de dezembro de 1968.

GENGE já terminou rodovia importante para a região sul. *O Dia*. Teresina, 05 de agosto de 1970, p.1.

GINÁSIO novos, anexos e novos grupos funcionarão em março. *O Dia*. Teresina, 01 de fevereiro de 1969, p. 8.

HELVIDIO visitou Parnaíba. *O Dia*. Teresina, 19 de abril de 1969, 1 e 8.

HENRIQUE, Paulo. De tudo um pouco. *O Dia*. Teresina, 03 de abril de 1969, p.5.

INDÚSTRIA e Governo. *O Dia*. Teresina, 3 de julho de 1970, p. 1.

O DIA NO INTERIOR. *O Dia*. Teresina, 10 de dezembro de 1968, p. 4.

O Dia, Teresina, 23 de fevereiro de 1961.

O Dia, Teresina, 21 de junho de 1962.

O Dia. Teresina, 01 de fevereiro de 1969, p. 8.

O Dia. Teresina, 18 e 19 de fevereiro de 1973.

O Dia. Teresina, 23 de maio 05 de 1973, p. 5.

O Dia. Teresina, 14 de dezembro de 1974.

O *Dia*. Teresina, 24 de abril de 1976.

O Piauí no quadro brasileiro. O *Dia*. Teresina, 22 e 23 de dezembro de 1968. ANO XVIII, nº 2601, p.3.

PLAC, uma indústria piauiense em ritmo de Brasil grande. O *Dia*. Teresina. Nº 3.560, 4/5 de março de 1973, p. 4-5. Caderno 2.

POVO e prefeitura trabalham para o desenvolvimento de Parnaíba. O *Dia*. Teresina. Nº 3.822, 2 de fevereiro de 1974.

PROFESSORAS recusam as vagas no interior. O *Dia*. Teresina, 29 de novembro de 1972. N. 3481, p. 1 e 8.

REFORMA de ensino: as vítimas do pedagógico. O *Dia*. Teresina, n. 3. 598, p. 4, 24 de abril de 1973.

SANTOS, Pompilio. Mãos Dadas. O *Dia*. Teresina, 12 de fevereiro de 1969, p. 3.

SECRETARIA de educação e saúde. O *Dia*. Teresina, 21 de junho de 1962.

SOBRAM vagas nos colégios de Teresina. O *Dia*. Teresina, 24 de fevereiro de 1973, p. 1 e 3.

UFPI vai realizar curso para formar professores. O *Dia*. Teresina 8 de junho de 1973, 3. Caderno 2.

VIANA, Dr. Bernadino. O Piauí no quadro brasileiro. O *Dia*. Teresina, 22 e 23 de dezembro de 1968, p.3.

68 foi o ano da agropecuária. O *Dia*. Teresina, 29 e 30 de dezembro de 1968, p. 7.

200.000 crianças no Piauí não recebem Educação Primária. *Estado do Piauí*, Teresina, 24 jan. 1963. ANO XXXIV, nº 512, p. 3.

- **Fontes Orais**

Joana. *Entrevista concedida à pesquisadora Edilene Lima da Silva*. Picos-PI, 27 de Dez de 2010.

Maria. *Entrevista concedida à pesquisadora Edilene Lima da Silva*. Teresina-PI, 05 de Jan de 2011.

Francisca. *Entrevista concedida à pesquisadora Edilene Lima da Silva*. Teresina-PI, 09 de Jan de 2011.

ANEXOS

ANEXO A

POESIA DE UM EX-ALUNO NA COMEMORAÇÃO DO JUBILEU DE PRATA DO GINÁSIO PICOENSE EM 22 DE AGOSTO DE 1975

Tributo ao Colégio Marcos Parente

Fértil seara de gentis palmares
Onde passaram e passarão milhares
De ansiosos jovens corações,
De quem mataste e matarás a fome
De um sabor que levará teu nome,
De braços dados com as gerações.
Nobre recinto, hospitaleiro e puro
Que vai mostrando as portas do futuro
Ao gentil homem de sóis que virão.
Prá cada trôpego tens o braço amigo
Pra cada prodigo-o paternal abrigo
E pro rebelde a abnegação.
Daqui partiram homens para a glória
que levaram pra sempre tua história
nos duros trilhos da Térrea escalada
e aqui estão, crescentes e obscuros,
inda latentes, tenros e imaturos
sadios frutos da próxima alvorada
e nós humildes filhos teus, que aqui passamos
se nada fizemos nunca deixamos]
de honra-te o nome e consagrar-te a vida,
se vislumbramos em ti o horizonte,
foste, sem dúvida, a caudalosa fonte
prá nossa sede em muito reduzida
Na árdua luta eterna e denotada,
Foste tirando espinhos da estrada
Das grandesavas que ficaram atrás,
Temos certeza que, se tu falasses,
Grandes saudades talvez eu chorasses
Dos que vieram e que não voltam mais.
Porém, na mesma trilha que é doce e crua
A incansável luta continua
Prá quantos buscam, este amistoso teto
Seguirás sempre cheio de venturas
A premiar sedentas criaturas
Pois de vontade sempre está repleto.
Hoje no entanto, mil voses entoam
De tantos corações que te povoam
Sempre imbuídos pela gratidão
E vêm, espontaneamente, resolutos

Render-te o mais digno dos tributos
Nos vinte e cinco anos de consagração.
Pelos extintos e pelos os que estão distantes
Vimos rever-te em memorável instante
Com amor sincero de nossa'alma grata,
Oferecer-te a contida homenagem,
Reverenciar-te na linda passagem
DO TEU FESTIVO JUBILEU DE PRATA.

Fonte: Acervo do Colégio Marcos Parente.

ANEXO B**HINO****UNIDADE ESCOLAR MARCOS PARENTE****(refrão)**

A grande Picos tem orgulho de uma escola
Que faz a história dessa gente
Essa é a escola do povo
Colégio Marcos Parente

Por gerações sempre educou com muita glória
As classes populares picoenses
Essa é a escola do povo
Colégio Marcos Parente

O nosso povo precisava de uma escola que
Preparasse preto, branco, rico e pobre pra
Não deixá-los sair pelo mundo a fora ginásio
Não podia ser só nobre...

Marcos Parente, o teu nome ecoa forte
Vida de Freitas, teu primeiro diretor
Desde mil, novecentos e quarenta e nove
O vale do Guaribas sabe teu valor.

(refrão)

Prefeito Celso Eulálio, nobre picoense
Também participou de tua escalada
Contribuindo para com o Marcos Parente
Força latente de nova sociedade

Em nosso Estado és Unidade vencedora
Grande farol da ignorância combatente
Por implantar a educação libertadora
De viva voz, parabéns, Ó Marcos Parente!

ANEXO C

Aos doze dias do mês de Junho do Ano de mil novecentos e sessenta e um, terminou-se o processo de apuração das notas finais e nota global dos alunos do 1º Sítio (Turno Manhã) Curso Clássico deste Estabelecimento com os seguintes resultados:

nome do Aluno 1ª Época	Português	Latim	Grego	Inglês	Espanhol	Matemática	Hist. Geo.	Artif. Des.	Desenho
Antonia Maria da Silva Lima	7,30	4,62	4,92	5,70	5,32	7,54	7,12	7,31	6,40
Peterson Basilio de Lima	7,30	5,00	4,23	6,54	5,20	8,14	6,92	6,20	6,20
José Brito de Sousa	7,32	5,60	4,00	5,12	5,42	8,00	7,10	6,20	6,20
Maria Graziela da Silva	7,90	6,91	5,62	8,92	8,34	8,00	9,14	9,34	7,20
Maria Capistrana de Sampaio	7,20	5,50	4,70	6,54	7,04	8,72	6,20	7,70	6,70
Wanderley dos Rêgo	6,64	5,20	7,20	5,40	6,30	6,00	7,90	6,31	6,50
Julde de Moraes Rosa	8,31	6,60	6,30	8,90	6,40	10,00	8,90	8,82	7,02
Martim da Vidua da Silva	6,90	5,60	5,61	6,60	7,01	6,94	8,24	7,41	6,30
Margarida Almeida e Silva	6,64	5,02	4,60	5,70	6,04	7,02	5,84	5,20	5,32

É para constar, eu Maria Antonieta Fortes Baptista, em nome do Chefe de Estabelecimento do Colégio Estadual do Paraná, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos Srs. Superintendente Federal e Diretor do Estabelecimento.

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do Ano de mil novecentos e sessenta e um, terminou-se o processo de apuração das notas finais e nota global dos alunos do 1º Sítio (Turno Manhã) Curso Clássico deste Estabelecimento com os seguintes resultados:

nome do Aluno 1ª Época	Português	Latim	Grego	Inglês	Espanhol	Matemática	Hist. Geo.	Artif. Des.	Desenho
Carne Leocádia									
É para constar									
Carregado de Assentamentos									
do Paraná, lavrei a presente									
ata que vai assinada por									
mim, pelos Srs. Superintendente									
Federal e Diretor do Estabelecimento.									

Ata de resultados finais
 É para constar, eu Maria Antonieta Fortes Baptista, em nome do Chefe de Estabelecimento do Colégio Estadual do Paraná, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos Srs. Superintendente Federal e Diretor do Estabelecimento.

ANEXO C

140

Folha de Resultados Finais

nos dias do mês de janeiro de 1973 terminou-se o processo de apuração dos votos finais e votos globais dos alunos da 1ª Série - Grupo J - Grupo Bônus do Curso Básico, deste estabelecimento com os seguintes resultados.

Ano letivo 1973 - 1ª Série - Grupo J - Grupo Bônus		Indígenas	Mulheres	Castelanos	Guapebas	Paraná	Verde	América	Judeus	Brancos
Nome do Aluno										
Adelaide de Sutilos Santos		7,02	7,09	6,80	6,15	6,55	7,80	7,95	8,20	7,97
Ana Lucia Espinola de Carvalho		7,57	7,90	6,90	8,20	6,20	7,75	7,65	7,75	7,37
Aurilio Paulo Pousalvez e Silva		7,61	8,00	6,70	7,90	7,50	6,30	6,85	7,25	7,26
Aurelio Martins Dorea Filho		7,84	7,30	7,50	8,00	7,05	7,65	6,80	7,55	7,23
Aylton Prokudo Campos Martins		8,31	8,02	7,55	8,20	6,75	7,05	8,00	7,95	7,72
Belinda de Costa e Silva		7,44	7,61	7,20	7,80	6,75	6,80	8,00	7,90	7,71
Elvira Cândida Gomes dos Santos		6,30	6,75	6,00	7,40	6,70	6,30	6,75	6,65	6,65
Francisco Edimar Furtado Belo		6,94	6,91	6,80	7,35	7,50	6,95	7,40	7,20	6,90
Genésio Bontê Filho		6,87	7,39	6,85	7,75	6,05	6,05	7,00	7,50	7,05
Gerson Fernando Mendes Pereira		D E S I S T E N T E								
João de Jesus Coriz Costa		7,21	7,12	6,65	8,00	7,00	6,55	6,65	7,00	7,03
Jocelino Costa Bezerra		7,79	7,21	6,90	8,20	6,00	6,45	7,60	7,55	7,21
Gilberto Carvalho de Araújo		D E S I S T E N T E								
Johan dos Reis Branco		7,83	7,71	6,80	7,70	7,00	6,55	6,30	7,40	7,23
João Silva de Souza		7,35	6,98	6,70	7,40	6,10	6,45	6,40	7,30	6,83
João da Cruz Barros Chaves		7,23	7,26	7,50	7,80	7,50	7,80	8,40	8,00	7,68
João Eadeu da Costa Valle		7,22	7,77	6,70	7,95	6,05	6,45	7,90	7,25	7,18
Jocelita Paulo Dorea Souza		7,15	7,48	6,85	7,40	6,60	6,20	6,40	7,90	6,91
José Milton Gonçalves Mendes		7,65	7,95	7,40	8,50	7,55	8,05	8,30	7,00	8,26
José Rêgo Filho		D E S I S T E N T E								
Julia Vieira Escódo		6,00	6,14	6,80	7,15	6,30	6,25	7,25	7,35	6,65

1 Ano Letivo 1973 - 1ª Série - Escola N.º Paulo - Básico

Nome do Aluno	Matemática	Português	Biologia	Geografia	História	Artes	Educação Física	Outros
Fátima Maria Pereira	7,10	6,69	6,45	7,40	8,30	5,60	6,15	6,70
Carolina Soares Gomes	7,30	6,72	7,35	7,75	6,15	6,35	7,40	7,45
Leila Maria da Cunha Farias	7,60	7,43	7,10	7,75	6,35	7,50	7,85	7,70
Leila Conceição da Silva	8,05	7,24	6,60	7,50	6,15	6,85	7,10	7,80
Caio Evangelista da Costa	T R A N S F E R I D O							
Carolina Eduardo da Costa Filho	7,08	6,90	7,60	7,55	6,50	8,10	7,60	7,80
Carolina Aparecida Pereira da Silva	7,40	7,11	7,50	7,60	6,95	6,50	8,15	7,85
Carolina do Carmo Fátima Lima	7,00	6,76	6,75	7,40	7,00	6,65	6,20	7,25
Carolina Palva Soares	7,15	7,20	6,85	7,90	6,15	6,50	6,95	8,50
Carolina Egídio Soares Cruz de	7,50	7,24	7,10	7,70	6,00	6,25	7,40	7,50
Carolina de Fátima Sobral	7,00	6,58	6,80	7,10	7,30	6,00	6,00	6,70
Carolina de Jesus Pedreira dos Santos Lopes	6,45	6,41	6,35	7,65	6,00	6,05	6,40	6,70
Carolina Mafalda Melo Turbado	7,35	6,76	6,75	7,80	6,40	5,50	7,40	7,45
Carolina do Espírito Santo Oliveira	6,87	6,91	6,50	7,80	7,20	6,10	6,70	7,10
Carolina do Espírito Santo Cordeiro	7,31	7,05	7,00	7,80	6,65	6,15	7,25	7,10
Carolina de Fátima de Santos Gomes	7,37	7,60	7,25	7,70	8,30	4,80	6,55	6,60
Carolina Suelly Almeida Santos	7,40	6,66	6,70	7,40	7,25	6,05	6,80	6,45
Carolina Francisco da Silva Brasil	7,20	7,24	7,35	7,57	7,20	6,15	7,00	7,80
Carolina Maria Carvalho Gomes	7,92	7,56	7,25	7,60	6,10	6,45	7,10	6,90
Carolina Maria da Silva Cruzado	7,10	6,56	6,40	7,45	8,15	4,25	6,70	6,40
Carolina Maria Carvalho Nunes	7,71	7,30	7,85	8,10	7,25	7,02	7,85	8,30
Carolina Maria Dias de Almeida	7,05	6,75	6,80	7,55	6,45	6,65	7,40	7,70

ANEXO D

Resumo Estatística dos Alunos	650	629	600	670	645	609	640
Francisco Maria de Carvalho Costa	675	677	656	634	625	713	790
Maria Edna Silva Ferreira	762	670	717	697	700	793	793

Atas de Resultados Finais

Das atas do mês de Janeiro de 1978 levantou-se o processo de apuração das notas finais e nota global dos alunos da 3ª Série Curso 2º Curso para o Curso Final do estabelecimento com os seguintes resultados.

Análise 1978 - 3ª Série - Curso 2º - Curso Final

Nome do Aluno	Antropologia	Política	Sociologia	Geografia	História	Português	Matemática
Adriana Maria Siqueira de Souza e Silva	7,86	6,77	6,82	6,27	6,97	7,93	8,02
Antônio Roberto Barbosa Filho	7,83	7,75	8,33	7,92	7,71	7,95	8,22
Carolina Maria Borges Lorenz	7,66	6,83	7,49	6,95	7,08	6,08	7,53
Francisco Carlos Silva de Araújo	7,56	7,85	8,21	7,80	7,80	7,45	7,55
Guilherme Carlos de Jesus Filho	8,26	7,72	8,23	7,77	7,85	8,72	8,65
Leandro Maria de Araújo	7,29	7,05	6,50	6,47	6,70	8,20	7,42
Juan Melo de Araújo Rodrigues	7,12	7,00	7,19	6,85	7,47	8,17	8,12
João Luiz de Miranda Rocha	T	R	G	N	S	F	E

San Belito 1973 - 2º Série - Cuzco, P.º - Paulo - Cuzco

Nome do Livro	Juliano	Calvinista	Calvinista	Paulista	Paulista	Calvinista	Calvinista	Calvinista	Calvinista
Paulo do Baptista João Alves da Costa	4.69	8.05	6.93	6.92	6.98	7.24	8.09	7.28	7.28
Paula Helena Lima	4.85	7.25	7.33	6.97	6.90	8.15	7.10	8.00	7.28
Paula Helena Lima dos Santos	4.67	6.85	6.78	6.30	6.35	7.32	7.11	7.22	7.28
Paula Helena Rocha Duarte	TRANSE. P/ 2º ÚNICA T. A. R.								
Paula Rosa Daryle Alves	4.82	7.20	7.56	6.80	6.95	8.10	8.53	8.07	7.28
Paulo Gabriel Costa	8.51	7.07	7.27	6.95	7.10	8.05	8.18	7.20	7.28
Paulo Lopes da Silva Filho	4.43	4.55	7.37	7.17	4.52	8.37	8.30	8.00	7.28
Milda Carvalho Nunes	4.65	7.00	7.34	7.17	6.95	8.27	8.30	7.69	7.28
Milda Carvalho Nunes	4.65	7.00	7.34	7.17	6.90	8.27	8.30	7.69	7.28
Paulo Rogério de Oliveira Souza	8.22	7.62	7.25	7.20	9.05	9.85	8.77	8.62	7.28
Paulo Rogério de Oliveira Souza	4.63	7.20	7.02	6.57	6.60	8.95	7.95	7.49	7.28
Paula Rosa Daryle Alves	4.67	7.45	7.22	6.85	7.30	8.50	8.43	8.47	7.28
Paulo Rogério de Oliveira Souza	6.91	6.90	6.92	6.77	6.70	8.00	7.68	7.10	7.28
Paula Rosa Daryle Alves	6.89	6.52	6.86	6.50	6.77	8.12	8.17	8.37	7.28

